

66

MAIO 2023 – AGOSTO 2023

Revista da Sociedade
Brasileira de Economia Política

www.revistasep.org.br

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

ALAN FREEMAN LONDON METROPOLITAN UNIVERSITY
ALEJANDRO VALLE BAEZA UNAM
ARTURO HUERTA UNAM
FABIO PETRI UNIVERSITÀ DI SIENA
FRANÇOIS CHESNAIS UNIVERSITÉ DE PARIS XIII (*IN MEMORIAM*)
FRED MOSELEY MOUNT HOLYOKE COLLEGE
LUCIANO VASSAPOLLO UNIVERSITÀ DI ROMA "LA SAPIENZA"

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

ALEJANDRO ARANDIA UNISINOS
ANITA KON PUC-SP
ANTONIO MARIA DA SILVEIRA (*IN MEMORIAM*)
CESARE GIUSEPPE GALVAN CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO
ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO USP
FRANCISCO DE ASSIS COSTA UFPA
GUIDO MANTEGA FGV-SP
JOÃO ANTÔNIO DE PAULA UFMG
JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA UNICAMP
LEDA MARIA PAULANI USP
LUIZ GONZAGA DE MELLO BELUZZO UNICAMP
MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO UNB
MARIO DUAYER UFF (*IN MEMORIAM*)
NIEMEYER ALMEIDA FILHO UFU
PAULO NAKATANI UFES
PAUL SINGER USP (*IN MEMORIAM*)
PEDRO CÉSAR DUTRA FONSECA UFRGS
REINALDO CARCANHOLO UFES (*IN MEMORIAM*)
ROSA MARIA MARQUES PUC-SP
THEOTÔNIO DOS SANTOS UFF (*IN MEMORIAM*)

PAUL SINGER (USP) **PRESIDENTE DE HONRA** (IN MEMORIAM)

MARISA SILVA AMARAL (UFU) PRESIDENTE

JOÃO LEONARDO MEDEIROS (UFF) VICE-PRESIDENTE

DIRETORIA

Bianca Aires Imbiriba Di Maio Bonente UFF

Giliad de Souza Silva UNIFESSPA

Marco Antonio Martins da Rocha UNICAMP

Paulo Nakatani UFES

Pedro Henrique Evangelista Duarte UFG

Roberta Sperandio Traspadini UNILA

Vanessa Petrelli Corrêa UFU

COMITÊ EDITORIAL

EDITORES

Leda Maria Paulani USP (editora-chefe)

Carla Curty UFRRJ

Janaína Elisa Patti de Faria UFVJM

Jaime Ernesto Winter Hugues León UFRJ

**ENDEREÇO PARA
CORRESPONDÊNCIA**

**Faculdade de Economia
Universidade Federal Fluminense
Campus do Gragoatá - Bloco F - Sala 519
Niterói, RJ
CEP 24240-225
www.sep.org.br – sep@sep.org.br
www.revistasep.org.br**

REVISÃO

Airton Paschoa

**EDITORAÇÃO
ELETRÔNICA**

Francine Sakata e Mayra Mello – **NK&F Arquitetos Associados 2023**
nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br

Ilustração da capa por Alessandro Sbampato

Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill

NÚMERO 66
MAI 2023 – AGO 2023

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

7 **Apresentação**

ARTIGOS

11 **O ovo do ornitorrinco**

Ludmila Costhek Abílio

30 **Contra a ideologia empreendedora: argumentos para uma crítica marxista**

João Leonardo Medeiros e Rômulo Lima

58 **O capital sujeito histórico de Postone: identidade e diferença**

André Guimarães Augusto

93 **As “leis férreas” e o determinismo: ainda o caso da lei da queda tendencial da taxa de lucro**

Bruno Prado Prates e Leonardo Gomes de Deus

121 **Do cais ao Porto: a racialização intrínseca ao desenvolvimento e as práticas de ordenação e de higienização do Projeto Porto Maravilha**

Jéser Abílio de Souza

147 **Críticas *mainstream*, respostas heterodoxas: uma defesa normativa do pluralismo na ciência econômica**

Theodoro Cesar de Oliveira Sposito

RESENHA

- 184 **The Capital Order: How Economists Invented Austerity and Paved the Way to Fascism**
Bruno Toschi

DOCUMENTOS E TEXTOS ESPECIAIS

- 189 **Carta de Maceió**

- 192 **NORMAS PARA PUBLICAÇÃO**

APRESENTAÇÃO

Se alguma coisa há que marca de modo indelével estas primeiras décadas do século XXI é a velocidade das mudanças que vão acontecendo no chamado mundo do trabalho. Não são poucos os estudiosos que alertam, frente à complexidade da quadra atual, para a insuficiência revelada pelo velho esquema simplificado da luta de classes, sem prejuízo da permanência incontestada da lógica capitalista. São justamente as torções do processo de acumulação e dos movimentos que buscam a valorização do capital que estão na base dessas transformações. Os dois primeiros artigos deste número da *Revista da SEP* tratam da temática.

Ludmila Abílio, por conta de uma reflexão sobre os dez anos das manifestações de junho de 2013, não só traz à discussão a então chamada “nova classe média”, que foi às ruas uma década atrás, como flagra o ovo da serpente gerado pela perda de formas que vai desfigurando o mundo do trabalho *pari passu* com o aprofundamento da exploração. Combinam-se aí, para a geração de uma mudança substantiva na configuração das relações de produção, a informalização como forma de gestão, as corporações gigantes que oligopolizam a dataficação da vida e o despotismo algorítmico, entre outros fenômenos. Já João Leonardo Medeiros e Rômulo Lima enfocam outra face do mesmo processo de obscurecimento e indefinição, a saber, a “ideologia empreendedora”, uma conjunção da teoria do capital humano com a consolidação do empreendedorismo como campo de pesquisa a partir dos anos 1980. Para os autores, em ambas as formulações, a responsabilização pelo sucesso econômico recai sobre o

indivíduo, sendo evidente que o cotidiano de barbárie, que fratura mecanismos de solidariedade, tal como o que marca a atual quadra histórica, favorece a difusão desse tipo de ideia e as práticas a ela associadas.

Ainda nos marcos da reflexão sobre o atual estado da arte nas relações entre o capital e o trabalho, bem como sobre a capacidade deste último de atuar de forma a revolucionar o sistema, André Guimarães Augusto aprecia criticamente a conhecida e bastante debatida obra de Moishe Postone *Tempo, Trabalho e Dominação Social*, lançada em 1993 e publicada no Brasil em 2014. Para ele, da interpretação de Postone, o Marx que surge é apenas aquele que enfatiza a aparência de sujeito que tem o capital, ao invés daquele que ressalta a luta de classes e a exploração do trabalho.

Outro tema que tem retornado constantemente à agenda de pesquisas estruturada a partir da obra de Marx, é a indicação feita pelo grande pensador a respeito da existência de uma lei tendencial da queda da taxa de lucro — a qual poderia fornecer a chave da explicação dos problemas que contemporaneamente enfrenta o capital em seu movimento perpétuo de valorização. Bruno Prado Prates e Leonardo Gomes de Deus voltam a ela para defender que, apesar de revelar de forma concreta as contradições que constituem o modo de produção capitalista, a referida lei não pode ser tomada de forma preditiva, pois, segundo sua leitura, não é lícito extrair da categoria marxiana de lei a existência de qualquer tipo de determinismo econômico. As leis teriam aí simplesmente o papel de expor aquilo que é distintivo da produção fundada sob a lógica do capital.

Pensando na atuação dessa lógica num país periférico como o Brasil em tempos de abertura financeira total, Jéser Abílio esquadrinha o Projeto Porto Maravilha, desenvolvido na cidade do Rio de Janeiro desde a lei municipal aprovada em 2009. O citado projeto pretendia promover o turismo internacional, atrair investimentos imobiliários e novos fluxos financeiros, efetivando, para tanto, uma série de ações que, conforme o autor, reproduzem as práticas de racialização típicas dos processos de desenvolvimento econômico. O autor parte do pressuposto, já demonstrado na literatura

contemporânea, de que as políticas econômicas e de desenvolvimento, principalmente no chamado “Sul global”, se fundam em coerção e violência estrutural, cujas especificidades são racializadas e constituem estratégia para a acumulação de capital.

Isto posto, podemos considerar que o presente número de nossa publicação exemplifica o amplo escopo de temas propiciado pela agenda de pesquisas que se desdobra da crítica da economia política de Marx. A despeito disso, boa parte dos cursos de economia hoje, tanto no Brasil quanto no mundo, ignoram o paradigma marxiano, e, em muitos casos, não só ele, como também o institucionalismo, o keynesianismo e outros *approachs* heterodoxos, concentrando-se exclusivamente no *mainstream* neoclássico, de extração ortodoxa. Não obstante o abalo provocado pela grande crise financeira internacional de 2008, a ortodoxia ainda predomina. Daí a necessidade premente e permanente da defesa do pluralismo na ciência econômica. Eis o tema de Theodoro Sposito, que confronta as recorrentes contestações de economistas da vertente convencional à perspectiva pluralista com possíveis respostas heterodoxas a cada ponto.

A hegemonia da ortodoxia, não só *intra muros* da academia como igualmente na grande mídia, é também a responsável pela enorme disseminação da ideologia da austeridade enquanto receita inescapável de política econômica, quaisquer que sejam os problemas a serem enfrentados. Nesse sentido, o livro de Clara E. Mattei *The Capital Order: How Economists Invented Austerity and Paved the Way to Fascism* (University of Chicago Press), lançado o ano passado, e resenhado por Bruno Toschi, vai resgatar a história para atacar esse despotismo teórico, entendido pela autora como uma sorte de invenção que funciona, sobretudo nos momentos de crise, como ferramenta “científica” para restaurar a ordem do capital, além de constituir elemento determinante a pavimentar a marcha das sociedades em direção ao fascismo.

Finalmente, cabe mencionar que este número abriga também a *Carta de Maceió*, elaborada no XXVIII Encontro Nacional de Economia Política,

realizado entre 6 e 9 de junho do corrente ano nas dependências da Universidade Federal de Alagoas. Mais uma vez o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) e o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro forneceram o decisivo apoio material para que pudesse vir a público esta edição. Ficam aqui nossos sinceros agradecimentos.

Boa leitura!

Comitê Editorial

LUDMILA COSTHEK ABÍLIO

O OVO DO ORNITORRINCO

Recebido em 01/07/2023

Aprovado em 07/08/2023

O OVO DO ORNITORRINCO¹

Resumo

O artigo propõe um olhar retrospectivo sobre as jornadas de junho de 2013, abordando, a partir do mundo do trabalho, as contradições e limites do modelo de desenvolvimento efetivado ao longo das gestões do Partido dos Trabalhadores. É analisada a formação da “nova classe média brasileira”, buscando-se uma conexão entre as melhorias providas naquele período e o obscurecimento de uma série de elementos que se tornam visíveis com as jornadas. Discutem-se então as transformações do processo de trabalho que ganham corpo na última década, relacionando uberização e novos modos de governo e gestão de populações que envolvem a ascensão de movimentos de extrema direita e o governo de Jair Bolsonaro.

Palavras-chave: jornadas de junho, nova classe média, motoboys, uberização; capitalismo de vigilância, dataficação.

LUDMILA COSTHEK
ABÍLIO

Doutora em Sociologia pelo IFCH-Unicamp e pesquisadora do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – Programa ProETUsp.

Email: l.cabilio@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2332-8493>

¹ Esta é uma versão expandida do artigo de mesmo título publicado em julho de 2023 no site do Instituto Alameda por ocasião dos dez anos das jornadas de junho 2013, disponível em <https://alameda.institute/pt/junho2013/o-ovo-do-ornitorrinco/>

Abstract

The article proposes a retrospective look at the June 2013 protests, addressing, from the perspective of the labor relations, the contradictions and limitations of the development model during the administrations of the Workers' Party. It analyzes the formation of the “new Brazilian middle class,” seeking a relationship between the improvements provided during that period and the obfuscation of a series of elements that became visible with the protests. It then discusses the transformations in the work process that have gained prominence in the last decade, suggesting a link between uberization and new modes of government and population management which involve the rise of far-right movements and the government of Jair Bolsonaro.

Keywords: June 2013 Protests, New Middle Class, Motorcycle Couriers, Uberization, Surveillance Capitalism, Datafication.

Introdução

Passados dez anos das jornadas de junho de 2013, parecem restar mais perplexidades do que respostas. Rapidamente nos deslocamos do *Brasil-que-ia-finalmente-dar-certo* para o *será-preciso-décadas-para-recuperar-o-prejuízo*. A imagem de 2013 que volta agora é a das ruas, mas também daquele gigante imenso de pedra que surgia da paisagem do Rio de Janeiro e saía andando sem ver onde pisava. A mensagem da propaganda de uísque parecia mais adequada do que a imagem do Cristo Redentor decolando como um foguete, como retratou a *The Economist*. Naquela década, o *keep walking* podia ser compreendido por aquilo que Singer (2012) definiu como *reformismo fraco*. Em suma, sem tocar nas desigualdades profundas que estruturam a sociedade brasileira, o modelo de desenvolvimento em curso resultava em melhorias de vida significativas para grande parte da população. Seus principais elementos eram a redução dos níveis de pobreza, redução das taxas de desemprego, aumento do emprego formal, um inédito aumento real do salário mínimo e aumento do potencial de consumo das famílias brasileiras, alavancado também pela massiva extensão do acesso ao crédito. As mudanças corriam articuladas com elementos atuais do ser periferia num mundo organizado por um *regime de acumulação de dominância financeira* (CHESNAIS, 2005): a nação cumpria com rigor seu papel de *plataforma de valorização financeira*, como definiu Paulani (2004).

A marcha do progresso paira sobre nós, periféricos. A imagem do gigante potência-dever-ser brasileiro se apresenta de diversas formas de acordo com os momentos históricos tupiniquins: como ameaça, horizonte, impossibilidade. Naquele período, o desenvolvimentismo saiu do baú onde havia ficado guardado por algumas décadas: elementos como o PAC e a massiva ampliação da participação da população no mercado consumidor sustentavam novas perspectivas e definições, tais como o “momento desenvolvimentista” (BIANCARELI, 2012); “ensaio desenvolvimentista” (SINGER, 2015); o social-desenvolvimentismo (CARNEIRO, 2012), entre outras definições. Formavam-se também as críticas à recuperação do desenvolvimentismo para a

compreensão daquele novo modelo de desenvolvimento (CARDOSO, 2013; FIORI, 2011 e 2012; FONSECA, 2014; GONÇALVES, 2012a e b; FILGUEIRAS *et al.*, 2010). Todas essas abordagens tinham de enfrentar o fato de que o crescimento econômico, o aumento do emprego e da renda, não estavam atrelados aos pilares da industrialização que orientaram os modelos e sonhos intensos de desenvolvimento, seus impasses, fracassos e críticas ao longo do século XX. O gigante desperto era feito de soja, minério, boi, e outras *commodities* tropicais.

No início do milênio, Francisco de Oliveira resumia a ópera na figura do ornitorrinco (OLIVEIRA, 2003). Aquele bicho estranho, formado por diferentes tempos históricos, inspirava a atualização das nossas persistentes dificuldades em definir o que éramos e poderíamos ser, mas mais do que isso, parecia apontar para a impossibilidade da continuidade da reprodução das dinâmicas que constituem o próprio subdesenvolvimento como tal. Em outras palavras, o *keep walking* parecia não ter para onde ir: “O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular (...) Restam apenas as acumulações primitivas...” (OLIVEIRA, 2003, p. 149). A ilusão do *catch up* se esfumava definitivamente. A financeirização engolia os direitos sociais e os pilares, nunca solidificados, daquela triangulação específica entre capital, Estado e trabalho que formou o *Welfare*, tais como os fundos de pensão. O assalariamento, fundamento da sociedade salarial (CASTEL, 1998), deslocava-se agora para a informalidade e a informalização, finalmente reconhecidas como regra, em uma exploração do trabalho globalmente organizada e transformada pela “revolução molecular-digital”.

O presente artigo propõe um olhar retrospectivo sobre as jornadas de junho de 2013, abordando, a partir do mundo do trabalho, as contradições e limites do modelo de desenvolvimento do período das gestões do Partido dos Trabalhadores. Analisa-se a formação da “nova classe média brasileira” e busca-se uma conexão entre as melhorias ocorridas naquele período e o

obscurecimento de uma série de outros elementos que vêm a se tornar visíveis com as jornadas. Na sequência discutem-se então as transformações do trabalho que ganham corpo na última década, relacionando a uberização e novos modos de governo e gestão de populações que envolvem a ascensão de movimentos de extrema direita e o governo de Jair Bolsonaro.

Da “nova classe média” aos “novos pobres”

No modelo de desenvolvimento das gestões do Partido dos Trabalhadores, nasceu um filhote de ornitorrinco, a *nova classe média brasileira* (NERI, 2010; SAE, 2013; 2014). Melhorias de vida profundas e frágeis abarcaram a vida de grande parte da população brasileira e garantiram a permanência do Partido do Trabalhadores por 14 anos na presidência nacional, sustentada pelo que Singer (2012) definiu como *pacto lulista*.

A definição de *nova classe média* contribuía com o obscurecimento da realidade social brasileira. O economista Marcelo Neri pode ser considerado um de seus ideólogos. Foi presidente do Instituto de Pesquisas Aplicadas (Ipea) entre 2012 e 2014, e também ministro chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) entre 2013 e 2015. Em 2008, coordenou a publicação de *A nova classe média*, e em 2010 de *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Na primeira, fornece o embasamento teórico do achado; na realidade, explicita o rebolado estatístico que fundamenta a definição: “A nossa classe C aufere em média a renda média anual da sociedade, ou seja, é *classe média no sentido estatístico*” (NERI, 2008, p. 5). O sentido “estatístico” da classe se mantém nas publicações do governo (lembrando que, em 2012, o valor do salário mínimo era de R\$ 622,00):

Se estivermos falando da renda média, estaremos falando do ponto em que 50% das pessoas terão uma renda menor e 50% terão uma renda maior. No Brasil, a renda correspondente ao ponto do meio é de R\$ 440 familiar *per capita*. Isso significa que 50% dos brasileiros possuem renda familiar *per capita* inferior a R\$ 440 e 50% possuem renda superior a R\$ 440 familiar *per capita* (SAE, s/d).

Em 2012, a Secretaria de Assuntos Estratégicos definia a “nova classe média” pelo intervalo de *renda familiar per capita* de R\$ 291 a R\$ 1.091 (SAE, 2013). A definição de “nova classe média” se confundia com a celebrada “classe C”, que se tornava sinônimo de expansão de diversos setores do mercado consumidor. Em 2014, a própria secretaria adotou o jargão de mercado “classe C”, invés de “nova classe média”, estabelecendo um intervalo amplo que tornava a categoria mais nebulosa, a classe C compreendendo os que tinham *renda familiar* entre R\$ 2.005 e R\$ 8.640 (SAE, 2014).

Distante do padrão de vida da classe média (QUADROS, 2008a e 2008b), a definição governamental se referia, portanto, às famílias brasileiras que ultrapassavam a linha de pobreza e finalmente adquiriram a geladeira nova, que conseguiram colocar acabamento em suas casas, que viram seus filhos, jovens e negros, acessarem o ensino superior privado.

Esse período apresentou uma enorme expansão do mercado consumidor, que andava junto não apenas com o crescimento dos rendimentos advindos do trabalho, mas com uma inserção financeirizada. Parte importante da população, que mal tinha conta bancária, passava a ter acesso fácil ao crédito e a uma ampla bancarização. Direitos sociais nunca universalizados chegavam na forma de serviços privados popularizados e bens de consumo, agora acessíveis para um público que não sonhava até então em fazer como a verdadeira classe média faz, pagar pela saúde, pela educação, trocar o ônibus pela moto, ter cartão de crédito e carro na garagem, financiar a casa própria. Como resumiu Fernando – branco, 48 anos, motoboy há 16 – entrevistado em novembro de 2013²:

Hoje eu posso dizer que eu sou a classe média, hoje eu posso comer, antes... hoje eu durmo...como que é a piada... hoje eu sonho, antes eu nem dormia. A gente tem hoje uns barraquinhos pra gente morar que é da gente mesmo. é nosso mesmo. Moro na Parada de Taipas, é zona Norte. Hoje a gente tem o cantinho da gente,

² Entre 2012 e 2015 realizei uma série de entrevistas e cinquenta questionários com trabalhadores e trabalhadoras de entrega por motocicletas, chamados motoboys, na cidade de São Paulo. A investigação, supervisionada pela Profa. Leda Paulani (FEA-USP) e financiada pela Fapesp, se deu no âmbito da pesquisa de pós-doutorado intitulada *A nova classe média vai ao paraíso?*

tem a família amparada, tem um carrinho usado, mas é da gente. É comprado, conseguimos pagar o financiamento, é quitado. Coisa que a gente não tinha acesso, era muito difícil. Eu costumo brincar com o pessoal, fiquei praticamente 16 anos sem ir no Nordeste visitar, agora até de avião eu já fui... Praia, pra gente que morava aqui em SP, principalmente a gente que já era do Nordeste, era piada para nós, falava vamos pro parque Ibirapuera que é praia de paulista, chegava lá era a praia do povão, o pessoal disfarçava. Mas é para você ver, hoje, pintou um feriado o mundo acaba, você chega lá embaixo, o mundo, o Brasil inteiro tá lá. Você começa a conversar, vai ver de onde é, Norte e Nordeste.

Mas em poucos anos a “nova classe média” se tornaria os “novos pobres” (GI, 2017), arrastada por uma regressão social que já dava sinais em 2014 (QUADROS, 2015; QUADROS e FACHIN, 2015, POCHMANN e ORSI, 2015). Deslizou do acesso ao crédito ao endividamento, da favela holding (MEIRELLES e ATHAYDE, 2014) ao auxílio emergencial, do primeiro emprego ao bike boy, do Prouni ao Uber. As conquistas daquele estrato da população – que em realidade abarca a maioria dos brasileiros e brasileiras – foram embora mais rápido do que chegaram.

A “nova classe média” foi para as ruas em 2013, foi em 2015 para apoiar e derrubar Dilma, foi em 2018 e 2022 para votar tanto em Lula quanto em Bolsonaro. “Os novos pobres” também foram a Brasília em 8 de janeiro de 2023. Assim como o governo obscureceu que a classe trabalhadora brasileira é composta em sua grande maioria de trabalhadores que sobrevivem com renda familiar de até dois salários mínimos, parte importante do pensamento de esquerda tende a invisibilizar essa mesma classe. Para além de seu papel eleitoral, os descartáveis sociais, a ralé e os batalhadores (SOUZA, 2010), o subproletariado e o proletariado (SINGER, 2012) foram raramente tidos como protagonistas nos eventos dessa década, por vezes reconhecidos como uma espécie de apêndice de uma verdadeira classe média doída e enfurecida, enquanto rebanho de pastores evangélicos ou então como massa de manobra de uma elite escravocrata que surpreendentemente não quer lucrar com os novos consumidores.

Não era só pelos 0,20 centavos

Três anos depois das jornadas de junho, as escolas de São Paulo seriam ocupadas, numa ofensiva estudantil que deixou de mãos atadas o então governador do Estado de São Paulo e atual vice-presidente Geraldo Alckmin, juntamente com o então secretário da segurança pública do Estado e atual ministro do Superior Tribunal Federal Alexandre de Moraes. O movimento freou os planos de governo de reestruturação/fechamento de escolas públicas, e também ousou imaginar e viver mesmo que por um breve período uma outra escola.

Dentre outros processos e posicionamentos diversos e divergentes, uma espécie de esgotamento popular daquele modelo de desenvolvimento era encenada nas cartolinas de junho com dizeres precisos sobre as injustiças e brutalidades sociais contemporâneas. As frases de 2013, tão sintéticas como o *slogan* do uísque, diziam muito, não sabemos se num pedido por mais Estado ou por menos finanças, mas certamente que por mais justiça e igualdade social. Que justiça, qual igualdade, é algo que não poderemos enquadrar nas caixinhas do Estado do Bem-estar Social, tampouco nas de um projeto revolucionário, a despeito da potência real de derrubar *tudo que está aí* que se materializou do dia para a noite em todos os cantos do país.

Mas para a classe-trabalhadora-nova-classe-média o que havia se esgotado afinal? O susto não foi pequeno, afinal o gigante parecia caminhar direitinho, apesar da crise econômica que já começava a dar sinais. Apesar das reais melhorias de vida, as desigualdades seguiram as mesmas. A concentração de renda não se alterou (MEDEIROS *et al.*, 2015). As desigualdades raciais que estruturam o mercado de trabalho permaneceram intocadas, a concentração da maioria dos trabalhadores nas faixas de menor rendimento seguiu igual (CARDOSO, 2013). Como demonstrou Márcio Pochmann, a quase totalidade – mais de 95% – dos novos postos de trabalho gerados nos anos 2000 tinha remuneração de até 1,5 salário mínimo (POCHMANN, 2011). A desigualdade racial permanecia gritante e pouco alterada. Ainda, a maioria dos trabalhadores brancos e negros seguia concentrada nas ocupações

mais mal remuneradas. Como demonstram os dados apresentados por Cardoso (2013), ainda que tenha havido uma expressiva redução dos níveis de pobreza nas gestões petistas, as desigualdades na estruturação do mercado de trabalho por remuneração na primeira década dos anos 2000 tiveram mudanças pouco significativas em relação aos anos 1990:

Tabela 1: Distribuição da população ocupada branca e não branca pelos decis ocupacionais. Brasil, 1996-2010 (em %)

	1996		2010	
	Branco	Pretos pardos e indígenas	Branco	Pretos pardos e indígenas
Decil mais pobre a terceiro decil	44,6	61,0	44,2	60,2
Quarto a sétimo decil	37,4	32,6	40,3	33,9
Oitavo a decil mais rico	18,0	6,4	15,5	5,8

(Extraído de Cardoso, 2013, p. 120)

Tudo mudou, mas permaneceu no mesmo lugar. No mundo do trabalho, as brutalidades, perversidades e humilhações cotidianas que atravessam a vida de trabalhadores formais e informais seguiram correndo soltas. Com o mercado de trabalho aquecido, o que se transformava era a possibilidade de resistir a elas, de poder recusá-las e transitar por diferentes ocupações, que, entretanto, continuavam tendo, em sua grande maioria, remuneração de até 1,5 salário mínimo. Negros e negras viram o seu acesso ao ensino superior se ampliar, as batalhas em torno da representatividade ganharem corpo e se materializarem nos telejornais, na boneca negra que antes não habitava as lojas, nas lutas pelo direito à memória e por uma outra história que até hoje disputa de forma doída e freada um lugar nos livros didáticos, nas salas de aula. Mas a matança seguiu, o esfolamento cotidiano seguiu, neste país em que até mesmo o *apartheid* social é informalizado, mas muito bem organizado e institucionalizado.

Do ônibus para a moto, de motoboy a uberizado

O tráfego urbano é uma materialização das desigualdades e dos conflitos sociais encenados na cidade (MPL 2013, VIANA, 2013, ABÍLIO, 2013). Também pode ser tomado como a materialização das contradições e realização do modelo de desenvolvimento em questão. Também é o *locus* de novos modelos de atuação das empresas e sua relação com Estado, formas contemporâneas de exploração do trabalho, e novos modos de produção, gestão, apropriação e mercantilização de dados sobre os fluxos urbanos.

O carro e a moto foram emblemas do período lulista, como signos da “mobilidade” social e da expansão do mercado consumidor. Entre 2005 e 2011, a frota de motocicletas cresceu 89,2% em São Paulo. Em 2014, as motos totalizavam 13,2% da frota (CET, 2014). Relatório produzido para a CET em 2009 constatava que, no início da década de 1990, a presença das motos era praticamente irrelevante – *elas somavam apenas 3,5% da frota de veículos da cidade*. Em 10 anos, a participação das motos dobra, em 2008 compondo “mais de 10% da frota paulistana” (BIAVATI & MARTINS, 2009, p. 5). Segundo dados do IBGE, em 2022, a frota paulistana contava mais de 32 milhões de veículos, dentre eles 5,3 milhões de motocicletas e 1,1 milhão de motonetas, ou seja, somadas, representam 20% da frota paulistana (IBGE, s/d).

O exército de motoqueiros e motoqueiras que se expandiu na década lulista, e assim segue, é predominantemente feito por trabalhadores que formavam os estratos da *nova classe média*. O acesso ao crédito, ao emprego e o aumento dos ganhos salariais se traduziu naquele período na expansão da frota de motos e carros. Trabalhadores de baixa qualificação e rendimento puderam então trocar o transporte público pelo pessoal, arcando com custos e riscos que pesaram menos na balança do que a imobilidade urbana que permanecem tendo de enfrentar. As violências materiais e simbólicas enfrentadas cotidianamente no transporte público podiam então ser substituídas pela velocidade da moto e as violências e riscos que vêm com ela. Em 2013, foram registrados 25.508 acidentes com vítimas – fatais ou não – no

município de São Paulo. Das 31.093 vítimas, 47,7% eram motociclistas, sendo que as motos totalizaram 36,3% dos veículos envolvidos nos acidentes.

“A motocicleta se tornou o veículo da empregabilidade e de produtividade do trabalho de centenas de milhares de homens, jovens, com escolaridade média, mas desqualificados para o mercado de trabalho competitivo” (BIAVATI & MARTINS, 2009, p. 29). Esta conclusão se baseia na análise do perfil socioeconômico dos mortos por acidentes de motocicleta na cidade de São Paulo no ano de 2009. Ao analisar o perfil ocupacional dos mortos, o estudo apontava que eram “frentistas, garçons, manobristas, motoristas, porteiros, seguranças e vigilantes, ajudantes gerais, mecânicos, eletricitas e pedreiros. Mais da metade das mortes a partir de 21 horas até 6:59 horas são de motociclistas dos grupos de Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados e Trabalhadores da produção de bens, manutenção e reparação”; 29,2% dos mortos tinham rendimento de até dois salários mínimos, 47,3% entre dois e cinco mínimos (BIAVATI & MARTINS, 2009).

A transferência de riscos e custos para os trabalhadores, a permanência das brutalidades e injustiças cotidianas que constituem o mundo do trabalho, corriam junto com o aumento de renda e de remuneração, com o maior acesso ao emprego, com a expansão da formalidade. No chão das relações de trabalho ganhavam forma os processos que ultrapassam o Brasil e que hoje são reconhecidos mundialmente. As motos nos ajudam a compreender alguns elementos que compõem o chão do lulismo e de junho de 2013; já a uberização nos ajuda a compreender a produção de novos modos de governo e gestão que ganham corpo com Jair Bolsonaro. Vamos dos motoboys às motociatas.

O tráfego urbano tornou reconhecível novos modos de gerenciamento, organização e controle do trabalho (ABÍLIO, 2020). Olhando para a vida dos motoboys vemos a centralidade, as mudanças e as permanências no *keep running*. Hoje eles se tornaram na superfície uma espécie de sinônimo de entrega de refeição a valores rebaixados. Entretanto, estes trabalhadores são centrais para diversos circuitos da acumulação há décadas. Segundo pesquisa do Ibope realizada em 2002³, 56% dos motoboys faziam

predominantemente entrega de documentos, 23% de alimentos, 13% de pequenas cargas, 8% de outros tipos de mercadorias. O instituto concluía então “que o maior tomador de serviços de motofrete na cidade de São Paulo é ‘o mercado financeiro, seguido dos setores do comércio e alimentação’” (IBOPE, 2006, *apud* BARBOSA, 2009, p. 63). O desenvolvimento da cidade – como centro financeiro, como centro de serviços, como espaço da valorização imobiliária, como espaço do crescimento de uma série de serviços pessoais – aliado à falta de planejamento urbano, conta com o trabalho desses profissionais, que literalmente dão a vida ou talvez suas pernas para que bens pessoais, documentos e mercadorias circulem aceleradamente.

Predominantemente negros e não tão jovens (ABÍLIO *et al.*, 2020), esses trabalhadores tornam-se hoje emblemas da uberização do trabalho. Com eles compreendemos novos modos de organização que hoje se assentam na retirada de direitos e proteção social, na transferência de riscos e custos, em novas formas de gestão assentadas na dataficação e digitalização do trabalho. A uberização envolve por um lado a informalização do trabalho de multidões de trabalhadores, e por outro a centralização do controle, o que significa que informalização e monopolização caminham de mãos dadas. Em poucos anos, quatro ou cinco empresas oligopolizaram esse setor. No cerne da uberização reside uma perda de formas estáveis e reconhecíveis de diversos elementos que constituem o processo de trabalho. As definições sobre tempo de trabalho, valor do trabalho, jornada de trabalho, custos do trabalho, regras da distribuição e do controle da produtividade, tornam-se difíceis de localizar, ainda que sejam fortemente operantes (ABÍLIO, 2020). Não há contrato de trabalho, mas adesão; não há demissão, mas cancelamento; empresas se apresentam não mais como contratantes, mas mediadoras. Já o *keep running*, a viração (TELLES, 2006), que confinam as estratégias de vida num mundo do trabalho onde muito pouco ou quase nada está garantido, agora são gerenciados por meios informalizados, mas racionalizados e dataficados.

³ A referência à pesquisa foi encontrada na dissertação de mestrado de Ricardo Barbosa (2009).

Da revolta à informalização como modo de governo

Naqueles dias de junho vimos em ato como a ação popular poderia derrubar um governo, apesar de não parecer querer tomar o poder. Mas o que veio foi um governo que governava implodindo a si próprio, numa rebeldia agora institucionalizada. Assim como as tradicionais práticas políticas da esquerda, a revolta deslizou para o lado de lá. É difícil fixar a imagem desse espelho tão enigmático, que transforma MPL em MBL, que transmuta defesa da ordem em tarefa da esquerda e derrubada geral na da direita.

O ovo da serpente que ganhava corpo na última década é outro, distinto do de ornitorrinco que saiu às ruas em 2013. Ao olhar para a neblina (2000), o ornitorrinco (2003), a indeterminação (2007), Francisco de Oliveira reconhecia essa perda de formas que vai tomando o mundo do trabalho como parte do aprofundamento da exploração. Quanto menos estáveis, fixáveis e reconhecíveis forem os elementos que compõem o processo de trabalho, mais produtivo ele é. A gestão de Bolsonaro nos evidencia que a informalização é incorporada como forma de governo, envolvendo técnicas racionalizadas, produtivas, que produzem engajamento permanente e atingem certamente as metas definidas.

A explicação fácil para o bolsonarismo mira na máquina infernal de produção de *fake news*. Essa máquina – que envolve muito trabalho humano, diga-se de passagem – nos dá materialidade sobre um quadro muito mais amplo, que se refere aos novos modos de gestão da população. O que está em jogo é um deslizamento difícil de reconhecer e classificar – e esta é sua potência. Ao analisar as jornadas de junho, Tible (2023) afirma que por um momento o que se colocou foi a possibilidade de ruptura com o contrato social. Uma ruptura popular. Este é o diagnóstico invertido de Zuboff (2018) sobre o *capitalismo de vigilância*, mas a ruptura vem das empresas que hoje oligopolizam a dataficação da vida. Com uma certa saudade liberal, a autora faz o diagnóstico preciso de novos modos de governo que colonizam todas as esferas da vida, e que se assentam em novas lógicas que já não passam pelas relações contratuais que unem capitalismo industrializado e democracia. Da

Ford para a Google. A autora vai dizer: “A participação consensual nos valores dos quais a autoridade legítima é derivada, juntamente com o livre-arbítrio e os direitos e obrigação recíprocos, é substituída pelo equivalente universal da tornozeira eletrônica do prisioneiro” (ZUBOFF, 2018, p. 59).

Essas empresas recusam *tudo que está aí*, estabelecendo novas formas de controle e gerenciamento de populações. Com elas nascem fenômenos sociais de difícil explicação: como é possível se apropriarem do espaço urbano, subordinarem milhões de pessoas, criarem novos meios de produção e circulação de informação, convergirem sua extração, mercantilização e gerenciamento de dados com serviços públicos e com o aparato burocrático estatal, sem que passem por qualquer tipo de regulação *a priori*? Aparecem como mediadoras em diversos campos, mas detêm as regras do jogo. As regras, entretanto, se informalizaram, já não alcançamos como operam, como são definidas, como são produzidas, a que interesses atendem. Já não é o Estado que lhes confere legalidade, legitimidade ou procedimentos que garantem a confiança. É a atividade da multidão de usuários que provê certificações, controle de produtividade e qualidade, modos informalizados de construção da confiança que passam ao largo do Estado. A multidão se engaja e confia no seu próprio trabalho-vigilante, enquanto multidão. São constituídas então legitimidades informalizadas, que concorrem, deixando-os no chinelo, com os veículos de comunicação de massa, as universidades e seus representantes, as regulações dos serviços e do trabalho.

O trabalho dos motoboys transformados em “entregadores” hoje possibilita pensarmos num *despotismo algorítmico* (ABÍLIO, 2022). Novos modos de controle operam aí: quanto mais informalizados, mais moduláveis e permanentes. O gerenciamento algorítmico possibilita o mapeamento individual e da multidão de trabalhadores como um todo, além da dataficação administrada de múltiplas dinâmicas sociais. Trabalhadores *just-in-time* (OLIVEIRA, 2000; ABÍLIO, 2020), despedidos de qualquer entrave socialmente instituído para sua exploração, são utilizados de forma racionalizada e eficiente, finalmente reduzidos à pura força de trabalho. Neste encontro entre olipolização das empresas e informalização do trabalho, desaparecem

todas as garantias sobre tempo de trabalho, remuneração, distribuição do trabalho. Fica o engajamento do trabalhador numa relação com regras indecifráveis, mas que definem as condições de sua sobrevivência. Ao mesmo tempo que mapeia, o gerenciamento algorítmico induz comportamentos, reconhece e produz previsibilidades, subordina trabalhadores, estabelecimentos e também o engajamento dos consumidores.

A gestão de Bolsonaro materializou um movimento mais amplo da informalização como modo de governo, que não se restringe à institucionalidade do Estado e que conta com o engajamento popular e com essas empresas. O recusar *tudo que está aí* consistiu numa ruptura bem feita, por dentro dos mecanismos burocraticamente estabelecidos, da legitimidade das instituições legalmente instituídas (CORTÊS, 2021; FELTRAN, 2021; CESARINO, 2021). Entram nessa conta os veículos legais de comunicação de massa (FINALYSON, 2021), as instituições científicas e seus representantes socialmente legitimados (LYNCH, 2020, CESARINO, 2021, DUARTE & BENETTI, 2022), as instituições e regulações do trabalho (ABÍLIO, 2020). Uma espécie de governo weberiano invertido, pois ataca todos os monopólios legitimamente instituídos, inclusive o da violência do Estado.

O esfumaçamento também atravessa as possibilidades de reconhecer a acumulação, tornando-a mais potente e liberta dos freios sociais. E assim oscilamos em buscar alguma lanterna explicativa entre o totalitarismo neoliberal e a crise do valor. Antes do bicho estranho, Francisco de Oliveira utilizou a figura da *passagem na neblina* (2000) para pensar com o Partido dos Trabalhadores sobre seus desafios políticos frente às transformações do trabalho. A neblina, entretanto, tornou-se permanente: instaurou-se como técnica de governo, como elemento central do gerenciamento do trabalho, da acumulação e das formas de controle e mercantilização da vida.

O outro lado da moeda é tecido por uma “luta de classes sem forma” (GRUPO DE MILITANTES NA NEBLINA, 2022), que vemos eclodir pelas ruas do mundo neste princípio de milênio. Aí moram sua potência e seus perigos. Como estes dez anos nos mostraram.

Referências

- ABÍLIO, Ludmila. Uberização e juventude periférica: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos Estudos Cebrap*, v. 39, p. 579-597, 2020
- ABÍLIO, Ludmila. Uberização, autogerenciamento e o governo da viração. *Revista Margem Esquerda*, n. 36, 1.º semestre de 2021, p. 55-69
- ABÍLIO, L.C.; ALMEIDA, FREITAS, P.; AMORIM, H.; CARDOSO, A.; FONSECA, V.; KALIL, R.; MACHADO, S. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*. v. 3, p. 1-21, 2020
- BARBOSA, Ricardo. *Os motoboys no globo da morte: circulação e trabalho precário na cidade de São Paulo*. São Paulo: FFLCH- SP, dissertação de mestrado, 2009
- BIANCARELI, André. Economia, sociedade e desenvolvimento, 20 anos: notas de apresentação. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, número especial, p. 723-727, dez. 2012
- BIAVATI E. & MARTINS, H. *Mortos e feridos sobre duas rodas: Estudo sobre a acidentalidade e o motociclista em São Paulo*. São Paulo: CET, 2009
- CARDOSO, Adalberto. *Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2013
- CARNEIRO, Ricardo. Velhos e novos desenvolvimentismos. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, número especial, p. 749-778, dez. 2012
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Tradução: Cibele Saliba Riziek, Petrópolis: Vozes, 1998
- CESARINO, Leticia. *Pós-Verdade e a Crise do Sistema de Peritos: uma explicação cibernética*. Ilha, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021
- CET. *Acidentes de trânsito: Relatório Anual de 2013*. São Paulo: CET, 2013
- CET. *Acidentes de trânsito fatais: Relatório Anual, 2014*. São Paulo: CET, 2014
- CHESNAIS, François. *A finança mundializada*. Tradução: Rosa Marques e Paulo Nakatani, São Paulo: Boitempo, 2005
- CORTÊS, Mariana. A revolta dos bastardos: do pentecostalismo ao bolsonarismo. *Caderno CRH*, v. 34, 2021
- DUARTE, D.; BENETTI, P. Pela ciência, contra os cientistas? Negacionismo e as disputas em torno das políticas de saúde durante a pandemia. *Sociologias*. Porto Alegre, 24 (60), p. 98-138, 2022
- FELTRAN, Gabriel. Formas elementares da vida política: Sobre o movimento totalitário no Brasil [2013-]. Blog *Novos estudos Cebrap*, 2020
- FINLAYSON, A. Neoliberalism, the Alt-Right and the Intellectual Dark Web. *Theory, Culture and Society*, vol. 38(6), p. 167-190, 2021
- FIORI, José L. A miséria do novo desenvolvimentismo. *Revista Valor*, 30-11-2011
- FIORI, José L. O desenvolvimentismo de esquerda. *Revista Valor*, 29-12-2012
- FILGUEIRAS, Luís., PINHEIRO, B., PHILGRET, C. & BALANCO, P. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In MAGALHÃES, J. P. de A.: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 35-69, 2010
- FLAVIO, Lucio. Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 112, p. 689-710, out./dez. 2012

FONSECA, Pedro. Desenvolvimentismo: A construção do conceito. *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: Ipea, 2014

G1. *Brasil terá até 3,6 milhões de 'novos pobres' em 2017*, diz Bird. Março de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-tera-ate-36-milhoes-de-novos-pobres-em-2017-diz-bird.ghtml>. Acesso em 08.08.2023

GONÇALVES, Ricardo. Novo desenvolvimentismo e neoliberalismo enraizado. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012a

GONÇALVES, Ricardo. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 31, 2012b

GRUPO DE MILITANTES NA NEBLINA. Masterclass de fim do mundo: conflitos sociais no Brasil em pandemia. Site *Neblina.xyz*, 2022. Disponível em: <https://neblina.xyz/masterclass>. Acesso em 07.08.2023.

IBGE. Frotas de veículos por ano e cidade. Site IBGE, sem data. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/pesquisa/22/28120>. Acesso em 06.08.2023

LYNCH, M. We have never been anti-science: reflections on science wars and post-truth. *Engaging Science, Technology, and Society*, v. 6, p. 49-57, 2020

MEDEIROS, Marcelo.; SOUZA, P. H. G & CASTRO, F. A. O topo da distribuição de renda no Brasil: Primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares (2006-2012). *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, n.1, p. 7-36, 2015

MEIRELLES, Renato. & ATHAYDE, C. *Um país chamado favela*. Rio de Janeiro: Gente, 2014

MPL (Movimento Passe Livre). Não começou em Salvador; não vai terminar em São Paulo. In: HARVEY, D.; MARICATO, E. et alii. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013

NERI, Marcelo. *A nova classe média*, mimeo. Rio de Janeiro: FGV, 2008. Disponível em: www.fgv.br/cps/classe_media. Acesso em 10.02.2014

NERI, Marcelo. *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: FGV/ CPS, 2010

OLIVEIRA, Francisco. *Passagem na neblina*. In: STEDILE, João P.; GENOÍNO, José (orgs.) *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003

OLIVEIRA, Francisco. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: Oliveira e Rizek. C. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007

PAULANI, Leda. Quando o medo vence a esperança. Um balanço da política econômica do governo Lula. *Crítica Marxista* 19, p. 11-26, 2004

POCHMANN, M. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2011

POCHMANN, Márcio. & ORSI, C. Pochmann vê risco de retrocesso na redução da desigualdade no país. *Jornal da Unicamp*, Ed. 635, agosto de 2015. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/635/pochmann-ve-risco-de-retrocesso-na-reducao-da-desigualdade-no-pais>. Acesso em 10.10.2015

QUADROS, Waldir. A evolução da estrutura social brasileira. Notas metodológicas. *Texto para discussão, IE/Unicamp*, n.147, novembro de 2008a

QUADROS, Waldir. A evolução recente da estrutura social brasileira. *Texto para discussão, IE/Unicamp*, n.148, novembro de 2008b

- QUADROS, Waldir. Paralisa econômica, retrocesso social e eleições. *Plataforma Política Social*, 2015. Disponível em: http://plataformapoliticassocia.com.br/wp-content/uploads/2015/01/TD_WaldirQuadros012015.pdf. Acesso em 10.10.2015
- QUADROS, Waldir. & FACHIN, Patrícia. Está em curso um retrocesso social em cascata. Entrevista especial com Waldir Quadros. *Entrevistas IHU Online*, 2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/541562-esta-em-curso-um-retrocesso-social-em-cascata-entrevista-especial-com-waldir-quadros>. Acesso em 10.10.2015
- SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS (SAE). Perguntas e respostas sobre a definição de classe média. 2014. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Perguntas-e-Respostas-sobre-a-Definição-da-Classe-Média.pdf>. Acesso em 02.02.2015
- SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS (SAE). *Assuntos estratégicos: social e renda, a classe média brasileira*. Brasília: SAE, 2014
- SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS (SAE). *Voices da nova classe média*. Caderno 3. Brasília: SAE, abril de 2013
- SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS (SAE). Perguntas e respostas sobre a definição de classe média. Site SAE. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Perguntas-e-Respostas-sobre-a-Definição-da-Classe-Média.pdf>. Acesso em 20.11.2015
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Cia das Letras, 2012
- SINGER, André. Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos de lulismo. *Psicologia USP*. Vol. 26, n. 1, p. 7-14, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v26n1/0103-6564-pusp-26-01-00007.pdf>. Acesso em: 20.10.2018
- SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo horizonte: UFMG, 2010.
- TELLES, V. S. Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo social* 18(1): 173-195, 2006.
- TIBLE, Jean. O que 2013 nos diz? Site A terra é redonda. 19.06.2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-que-2013-nos-diz/>. Acesso em 07.09.2023
- VIANA, S. Será que formulamos mal a pergunta? In: HARVEY, D.; MARICATO, E. et alii. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ZUBOFF, Shoshana. *Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação*. In: Bruno, F., Cardoso, B., Kanashiro, M., Guilhon, L., Melgaço, L. (orgs.) *Tecnopolíticas da vigilância: Perspectivas da margem*. Tradução: Antonio Holzmeister Oswaldo Cruz e Bruno Cardoso. São Paulo, Brasil: Boitempo, 2018.

JOÃO LEONARDO MEDEIROS
RÔMULO LIMA

CONTRA A IDEOLOGIA EMPREENDEDORA: ARGUMENTOS PARA UMA CRÍTICA MARXISTA

Recebido em 30/06/2023

Aprovado em 31/07/2023

CONTRA A IDEOLOGIA EMPREENDEDORA: ARGUMENTOS PARA UMA CRÍTICA MARXISTA

Não basta que as condições de trabalho existam, de um lado, como capital e, de outro, como pessoas que não têm nada a vender senão sua força de trabalho. Também não basta que sejam forçados a se vender voluntariamente. No decurso da produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis evidentes da natureza.

Karl Marx, O capital

Resumo

JOÃO LEONARDO MEDEIROS

Professor da Universidade Federal Fluminense, membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (Niep-Marx) da UFF e da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).

Email: joaoleonardo@id.uff.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5538-8634>

RÔMULO LIMA

Membro do Niep-Marx da UFF.

Email: romuloandrelima@yahoo.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4357-7884>

O propósito deste artigo é examinar criticamente duas teorias, a do capital humano e a do empreendedorismo, como ideias baseadas na mesma visão de mundo conservadora e atomista e muito semelhantes no que se refere à mobilização da prática social. As duas teorias formam, em conjunto, aquilo que podemos denominar ideologia empreendedora. Nossa intenção é mostrar as raízes dessa ideologia e arriscar uma explicação para a sua ampla difusão.

Palavras-chave: ideologia; capital humano; empreendedorismo; crítica marxista

Abstract

The purpose of this paper is to critically examine two theories, that of human capital and that of entrepreneurship. These theories are depicted as ideas based on the same conservative and atomistic worldview and very similar in terms of the mobilization of social practice. The two theories, taken together, form what can be named as entrepreneurial ideology. Our intention is to show the roots of this ideology and risk an explanation for its wide diffusion.

Keywords: ideology; human capital; entrepreneurship; Marxist critique.

Introdução

A citação do Livro I de *O capital* que usamos como epígrafe é um dentre os inúmeros momentos de sua vasta obra em que Marx adverte para o fato de a reprodução capitalista *exigir* e, portanto, suscitar uma consciência da classe trabalhadora em conformidade com seus requerimentos. Isso explica, certamente, a preocupação de Marx em se valer das contradições do capitalismo para contribuir com a formação de uma teoria alternativa, revolucionária, que pudesse influenciar o senso comum e se contrapor às ideias dominantes (por definição, aquelas que inspiram ações cotidianas nada ameaçadoras ao *status quo*). Em outro momento, do Livro III, que aqui nos permitimos citar extensamente, o autor retorna ao tema, mas o examina desde outra perspectiva:

O fato de que, desse modo, um homem sem fortuna, mas com energia, seriedade, capacidade e conhecimento dos negócios, possa tornar-se um capitalista – e o valor comercial de cada indivíduo é estimado mais ou menos corretamente sob o modo de produção capitalista em geral – é bastante admirado pelos economistas apologéticos, embora esse mesmo fato produza um número indesejado de novos cavaleiros da fortuna, que entram em competição com os diversos capitalistas individuais já existentes, e reforce a dominação do próprio capital, ampliando sua base e permitindo-o recrutar sem interrupção forças novas do substrato da sociedade.

Do mesmo modo, o fato de que na Idade Média a Igreja católica formasse sua hierarquia com os melhores cérebros do povo, sem levar em conta estamento, nascimento ou patrimônio, foi um dos principais meios de consolidação do domínio eclesiástico e da supressão do laicismo. *O domínio de uma classe é tanto mais sólido e perigoso quanto maior é a capacidade de essa classe dominante assimilar os homens mais importantes das classes dominadas.* (MARX, 2017b, p. 660-661, grifos adicionados)

Muitas foram as formas de consciência que, ao longo da história do capitalismo, favoreceram a assimilação dos “homens mais importantes das classes dominadas” e reforçaram o domínio de classe – incluindo o vasto repertório de teorias econômicas, evidentemente. O propósito deste artigo

é examinar criticamente duas teorias, a do capital humano e a do empreendedorismo, como ideias baseadas na mesma visão de mundo conservadora e atomista e muito semelhantes no que se refere à mobilização da prática social. Quando vulgarizadas e difundidas popularmente, as duas teorias formam, em conjunto, aquilo que podemos denominar *ideologia empreendedora*. Nossa intenção é mostrar as raízes dessa ideologia e arriscar uma explicação para a sua ampla difusão.

Além desta introdução e de uma nota conclusiva, quatro seções compõem este trabalho. Na primeira, procuramos evitar uma ambiguidade a respeito da categoria ideologia, definindo-a de modo explícito. Em seguida, tratamos da gênese da ideologia empreendedora a partir de seus fundamentos científicos, a teoria do capital humano e a do empreendedorismo. Oferecemos uma breve síntese dessas teorias, dispensando obviamente a linguagem tecnicista em que são formuladas, mas procurando manter máximo rigor e fidelidade aos termos originais. Na seção 3, apontamos as bases históricas para a popularização daquelas teorias científicas em versões vulgarizadas, processo esse que constitui a gênese da ideologia empreendedora. Finalmente, na última seção antes da nota conclusiva, tratamos dos mecanismos de difusão da ideologia empreendedora no processo que denominamos internacional capitalista. A nota conclusiva conjectura sobre razões que, em nosso juízo, possivelmente conduzirão a uma perda do poder de atração da ideologia empreendedora.

I. Ideologia: de que estamos falando?

Há muitas formas de conceber teoricamente a ideologia¹, sendo evidente o despropósito em empreender uma discussão acerca dessa categoria como objetivo lateral de um artigo. Este texto tem por objeto a popularização de teorias científicas que veiculam uma determinada interpretação sobre a relação entre a condição individual e o mercado: a teoria do capital humano e a do empreendedorismo. Acontece que, como registrado até no título do artigo, nossa intenção é caracterizar o conjunto formado pelas teorias do capital humano e do empreendedorismo, junto com suas versões populares, como uma ideologia, a *ideologia empreendedora*. Com efeito, e em face da polissemia conceitual, é obviamente importante esclarecer o que pretendemos dizer com a palavra.

Nossa referência direta é a concepção do filósofo marxista György Lukács. A vasta obra de Lukács contém ao menos duas elaborações muito sólidas, mas não exatamente conciliáveis, sobre ideologia: a da obra-prima publicada no início dos anos 1920, *História e consciência de classe*, e a de sua obra-prima derradeira (e inacabada), *Para uma ontologia do ser social*². Pretendemos nos apoiar na segunda elaboração, mas não poderíamos deixar de mencionar um ponto de contato entre ambas: ideologia, seja na primeira formulação lukácsiana, seja na segunda, é sempre pensada em termos das contradições sociais, particularmente do confronto entre classes sociais.

Em sua obra ontológica, Lukács considera a ideologia como um atributo de ideias capazes de mobilizar pessoas justamente para “dirimir conflitos

¹ Diversos livros e/ou coletâneas clássicas oferecem uma lista extensa e competente de teorias da ideologia influentes, dentro e fora do campo marxista. Para citar três trabalhos conhecidos: Eagleton (1997), Konder (2020) e Žižek (1996). O artigo de Carmo et alii (2021) trata, com muita competência, do empreendedorismo como ideologia neoliberal, apresentando alguns argumentos semelhantes ao que desenvolvemos aqui, embora com ênfase e nível de abstração distintos. Por exemplo, ao tratar da gênese da ideologia empreendedora, recorremos ao tradicional argumento marxista baseado na tendência à queda da taxa de lucro e das contratendências que expressam a reação do capital no sentido de restaurá-la; em Carmo et alii (2021), os fenômenos mais concretos da reestruturação produtiva e da alteração das técnicas de administração capitalista são lançados ao primeiro plano de análise.

² Cf. Lukács (2016; 2013). Uma exposição muito organizada da última concepção de Lukács da ideologia pode ser encontrada em Vaisman (2010).

sociais” (em particular, conflitos de classe). (LUKÁCS, 2013, p. 564) A ideologia não é pensada como substantivo, neste caso, mas como *adjetivo*, como qualidade de ideias que têm a capacidade de desempenhar o que ele chama de *função ideológica*³: permitir que os seres humanos respondam a problemas cotidianos numa sociedade em que existem condições materiais, culturais, políticas etc. distintas, desiguais e contraditórias. O autor reconhece um sentido mais estrito de ideologia, em que a *função ideológica* se relaciona justamente à resolução de problemas cotidianos em meio aos conflitos sociais próprios de sua época histórica, e um sentido mais amplo, no qual o referente é a contradição entre indivíduo e gênero humano tal como expressa sob a forma da contradição entre interesses particulares e gerais⁴.

O que diferencia essa teoria da ideologia do último Lukács daquela mais difundida no campo marxista⁵ é o fato de que a função ideológica não depende do caráter gnosiológico das ideias que a desempenham. (*ibidem*, p. 466-468; p. 480-481) Em outras palavras, tanto ideias falsas como verdadeiras podem desempenhar um papel importante na mobilização da prática em meio a conflitos sociais. Por exemplo, a teoria heliocêntrica desempenhou um papel

³ Nas palavras de Lukács: “ser ideologia de modo algum constitui uma propriedade social fixa das formações espirituais, sendo, muito antes, por sua essência ontológica, uma função social e não um tipo de ser”. (LUKÁCS, 2013, p. 564)

⁴ O sentido mais amplo de ideologia pode ter uma existência antecedente à fratura da sociedade em grupos sociais opostos (castas, estamentos e classes). Por exemplo, normas de convívio de uma comunidade na qual tais divisões não se apresentaram ou não se consolidaram podem causar reação em indivíduos determinados. Ideias mobilizadoras, capazes de conciliar esse conflito, poderiam desempenhar a função ideológica. (LUKÁCS, 2013, p. 474-479) Na concepção de Lukács, nas sociedades de classe, essa forma de ideologia atinge um caráter mais elevado, de ideologia *pura*, pois transcende os conflitos particulares para tratar justamente da conciliação entre a vida pessoal e a mais plena realização possível do gênero humano. A filosofia e a arte seriam formas de ideologia pura. (*ibidem*, p. 538)

⁵ Há que se registrar que não há uma teoria da ideologia que seja consensual entre marxistas, embora haja, de fato, uma concepção dominante: aquela segundo a qual a ideologia é a forma de reflexão acerca do mundo baseada na associação entre, de um lado, a *reificação* e o *estranhamento* (ou seja, na percepção de relações sociais e objetivações da prática humana como “coisas” dissociadas da atividade social que as produz) e, de outro, a *inversão da relação entre ser e consciência* (como se a realidade resultasse da consciência e não o inverso). Na sociedade capitalista, a ideologia refletiria sua forma aparente, posto que, nesta sociedade, as relações sociais figuram, de fato, como “coisas” estranhadas do fazer humano e, ademais, a consciência, já na própria produção material, torna-se algo heterogêneo com relação à execução (o que normalmente é pensado em termos da oposição entre trabalho intelectual e manual). Ao refletir na consciência a figura distorcida que o capitalismo adquire por necessidade, a ideologia favoreceria a preservação da estrutura de propriedade e, portanto, de poder típicas desta sociedade. Por isso, é comum que, nessa vertente, a ideologia seja sinteticamente definida como o pensamento falso socialmente necessário. Uma caracterização consagrada e acessível dessa forma dominante de compreender a ideologia encontra-se em Chauvi (1980). Uma crítica desse tipo de concepção da ideologia, baseada na obra de Lukács, pode ser encontrada em Vaisman (1996; 2010).

ideológico importante quando, muito tempo após sua elaboração, finalmente se converteu em argumento contra a dominação política teologicamente justificada. (*ibidem*, p. 467) De forma semelhante, a qualidade de ideologia não tem relação necessária com o conteúdo moral das ideias que passam a portá-la: concepções infames, como o nazismo, ou emancipadoras, como o feminismo, adquiriram e preservaram seu caráter de ideologia.

As duas teorias que examinamos mais proximamente aqui, a teoria do capital humano e a teoria do empreendedorismo, foram capazes de superar o campo acadêmico e difundiram-se como elementos de uma ideologia, que aqui denominamos *ideologia empreendedora*. Como acabamos de dizer, essa capacidade não tem relação necessária com o caráter de verdade das ideias (ou mesmo com seu caráter moral), mas com a possibilidade de gerar uma resposta *pessoal* (e, eventualmente, coletiva) a problemas cotidianos numa sociedade em que os indivíduos se opõem como sujeitos de diferentes classes, raças, gêneros, etnias etc. Para compreender nosso ponto, é preciso ter ao menos uma visão geral de cada uma dessas teorias, de modo que se possa lançar luz sobre seus elementos comuns e, principalmente, sobre suas diferenças. É o que faremos na seção seguinte.

2. Do capital humano ao empreendedorismo: os fundamentos teóricos da ideologia empreendedora

Ainda que a relação entre escolaridade e nível de renda já fosse estudada no âmbito da economia neoclássica pelo menos desde os anos 1930, é apenas com a elaboração do conceito de capital humano, no fim dos anos 1950, que o tema ganha importância duradoura no debate econômico. Depois do trabalho considerado pioneiro de Jacob Mincer (1958), buscando medir o retorno de “investimentos em educação” sobre a renda individual, Theodore Schultz e Gary Becker, membros da Universidade de Chicago, seguiram desenvolvendo o conceito ao longo dos anos 1960⁶. Schultz (1960) é o primeiro a escrever sobre

⁶ Um histórico bem construído da teoria do capital humano encontra-se em Brown, Lauder e Cheung (2020, Part I).

o impacto do investimento em educação no nível de crescimento econômico. Mas é Becker, com a publicação do livro *Human capital* ([1964]1994), que delimita os contornos clássicos daquilo que até hoje se entende pela ideia. Para ele, o capital humano não é apenas o resultado da educação formal, mas inclui experiências e práticas de aprendizagem que ocorrem no ambiente empresarial, bem como a educação não formal, como cursos de formação específica que não fazem parte das tradicionais estruturas formais de educação. Assim, a experiência no mercado de trabalho e a formação profissionalizante orientada são teoricamente benéficas para o aumento do capital humano.

A ideia básica por trás do conceito formulado por Becker é a de que a lógica de maximização da utilidade, que fundamenta a teoria da firma capitalista no pensamento neoclássico, também pode ser utilizada na análise do comportamento individual e de seus resultados econômicos. Na teoria do capital humano, o indivíduo é caracterizado à semelhança de uma firma, com a diferença obviamente decisiva de que sua operação incide sobre a própria existência do indivíduo simbiótico capitalista-trabalhador. Seu comportamento é equacionado nos moldes de uma função de produção, contabilizando insumos de um lado e um produto determinado de outro. Com os insumos adequados, isto é, adquirindo competências específicas, o indivíduo se tornaria mais produtivo e capaz de auferir benefícios maiores com seu trabalho, ou seja, obter uma renda maior.

Nesse contexto, os rendimentos do trabalho também podem ser compreendidos como dividendos sobre os “investimentos” que as pessoas fazem “em si mesmas”, em seu capital humano, ao longo da vida, de modo que o próprio indivíduo aparece como um caso particular da lógica universal de acumulação de capital⁷. Em última instância, o indivíduo é concebido

⁷ Quando essa teoria é incorporada ao saber econômico convencional, além de seu sentido originário, ela passa também a ser pensada em termos inversos: ou seja, como meio de elevação da produtividade global da sociedade e, portanto, de aumento de investimentos e empregos. Há uma evidente falácia de composição neste caso, pois não se trata mais da recomendação antissocial, mas efetiva, para que os indivíduos se qualifiquem de forma a superar outros indivíduos na concorrência por vagas no mercado de trabalho, mas sim da ideia de que a qualificação *produza por si novas vagas*. Essa ideia aparece expressa sinteticamente, ainda que na linguagem esotérica dos economistas neoclássicos, em Acemoglu e Autor (2012).

como sendo ele mesmo um capital (aqui entendido no sentido econômico vulgar de patrimônio que gera rendimentos⁸) que acumula valor (capital humano) e entra em competição pelo lucro (renda) com os demais capitais individuais.

Se o capital humano foi conceituado como o conjunto de conhecimentos, habilidades, condições e experiências dotadas de valor econômico, a literatura sobre empreendedorismo ampliou o escopo de competências individuais vistas como economicamente úteis. Assim, dimensões que antes se encontravam fora do âmbito original da teoria da capital humano também passaram a ser consideradas elementos determinantes do êxito econômico, tais como as capacidades de julgamento e de tomada de decisões e até mesmo a capacidade de ter ideias criativas.

Mesmo que a teoria de Schumpeter sobre o papel da inovação no desenvolvimento capitalista possa ser considerada uma forma antecipada de estudo do empreendedorismo, o tema permaneceu marginal e disperso em diferentes disciplinas até os anos 1980⁹. (LANDSTRÖM, 2020) É nessa época que um campo de pesquisa próprio acerca do tema começa a se afirmar. A noção ampla de empreender, significando a condução de atividades voltadas à obtenção de lucro, claro, é bem mais antiga. (VALE, 2014; LANDSTRÖM, 2020) Mas não parece fortuito que a ascensão do empreendedorismo como

⁸ Como se sabe, Marx rechaçou essa concepção aistórica de capital e o concebeu como uma relação social de produção na qual os seres humanos percebem todos os elementos que constituem a riqueza como meios de enriquecimento privado. Historicamente essa relação social só pôde se consolidar a partir da relação entre a classe capitalista e a classe trabalhadora. Antes mesmo de ter gestado as categorias definidoras de sua crítica da economia política, Marx (junto com Engels) já dizia: “Ser capitalista significa assumir uma posição não apenas puramente pessoal, mas também uma posição social na produção. O capital é um produto coletivo, algo que só pode ser posto em movimento pela atividade conjunta de muitos membros da sociedade, ou, em última instância, pela atividade conjunta da totalidade de seus membros”. (MARX & ENGELS, 2012, p. 61).

⁹ Entre os antecedentes da teoria do empreendedorismo são mencionados, na verdade, diversos autores e correntes, numa escolha aparentemente aleatória. Boutillier e Uzunidis (2014), por exemplo, citam o próprio Schumpeter, Smith, Coase e até Marx como pioneiros da moderna teoria do empreendedorismo!!! Segundo Carmo *et alii* (2021, p. 20), “há certo consenso entre os pesquisadores em considerar Richard Cantillon e Jean-Baptiste Say como os primeiros a utilizarem o termo empreendedor”. Para Leite e Máximo e Melo (2008), as figuras centrais para a edificação da teoria do empreendedorismo são Schumpeter e o psicólogo David McClelland.

teoria científica coincida com uma série de declarações sobre sua importância para o sucesso individual e coletivo¹⁰.

A consolidação do empreendedorismo como campo de pesquisa, portanto, coincide com a emergência do tema no discurso cotidiano – assunto ao qual retornaremos na sequência. Essa característica contribui para que uma definição clara e consensual de conceitos-chave ligados ao empreendedorismo seja uma tarefa difícil. O empreendedorismo pode ser abordado, por exemplo, como uma função desempenhada por indivíduos em suas atividades econômicas. É o caso do criador de oportunidades de Baumol (1990) ou do empresário inovador de Schumpeter (1934), ou ainda, de modo mais genérico, do capitalista que gere um empreendimento produtivo, o que remonta, em última análise, a Smith (1985). Mas a figura do empreendedor também pode ser abordada a partir do conjunto de atributos ou competências que o definem. É nessa abordagem concentrada em atributos sociológicos, psicológicos e comportamentais do empreendedor que parece haver uma zona ainda maior de interseção entre a teoria do capital humano, o conceito de empreendedorismo e o uso comum do termo na linguagem cotidiana.

Os primeiros estudos sobre a relação entre capital humano e empreendedorismo aparecem nos anos 1990¹¹. (MARVEL *et al.*, 2016) À primeira vista, porém, não se nota uma filiação teórica direta entre a teoria do capital humano desenvolvida por autores ligados à escola de Chicago e a reflexão mais sistemática em torno da ideia de empreendedorismo. De modo geral, o conceito de capital humano é expandido para dar conta de outros atributos individuais pertinentes ao campo do empreendedorismo e, como tal, tende a ser utilizado como variável explicativa do êxito em criar empresas ou em mantê-las funcionando, por exemplo. No plano teórico imediato, pois, parece se tratar de duas teorias articuláveis, mas estanques. Em

¹⁰ Para oferecer um único exemplo singelo, ainda que representativo: Ronald Reagan (1985), na condição de presidente dos Estados Unidos, proclamou a década de 1980 como a “era do empreendedor”.

¹¹ Sobre a relação entre a teoria do capital humano e a teoria do empreendedorismo, ver também Estrin *et al.* (2016).

outras palavras, é possível sustentar cada uma das construções sem recorrer necessariamente à outra¹². Contudo, por trás da aparente ausência de encadeamento teórico entre elas, há sim, além de forte complementaridade temática, uma lógica comum que serve de substrato às duas formulações. Vejamos os dois pontos separadamente.

Do ponto de vista da complementaridade temática, pode-se elencar três argumentos básicos capazes de resumir a importância do conceito de capital humano para o campo do empreendedorismo (MARVEL *et al.*, 2016). Primeiro, o capital humano é essencial na descoberta de oportunidades empreendedoras. Em segundo lugar, considera-se que o capital humano é útil na aquisição de recursos financeiros que permitem lançar novas empresas. Terceiro, o acúmulo de capital humano ajuda a expandir as vantagens competitivas das empresas. A ligação entre capital humano e empreendedorismo é, portanto, nítida: quanto maior o acúmulo de capital humano (basicamente, conhecimentos aplicáveis na geração de valor), maiores são as chances de êxito empreendedor. (DAVIDSSON & HONIG, 2002; UNGER *et al.*, 2011) Em outras palavras, postula-se que, “diante de um cenário de oportunidades rentáveis para novas atividades econômicas, os indivíduos com mais capital humano são os que melhor percebem a exploração de oportunidades de sucesso” (FONTENELLE & MOURA, 2011).

Do ponto de vista do substrato lógico comum, não é difícil notar, tanto na teoria do capital humano quanto na abordagem individualizada do empreendedorismo, o argumento implícito de que, se o indivíduo pode maximizar seus ganhos ou chances de êxito investindo em “si”, então esse mesmo indivíduo também se torna responsável por seu próprio nível de renda ou pelo sucesso de própria empresa. Em ambas as formulações, a responsabilidade pela obtenção das capacidades decisivas para o sucesso econômico recai implícita ou explicitamente sobre o indivíduo. Tem-se a sobreposição

¹² Que a teoria do capital humano independe da teoria do empreendedorismo constata-se facilmente pela simples precedência cronológica da primeira sobre a segunda. Mas o campo de pesquisa sobre o empreendedorismo, por sua vez, também dispensa a causalidade estabelecida por Becker entre educação e nível de renda.

de uma mesma ontologia individualista (atomista) que, ademais, concebe a ação humana sob o prisma da valorização e da competição, a ponto de reduzir a própria ação humana a uma dimensão da reprodução econômica do capitalismo. Isso não é nada surpreendente, já que para Becker (1994) toda ação humana é capaz de ser compreendida por meio da análise econômica, o que significa que, para o autor, todos os aspectos do comportamento humano podem ser traduzidos em termos de preços.

É evidente que, por si só, a concepção do ser humano como capital e sua assimilação pelo campo de estudos do empreendedorismo não poderia ter produzido as mudanças subjetivas e o surgimento da ideologia empreendedora. Foi necessário que essa concepção descesse ao cotidiano em formas vulgarizadas numa época em que as pessoas de carne e osso que constituem a classe trabalhadora se sentissem particularmente isoladas e absolutamente sós diante do mercado. Uma época como a atual não poderia ter a ópera como seu produto cultural típico, da mesma forma como dificilmente teria ideias sobre as relações sociais baseadas na solidariedade. De todo modo, entre o plano mais elevado, teórico, e as formas vulgarizadas, há um vasto terreno de mediação ocupado pelos elementos que atuam diretamente sobre a produção simbólica, dentre os quais se destacam, nas condições atuais, o Estado e as empresas da chamada indústria cultural, incluindo aí a mídia corporativa.

3. A gênese histórica da ideologia empreendedora

Compreender a gênese da ideologia empreendedora é algo diferente, entretanto, de compreender os elementos que atuam deliberadamente ou não no sentido de sua ampla difusão. No primeiro caso – que trataremos agora, deixando a questão da difusão para a seção seguinte –, parece-nos inevitável reconhecer como elemento causal decisivo a sucessão de crises econômicas que começaram na década de 1970 nos países centrais e se espalharam pela sempre mais instável periferia global. No campo marxista, essa conjuntura de instabilidade permanente tem sido interpretada em termos da

tendência à queda da taxa de lucro, cuja causa última é a própria dinâmica capitalista baseada na extração de mais-valor relativo¹³. Mecanismos diversos teriam ativado a capacidade produtora de fenômenos dessa tendência, dentre as quais podemos destacar particularmente a hipertrofia das formas financeiras de capital, que elevaram a partilha do mais-valor, reduzindo a taxa de lucro. (CARCANHOLO, 2021)

Diante da efetivação da tendência à queda da taxa de lucro¹⁴, a reação do capital no sentido de restaurá-la envolveu e ainda envolve elementos contra-arrestantes diversos, desde a redução do período de rotação do capital (que tem relação direta com a catalisação da crise ecológica) até, como não poderia deixar de ser, o aumento brutal da extração de mais-valor absoluto e relativo (que, neste último caso, retroalimenta a tendência).¹⁵ Neste caso, o resultado não poderia ter sido alcançado na presença de obstáculos institucionais ao avanço do capital sobre o trabalho: leis trabalhistas rígidas, sindicatos fortes, movimentos sociais ativos, sistema previdenciário sólido, provimento dos chamados bens públicos de qualidade e gratuitos etc. Não surpreende, portanto, que a história do capitalismo do último meio século tenha justamente a desarticulação desse aparato institucional como um de seus mais importantes traços definidores.

Também não é nada surpreendente que, no mesmo período, uma agenda política passou a ser implementada a partir da ideia de que a estagnação econômica poderia ser combatida por meio da flexibilização das relações de

¹³ Para evitar oferecer uma lista extensa de referências, sugerimos o artigo de Carcanholo (2021) e Augusto (2005) que, além de teoricamente rigorosos, abordam elementos diversos do debate no campo marxista sobre a relação entre a tendência à queda da taxa de lucro e as crises. A bibliografia mobilizada nesses dois trabalhos pode servir de ponto de partida para uma pesquisa sobre o tema.

¹⁴ Michael Roberts (2022), num texto informativo, voltado à divulgação, trouxe uma síntese de estimativas a respeito da efetivação da tendência à queda da taxa de lucro. O autor cita, por exemplo, os dados produzidos por Deepankur Basu *et alii*, que estimam uma queda de cerca de 25% da taxa de lucro entre os anos 1960-2020 para 25 países (a maior parte deles do G20) e outra estimativa, de sua própria elaboração, muito semelhante, para os países do G20. Ambos os cálculos revelam uma queda pronunciada das taxas de lucro entre os anos 1960 e 1980 e um movimento descendente linear mais suave desde os anos 1980.

¹⁵ Cf. Marx (2017b, seção III).

produção e da circulação de bens e serviços¹⁶. O modelo adotado passou a favorecer a privatização de bens públicos (educação, saúde, moradia, aposentadoria etc.), a liberalização do sistema financeiro, a abertura das economias nacionais ao comércio global, a fixação compulsiva com a austeridade fiscal. A história da imposição desse conjunto de medidas de mercantilização radical da vida a países de todo o globo é bem conhecida e pode ser retratada pelo binômio típico da teoria da hegemonia de Gramsci: (muita) coerção e consentimento. A rigor, trata-se da mesma coisa operando por meios diversos, pois o “consentimento”, neste caso, foi forjado pela própria coerção – o que pode ser ilustrado tipicamente pelos golpes de Estado na América do Sul dos anos 1960 e 1970, que desequilibraram com morte e tortura as disputas tanto no campo político quanto no terreno intelectual e artístico.

O que nos importa enfatizar, contudo, é que, antes da virada neoliberal, as chamadas “falhas” intrínsecas ao funcionamento do capitalismo eram frequentemente apontadas como sendo responsáveis pelo desemprego e pela desigualdade social, por exemplo. A partir dos anos 1980, esses mesmos males passaram a ser sistematicamente atribuídos ao Estado e às instâncias de representação de classe dos trabalhadores, sindicatos e partidos de esquerda tradicionais. Nessa nova abordagem, o capitalismo deixou de ser visto como o problema e passou a ser considerado a solução universal, como defendido por autores como Milton Friedman, outro membro da Universidade de Chicago.

Quando, de fato, a regulação estatal e a operação dos mecanismos de representação coletiva da classe trabalhadora são percebidas como o problema, a solução para os desajustes sociais passa a ser buscada nos próprios indivíduos, que são compelidos a se comportar de acordo com essa nova realidade. Com o desmonte do Estado provedor de bem-estar social (onde algo

¹⁶ Concordamos, todavia, com Carcanholo (2017, p. 131-133) quando afirma que o neoliberalismo não pode ser confundido com a adoção de políticas econômicas ortodoxas, sendo antes uma estratégia de desenvolvimento pró-capital baseada em, segundo seus próprios formuladores, estabilização macroeconômica e reformas estruturais liberalizantes. A estabilização macroeconômica, uma expressão técnica que quer dizer apenas contenção da inflação qualquer que seja o custo humano, poderia ser obtida por meio de políticas ortodoxas ou heterodoxas.

assim chegou a tomar forma, claro), o ataque aos sindicatos e a domesticação dos partidos de esquerda, a palavra de ordem se torna *responsabilidade individual*. Responsabilidade para investir em si mesmo e fazer as escolhas profissionais corretas de modo a garantir acesso a educação, saúde, moradia e aposentadoria, já que a oferta de bens públicos foi sendo pouco a pouco estrangulada.

Acontece que a experiência produzida após a modelagem neoliberal do mundo está longe de assemelhar-se ao cenário prometido pelos cientistas que a prescreveram e sustentaram. A maior parte da população mundial enfrenta um cotidiano bárbaro, marcado pela insegurança no trabalho, pelas longas jornadas, pela baixa remuneração, pelas condições habitacionais precárias, pelo ambiente urbano totalmente degradado¹⁷. A isso se soma o caleidoscópio de horrores da crise climática, das guerras, das pandemias e da imigração¹⁸. Nessa conjuntura, não por acaso, recrudescem sentimentos baseados no ódio e no reacionarismo romântico, como o racismo, o machismo, o chauvinismo e doenças sociais semelhantes. É evidente que um cotidiano de barbárie, que fratura relações pessoais e mecanismos de solidariedade coletiva, por outro lado favorece ainda mais as ideias que motivam uma prática de reação individual contra pessoas e condições consideradas hostis. Nesse contexto de ênfase no individualismo, a precariedade passa a ser literalmente vendida como liberdade. Ato contínuo, a novilíngua neoliberal difunde a ideia de que a empregabilidade depende da flexibilização das relações de trabalho e que isso, na verdade, é uma conquista do trabalhador. É assim que, paulatinamente, o modelo padrão de comportamento espelhado organizadamente para o indivíduo passa a ser o do empreendedor.

¹⁷ Não há como maquiagem a tragédia social contemporânea. Por conseguinte, há uma plethora de estudos de organizações como o Banco Mundial, a ONU (Pnud) e o próprio FMI que registram os efeitos danosos do neoliberalismo. Recomendamos, em particular, os trabalhos da ONU (Pnud), por sua maior diversidade temática: Human development reports. Disponível em: <https://hdr.undp.org/>. Acesso em 10/03/2023.

¹⁸ A pandemia de coronavírus permitiu a difusão de reflexões diversas sobre o estado de degradação social e ambiental em que nos encontramos. Podemos citar, por exemplo, uma conjugação entre os trabalhos de Antunes (2022) e de Sá Barreto (2022, Parte III).

Afinal, a prosperidade depende de indivíduos capazes de criar e aproveitar oportunidades. A emergência da ideologia empreendedora acompanha perfeitamente, enfim, as mudanças nas condições de vida e trabalho que se convencionou chamar de neoliberalismo.

A ideologia empreendedora oferece a comodidade de reunir uma série de justificativas e formas de convencimento no interior de um mesmo discurso. O próprio caráter vago do conceito de empreendedor permite que ele se aplique a várias situações diferentes e, dada a massificação do discurso pró-mercado, numa valoração quase sempre positiva do termo. Essa ideologia apresenta, de fato, um potencial de unificação e de generalização formidáveis do ponto de vista dos interesses de reprodução do capital, o que de certo modo explica o investimento massivo da mídia corporativa em promovê-la¹⁹.

Virtualmente qualquer pessoa pode se tornar um empreendedor ou uma empreendedora: o fundador de uma empresa, a gerente de um pequeno negócio por conta própria, uma jovem em busca de seu primeiro emprego ou qualquer pessoa que tome uma iniciativa estratégica no interior de uma empresa, assim como uma artista e até um pastor ou padre. Isso transforma o empreendedorismo num conjunto de crenças que justifica e legitima o comprometimento dos indivíduos muito diversos em atributos pessoais e sociais com a reprodução da sociabilidade capitalista.

O empreendedorismo desponta, em suma, como a ideologia de crise prolongada do capitalismo ou (e esta é a outra face da moeda) como o conjunto de crenças que permite aos que representam o interesse do capital incorporar a realidade do fracasso social à psicologia coletiva, invertendo o sentido da crise. O empreendedor da própria vida fornece assim o mecanismo de

¹⁹ No Brasil, a maior corporação midiática do país, a Rede Globo, lançou em 2019, com consórcio com outras megacorporações (inclusive bancos), a campanha VAE: Vamos Ativar o Empreendedorismo. Disponível em: <https://vae.g1.globo.com/especial-publicitario/>. Acesso em 10/03/2023.

Desde então, as peças publicitárias da campanha têm sido veiculadas insistentemente em todos os veículos da Globo. Há ainda, no Brasil, um canal de TV por assinatura exclusivamente dedicado ao empreendedorismo, o Canal Empreender. Disponível em: <https://canalempreender.com/>. Acesso em 10/03/2023.

controle social ideal – posto que interno, voluntário e invisível – da própria classe trabalhadora num mundo caindo aos pedaços.

4. A internacional capitalista: a difusão da ideologia empreendedora

Uma breve consulta na internet (ou uma noite em frente aos telejornais e/ou novelas) permite revelar que a teoria do capital humano e a teoria do empreendedorismo foram capazes de transpor os muros das universidades e influenciar o senso comum. Nos últimos anos, talvez há mais de uma década, a versão popularizada da teoria do empreendedorismo, em particular, está presente em todo lugar: no jornalismo, nos livros de crianças em idade tenra²⁰, nas propagandas de produtos diversos, em filmes etc. Não é nenhum absurdo sugerir que, após já uma certa continuidade, a ideia povoa o senso comum e motiva ações práticas. Isso, na verdade, é mera constatação factual, pelo que cabe agora explicar essa capacidade.

Dois elementos são decisivos para isso. O primeiro deles foi já abordado na seção anterior. A atual conjuntura da reprodução capitalista torna cada vez mais precária a condição dos trabalhadores em plano mundial (inclusive nos chamados países “do centro”), ressuscitando formas brutais de extração do mais-valor como condição necessária para a recuperação das taxas de lucro. Dissemos ali que isso não poderia ocorrer sem a eliminação de anteparos institucionais ao aumento da taxa (e, podemos acrescentar agora, da massa) de mais-valor: leis trabalhistas, sindicatos fortes e atuantes, previdência social e Estado de bem-estar etc. Ocorre que o mesmo pode ser

²⁰ A mais conhecida série de quadrinhos do Brasil, a Turma da Mônica, da Maurício de Souza Produções, fechou uma parceria com o Sebrae para lançamentos frequentes sobre o tema do empreendedorismo. A temática foi incluída como disciplina da grade curricular de inúmeras escolas particulares do país. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/cultura-empreendedora/educacao/turma-da-monica-e-sebrae-lancam-revistinha-em-prol-do-empreendedorismo-feminino/>. Acesso em 10/03/2023.

Num livro didático adotado para crianças do primeiro segmento do ensino fundamental (crianças entre 8 e 9 anos), intitulado *Oficina de negócios: empreendedorismo para crianças*, os empreendedores são apresentados da seguinte forma: “O empreendedor nato tem um conjunto de características indispensáveis. Tem coragem para aceitar riscos, é otimista e possui um desejo grande de ser protagonista. O empreendedor precisa fazer uma coisa em que ele acredita”. (NORONHA e SOARES, 2017, p. 18)

dito de ideias capazes de conformar a consciência das classes proprietárias e, sobretudo, da classe trabalhadora, fazendo com que percebam esse processo como algo necessário ou mesmo natural (no sentido de inevitável, ou seja, necessariamente implicado pelo modo como a sociedade opera regularmente).

Não é possível exagerar essa relação entre a atual condição do capitalismo e as ideias que mobilizam as práticas das diferentes classes sociais sem incorrer num economicismo vulgar. Ideias e práticas sociais nunca são uniformes, monolíticas, ou expressão mecânica direta de condições econômicas determinadas, mas sempre comportam contradições e uma historicidade própria. No caso da ideologia empreendedora, isso se revela tanto nas diferentes formas de contestação de sua lógica, teóricas ou não, mas também no próprio esforço midiático e propagandista para fazer de tais ideias senso comum. De todo modo, é certo que uma economia escravagista não pode subsistir por muito tempo sem uma cultura escravagista, da mesma maneira que a barbárie capitalista não poderia progredir aceleradamente na ausência de uma cultura da conformação.

O mérito das duas teorias que conformam os pilares científicos da ideologia empreendedora reside, no que se refere à própria ideologia, justamente em sua capacidade de reeditar um argumento típico das teorias econômicas do bem-estar social, desde seus antecedentes grotescos da formulação malthusiana: responsabilizar as vítimas das contradições insuperáveis da reprodução capitalista por sua própria condição²¹. Se Malthus, um dos primeiros e mais impudentes teóricos da miséria alheia, culpava o ímpeto sexual do que chamava de “camadas mais baixas da população” (ou seja, trabalhadoras e trabalhadores em pior condição material), as formulações atuais responsabilizam os indivíduos por decisões presumidamente racionais tomadas em condições sociais que são apenas artificialmente declaradas como passíveis de serem equalizadas.

²¹ Medeiros (2013, capítulo 13) elabora uma crítica marxista da teoria do capital humano em sua extrapolação como teoria econômica do bem-estar social. Essa crítica também poderia ser estendida à teoria do empreendedorismo, com muito pouca adição.

Isso já foi dito, ainda que brevemente. Agora, acrescentaremos um novo elemento: as teorias do capital humano e do empreendedorismo são capazes de difundir a lógica de responsabilização individual dos sujeitos, seja na condição de trabalhador, seja na condição de empreendedor mesmo – desde o século XVIII, pelo menos, um eufemismo para capitalista.²² Em ambos os casos, a rigor, os sujeitos são retratados como capitalistas de si próprios que podem oferecer seu “capital individual” para aproveitamento alheio ou para autoexploração. O ponto decisivo dessa homogeneização dos sujeitos como capitalistas de si próprios é que, em tese, não há nenhum atributo particular que seja exigido para que assim se percebam e sejam retratados: brancos, brancas, povos indígenas, pretas e pretos, jovens, idosos, católicos e muçulmanos – qualquer pessoa poderia desenvolver suas capacidades e tornar-se assim, presumidamente, capaz de extrair porções adicionais de riqueza do mercado.

Se pensarmos na condição de classe, há algo curioso aqui. Ainda muito jovem, Marx já foi capaz de perceber que, para aqueles que expressavam em linguagem teórica a insensibilidade do capital diante da classe trabalhadora (ou seja, os economistas), o proletariado não passava de um cavalo produtivo, desprovido de qualquer atributo ou interesse particular que não a possibilidade de servir ao processo produtivo. (MARX, 2015, p. 253) Em tese, de fato, qualquer ser humano pode vender sua força de trabalho ao capital e, para o capital, a única condição relevante é que o consumo da força de trabalho resulte em mais-valor. Como disse o mesmo autor anos depois, “diante do capital, todos os seres humanos são iguais: uma modista e um ferreiro”.²³ (MARX, 2013, p. 327) Considerando que a condição de pertencimento à classe trabalhadora (*i. e.*, a tendência à proletarização) progrediu ao longo dos séculos até alcançar a maioria

²² De acordo com Gláucia Vale (2014, p. 876), a origem da palavra empreendedor, “utilizada no sentido de alguém que controla uma empresa, teria surgido em 1770, com Abbé Galiani”, embora seu uso tenha se tornado frequente apenas no século XIX com os trabalhos de Saint-Simon.

²³ Sobre a noção de classe trabalhadora, como diz o título do livro, “do tempo de Marx aos dias atuais”, ver Mattos (2019).

esmagadora da população mundial *pari passu* com o próprio avanço do capital pelo globo e por sua penetração no tecido da vida social, *a diversidade interna da classe se acentuou extraordinariamente*. Se transformar a condição *em si* de trabalhador ou trabalhadora numa autoconsciência de classe que faculte uma mobilização coletiva sempre foi uma questão dos movimentos políticos em favor da classe trabalhadora, a tarefa tornou-se cada vez mais complexa em meio a esse processo de diversificação interna.

Não faltaram, ao longo da história dos movimentos políticos da classe trabalhadora, rendições e declarações de fracasso. Teóricos e políticos que declararam o fim do trabalho, o fim das classes e, com base nisso, o fim das ideologias nada mais fizeram do que rejeitar a ideia de que a condição de trabalhador e trabalhadora em si pudesse servir de base para a formação de uma consciência coletiva universal que amalgamasse as pessoas não por aquilo que têm de diverso em sua particularidade ou mesmo singularidade (a língua, a cor da pele, a orientação sexual, a cultura, a etnia, os gostos mais íntimos e, eventualmente, excêntricos etc.), mas justamente por essa condição virtualmente universal em nosso tempo histórico. Numa síntese extrema, desde o ponto de vista político-ideológico, pode-se dizer que a história do pensamento de esquerda tem como elemento central, há pelo menos um século, a viabilidade do projeto de formação da consciência da classe trabalhadora.

Pois enquanto, na esquerda, discutia-se (e ainda se discute) abertamente a possibilidade de forjar uma consciência de classe com pretensão universal, por outro lado, a própria reprodução capitalista tratou de favorecer espontaneamente a formação de uma consciência de classe com o mesmo caráter universal, mas de sentido inverso. Aquilo que a chamada nova esquerda ou esquerda pós-moderna rejeitou como inalcançável e, ademais, indesejável, emergiu na prática como realidade e hoje, em grande medida, como projeto: a conformação da consciência dos sujeitos como capitalistas em

potencial, o que significa dizer, na maioria dos casos, de trabalhadores e trabalhadoras que enxergam no espelho o oposto do que são.²⁴

Temos, portanto, o seguinte paradoxo. De um lado, a maioria absoluta da população mundial pertence, em si, à classe trabalhadora, mas grande parte do pensamento ilustrado afinado com os interesses dessa classe e com suas expressões ideológicas rejeita, contraditoriamente, a conformação da consciência da classe trabalhadora. Por outro lado, apenas uma minoria ínfima da população pode ser dita, de fato, capitalista, mas o pensamento ilustrado que representa o capital e as suas expressões ideológicas conseguiram difundir, na prática, uma consciência dessa classe como universal – aquilo que podemos chamar de *internacional capitalista*. A internacional capitalista é, portanto, o processo de difusão da ideologia empreendedora como senso comum.

O sucesso da internacional capitalista tem relação com o próprio poder do capital, que hoje domina de modo muito estreito a chamada indústria cultural, de formação e difusão simbólica, do jornalismo a todas as formas de arte. Mas talvez seja ainda mais importante reconhecer que a prática de trabalhadores e trabalhadoras orientadas pela consciência da classe oposta configura uma reação às condições brutais do capital que, em vez de obstá-las, as reforçam *deliberadamente*. A rigor, esse é justamente a função ideológica das teorias que aqui examinamos: elas são, em sua versão vulgarizada, formas de consciência destinadas a desarmar impulsos revolucionários *ou mesmo reformistas* das pessoas que, em sua diversidade, constituem a classe trabalhadora.

²⁴ A novidade aqui é apenas a escala que a difusão ideológica alcançou, pois o pensamento conservador sempre procurou apagar as fronteiras entre as classes sociais. Em 1847, ainda num momento prematuro de sua crítica da economia política, Marx distinguia três escolas do pensamento econômico: a fatalista, a humanitária e a filantrópica. Sobre esta última, dizia o autor: a escola filantrópica “nega a necessidade do antagonismo; quer tornar burgueses todos os homens e realizar a teoria na medida em que esta se distingue da prática e não contém nenhum antagonismo. É supérfluo dizer que, na teoria, é fácil abstrair das contradições que encontramos a cada passo na realidade. Essa teoria seria então a realidade idealizada. Assim, os filantropos querem conservar as categorias que exprimem as relações burguesas sem o antagonismo que as constitui e é inseparável delas. Imaginam combater seriamente a prática burguesa e são mais burgueses que os outros”. (MARX, 2017a, p. 112)

Nota conclusiva: para além da ideologia empreendedora (e do fascismo)

Para encerrar com uma nota conclusiva, é frutífero recorrer, ainda que brevemente, a uma ilustração. Pensemos no fenômeno que tem sido designado por uberização: a forma de contratação da força de trabalho que tem a informalidade como regra e a demanda de trabalhadores *just in time* como característica central.²⁵ O fundamento objetivo da uberização é, indubitavelmente, a precarização geral do trabalho, de que é forma particular.²⁶ No plano subjetivo, no entanto, a uberização exige uma consciência da degradação pessoal como impulso para a dedicação desmedida e incondicional ao trabalho. Para a formação dessa consciência colaboram os temores concretos de carência material, mas também a crença de que é possível prosperar pelo desenvolvimento individual e pela autoexploração. A responsabilidade pelo fracasso deixa de ser projetada a uma instância supraindividual (o Estado ou, numa visão mais antiga, o mercado) e passa a ser lançada para a própria capacidade.

Esse tipo de consciência individualista e conformista exige, por sua vez, formas de consciência que deem conta dos indispensáveis laços sociais, desde as relações sociais mais íntimas (familiares e de amizade pessoal) até as mais impessoais (profissionais, por exemplo). Não é arriscado supor que diversas formas de interação social, quer ocorram no âmbito religioso, quer no esportivo ou de qualquer outra atividade de lazer coletivo, atendem em larga medida a essa demanda. Também desempenham o mesmo papel ideológico as formas de consciência moralmente reprováveis, que têm por

²⁵ Sobre a uberização, conferir Antunes (2020) e Abílio *et al.* (2021).

²⁶ Tomando como exemplo o Brasil, os níveis de informalidade batem recorde ano após ano, a ideologia empreendedora se destaca como estratégia de sobrevivência em meio à desregulamentação das relações entre capital e trabalho, que se traduz em crescente insegurança e precariedade para muitos cuja existência depende apenas do próprio trabalho. Cf. “Número de trabalhadores em aplicativos de entrega de mercadorias cresce quase 1.000% em 5 anos, aponta Ipea”; disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/10/08/numero-de-trabalhadores-em-aplicativos-de-entrega-de-mercadorias-cresce-quase-1000percent-em-5-anos-aponta-ipea.ghtml> (acesso em 10/03/2023); e “Informalidade recorde acompanha queda no desemprego em 2022, mostra pesquisa; disponível em”: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/03/informalidade-recorde-acompanha-queda-no-desemprego-em-2022-mostra-pesquisa.shtml> (acesso em 10/03/2023).

base a alteridade, referindo-se ao diverso de forma excludente e violenta: o racismo, o sexismo, a xenofobia etc. Esses são traços visíveis a olho nu da condição ideológica de nossa época.

Para quem nutre algum sentimento de repulsa ao capitalismo e uma esperança revolucionária, trata-se, lamentavelmente, de uma distopia realizada. Há, no entanto, uma contradição interessante, que precisa ser mencionada por conter em si uma fresta através da qual talvez possamos fazer deslizar novamente um sentimento revolucionário (embora a mesma fresta possa nos dragar para uma situação ainda mais dramática). A contradição de que falamos é a seguinte: o marxismo e, sobretudo, o comunismo dificilmente tiveram tão pouco prestígio popular. Pelo critério de Lukács, podemos dizer que deixaram de ser uma ideologia, pois perderam a função ideológica. A rigor, a maioria absoluta da população sequer tem uma vaga noção do que seja uma coisa ou outra. A despeito disso, porém, nota-se uma verdadeira fixação na extrema direita com o marxismo, em particular, e com o comunismo, em geral, como se ainda vivêssemos num passado em que esses termos significavam para as pessoas algo diverso do mal absoluto.

Essa contradição talvez expresse algo que parece ser cada vez mais verdadeiro: que o capitalismo perdeu a capacidade de oferecer à humanidade algo além do terror cotidiano atual e do extermínio projetado da vida humana. Pela primeira vez na história do capitalismo, a fronteira final de sua reprodução parece efetiva. Não é certamente possível permanecer em meio ao neoliberalismo sem acentuar a miséria, a desigualdade, a fome, a beligerância, a imigração em massa, as formas diversas de opressão e, ademais, sem tornar inevitável o colapso ambiental. A questão é que, considerando que a alternativa típica de regulação do capital é aquela que se baseia no controle do ciclo como meio catalisador do crescimento econômico (o chamado keynesianismo), então, ainda que isso surtisse efeitos sobre as chamadas mazelas sociais, o preço a ser pago seria alto demais: a catalisação da crise ambiental e, portanto, a abreviação do tempo de vida humana restante.

Num cenário como esse, parecem restar apenas duas alternativas diametralmente opostas no terreno ideológico: uma ideologia fascista e outra comunista. Então, curiosamente, a paranoia da extrema direita pode ter como fundamento o reconhecimento correto, ainda que torto, de que a única alternativa para preservar por algum tempo a atual estrutura de propriedade e de poder seja o genocídio fundado em formas de consciência excludentes e desumanas. E, no sentido inverso, que a única forma efetiva de oferecer à humanidade uma saída ao colapso ambiental seja uma revolução que rompa com a estrutura de propriedade, de classes, e faça cessar a dinâmica cega do mercado. A disjuntiva luxemburguiana, socialismo ou barbárie, nunca se apresentou de modo tão extremo.

Se nossa conjectura fizer sentido, é preciso reconhecer que ambas as alternativas dispensam a ideologia empreendedora, ainda que por motivos diversos. No caso do fascismo, porque o ponto não é autorresponsabilização de indivíduos abstratos, mas a eliminação de grupos humanos particulares. No caso do comunismo, porque a ação anticapitalista depende de uma ampla solidariedade entre grupos humanos muito diversos no plano global. Os últimos cinquenta anos foram o período de ascensão e domínio da ideologia empreendedora, sendo provável que ingresseemos a seguir num período de decadência de sua influência sobre o senso comum. Hoje, lamentavelmente, a ideologia que parece ser a candidata mais próxima de sucedê-la é a do fascismo. Isso só reforça a necessidade de reeditar em curto prazo uma saída ideológica e uma prática revolucionária que neguem tanto a ideologia empreendedora quanto a fascista, além das formas de prática por elas motivadas.

Referências

- ABÍLIO, Ludmila C.; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas, *Sociologias*, Porto Alegre, ano 23, n. 57, mai-ago 2021, p. 26-56
- ACEMOGLU, Daron & AUTOR, David, What does human capital do?, *NBER Working Paper No. 17820*, Cambridge, MA, February 2012.
- ANTUNES, Ricardo (org.). *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, Ricardo. *Capitalismo pandêmico*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- AUGUSTO, André Guimarães. Lei de tendência à queda da taxa de lucro: resenha crítica de uma polêmica, *Economia-Ensaio*, Uberlândia, 19(2), jul./2005, p. 111-124.
- BAUMOL, William. Entrepreneurship: productive, unproductive, and destructive, *Journal of Political Economy*, Chicago, vol. 98, n. 5/1, Out., 1990, p. 893-921.
- BECKER, Gary [1964]. *Human capital. A theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- BOUTILLIER, Sophie & UZUNIDIS, Dimitri, The theory of the entrepreneur: from heroic to socialised entrepreneurship, *Journal of Innovation Economics & Management*, 2014/2, p. 7-14.
- BROWN, Phillip; LAUDER, Hugh; CHEUNG, Sin Yi. *The death of human capital? Its failed promise and how to renew it in an age of disruption*. Nova Iorque: The Oxford University Press, 2020.
- Campanha Vamos Ativar o Empreendedorismo - Rede Globo. Disponível em: <https://vae.globo.com/especial-publicitario/>. Acesso em 10/03/2023.
- Canal Empreender. Disponível em: <https://canalempreender.com/>. Acesso em 15/03/2023.
- CARCANHOLO, M. D. *Dependencia, super-explotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx*. Madri: Maia Ediciones, 2017.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise capitalista: financeirização ou queda da taxa de lucro?. In: ALVES, Giovanni & CORSI, Francisco Luiz. (org.). *Crise capitalista no século XXI: um debate marxista*. Marília: Projeto Editorial Praxis, 2021, v. 1, p. 121-144.
- CARMO, Luana Jéssica Oliveira; ASSIS, Lilian Bambirra de; GOMES JÚNIOR, Admardo Bonifácio; TEIXEIRA, Marcella Barbosa Miranda, O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal, *Cadernos Ebape.br*, v. 19, n° 1, Rio de Janeiro, jan./mar. 2021, p. 18-31.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. Coleção primeiros passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- DAVIDSSON, Per & HONIG, Benson. The role of social and human capital among nascent entrepreneurs, *Journal of Business Venturing*, vol. 18, 2002, p. 301-331.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora da Unesp; Boitempo, 1997.
- ESTRIN, Saul; MICKIEWICZ, Tomas; STEPHANB, Ute. Human capital in social and commercial entrepreneurship, *Journal of Business Venturing*, 31, 2016, p. 449-467.
- Folha de S. Paulo. Informalidade atingiu recorde em 2022, mostra pesquisa – 06/03/2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/03/informalidade-recorde-acompanha-queda-no-desemprego-em-2022-mostra-pesquisa.shtml>. Acesso em 10/03/2023.
- FONTENELLE, Raimundo E. S., Moura, Heber J., Leocadio, Aurio L. (2011). “Capital humano, empreendedorismo e desenvolvimento: evidências empíricas nos municípios do Ceará”, *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v. 12, n. 5, Set./Out. p. 182-208.
- GI. Número de trabalhadores em aplicativos de entrega de mercadorias cresce quase 1000% em 5 anos, aponta Ipea. – 08/10/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/10/08/>

[numero-de-trabalhadores-em-aplicativos-de-entrega-de-mercadorias-cresce-quase-1000percent-em-5-anos-aponta-ipea.ghhtml](#). Acesso em 20/03/2023

KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LANDSTRÖM, Hans, The evolution of entrepreneurship as a scholarly field, *Foundations and Trends in Entrepreneurship*, vol. 16, n. 2, 2020, p. 65–243.

LEITE, Elaine da Silveira; MAXIMO E MELO, Natália, Uma nova noção de empresário: a naturalização do “empreendedor”, *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, n. 31, nov. 2008, p. 35-47.

LUKÁCS, György [1923]. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

LUKÁCS, György [1986]. *Para uma ontologia do ser social – volume II*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARVEL, Matthew R., Davis, Justin L., & Sproul, Curtis R. Human capital and entrepreneurship research: a critical review and future directions, *Entrepreneurship Theory and Practice*, 40(3), 2016, p. 599–626.

MARX, Karl. [1847] *A miséria da filosofia*. Resposta à Filosofia da miséria do Sr. Proudhon. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. [1863-1867/1894] *O capital: crítica da economia política*. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARX, Karl [1844]. Manuscritos econômico-filosóficos. In: MARX, Karl. *Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. [1867]. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich [1848]. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2012.

MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. São Paulo: Boitempo, 2019.

MEDEIROS, João Leonardo. *A economia diante do horror econômico*. Uma crítica ontológica do surto de altruísmo da ciência econômica. Niterói: Eduff, 2013.

MINCER, Jacob. Investment in human capital and personal income distribution, *Journal of Political Economy*, Vol. 66, No. 4, Aug., 1958, p. 281-302.

NORONHA, Maria Eduarda & SOARES, Maria Luíza. *Oficina de negócios: empreendedorismo para crianças*. Recife: Editora Construir, 2017.

Parceria Maurício de Souza Produções e Sebrae. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/cultura-empreadedora/educacao/turma-da-monica-e-sebrae-lancam-revistinha-em-prol-do-empreadedorismo-feminino/>. Acesso em 10/03/2023.

PNUD: Human Development Reports do Pnud. Disponível em: <https://hdr.undp.org/>. Acesso em 20/02/2023

REAGAN, Ronald. Why this is an entrepreneurial age, *Journal of Business Venturing*, vol. 1, n. 1, 1985, p. 1-4.

ROBERTS, Michael. A world rate of profit: important new evidence, *The new recession blog*, 22, Janeiro, 2022. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2022/01/22/a-world-rate-of-profit-important-new-evidence/>. Uma tradução deste trabalho foi disponibilizada por Eleuterio F S. Prado em: <https://eleuterioprado.blog/tag/lei-da-tendencia-a-queda-da-taxa-de-lucro/>. Acesso em 30/06/2023.

SÁ BARRETO, Eduardo. *Ecologia marxista para pessoas sem tempo*. São Paulo: Usina editorial, 2022.

- SCHULZ, Theodore. Capital formation by education, *Journal of Political Economy*, vol. 68, n. 6, Dez., 1960, p. 571-583.
- SCHUMPETER, Joseph [1934]. *The theory of economic development: an inquiry into profits, capital, credit, interest, and the business cycle*. London: Transaction Publishers, 1983.
- SMITH, Adam [1776]. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- UNGER, Jens M., RAUCH, Andreas, FRESE, Michael, ROSENBUSCH, Nina. Human capital and entrepreneurial success: a meta-analytical review, *Journal of Business Venturing*, v. 26, n. 3, May, 2011, p. 341-358.
- VALE, Gláucia M.V. Empreendedor: origens, concepções teóricas, dispersão e integração, *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, nov./dez. 2014, p. 874-891.
- VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica, *Verinotio revista on-line* – n. 12, Ano VI, out./2010, p. 40-64.
- VAISMAN, Ester. *A determinação marxiana da ideologia*, Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.
- ŽIŽEK, Slavoj (org.) [1994]. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1996.

ANDRÉ GUIMARÃES AUGUSTO

O CAPITAL SUJEITO HISTÓRICO DE POSTONE: IDENTIDADE E DIFERENÇA

Recebido em 07/09/2022

Aprovado em 28/06/2023

O CAPITAL SUJEITO HISTÓRICO DE POSTONE: IDENTIDADE E DIFERENÇA

Resumo

Argumenta-se neste artigo que a reconstrução de *O Capital* feita por Postone se fundamenta em uma dialética da identidade em que as diferenças aparecem para ser colapsadas em uma igualdade. Deste modo todas as diferenças que surgem no interior do capital como processo aparentemente automático de valorização do valor são anuladas no sujeito capital e nas categorias dos quatro primeiros capítulos. Assim Postone faz desaparecer a luta de classes como possibilidade de superação do capital e a classe trabalhadora como potencial sujeito revolucionário, ao contrário do que faz Marx. O artigo conclui que o autor faz uma inversão materialista do pós-modernismo, adotando sua concepção de poder, negando o sujeito revolucionário e visando a superação do sujeito, da totalidade e da dialética.

Palavras-chave: Postone, sujeito histórico, dialética.

ANDRÉ GUIMARÃES AUGUSTO

Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador do Niep-Marx.

Email: andreaugusto@id.uff.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1077-2288>

Abstract

It is argued in this paper that Postone's reconstruction of "Capital" is based on a dialectic of identity in which differences appear to be collapsed into equality. In this way all the differences that arise within capital as an apparently automatic process of valorization of value are collapsed by Postone into the subject capital and the categories of the first four chapters of "Capital". Thus Postone makes the class struggle disappear as a possibility of overcoming capital and the working class as a potential revolutionary subject, contrary to what Marx does in "Capital". The article concludes that Postone makes a materialist inversion of postmodernism, adopting its conception of power, denying the revolutionary subject and aiming at the overcoming of the subject, totality and dialectics

Keywords: Postone, historical subject, dialectic.

É conhecido e controverso o argumento de Postone de que Marx teria defendido em *O Capital* que o capital seria o sujeito histórico. Em sua defesa Postone afirma que o capital corresponderia a uma versão desmistificada e historicizada do sujeito-objeto idêntico de Hegel. Como conclusão Postone pondera que em *O Capital* a luta de classes é apenas um meio de reprodução do capital e que não aponta para sua superação, não sendo a classe trabalhadora nem sujeito histórico, nem sujeito revolucionário.

A tese deste artigo é que Postone reconstrói *O Capital* a partir de uma interpretação da dialética hegeliana como uma dialética da identidade, em que as diferenças aparecem apenas para serem colapsadas depois em uma identidade homogênea. Na primeira seção esclarece-se que a analogia do capital como o sujeito-objeto idêntico de Hegel é imprecisa, pois além de interpretar a identidade dialética como igualdade colapsa o conceito de sujeito histórico no conceito lógico de sujeito.

A partir daí argumenta-se que todas as diferenças no interior do capital desenvolvidas por Marx após a seção da fórmula do capital, no capítulo quatro, são eliminadas por Postone na identidade do capital sujeito e todas as novas determinações são retroagidas a igualdade com os conceitos dos quatro primeiros capítulos. Desta forma, enquanto Marx em *O Capital* aponta a luta de classes e a classe trabalhadora como potencial sujeito revolucionário pela possibilidade interna de superação do capital, Postone suprime toda a argumentação de Marx pelo uso de uma dialética da identidade entendida como igualdade.

O artigo conclui que Postone reconstrói *O Capital* não em analogia com a dialética hegeliana, mas com o entendimento que o pós-modernismo tem desta. Da mesma forma que o pós-modernismo Postone nega a existência de qualquer sujeito revolucionário e tem a mesma concepção de poder de matriz nietzschiana. Assim promove uma inversão materialista do pós-modernismo cujo objetivo é acabar com o sujeito, a totalidade e a dialética não como discurso, mas como suposta realidade. Assim o Marx reconstruído por Postone está longe do marxismo e muito perto do pós-modernismo.

I. O capital como sujeito-objeto idêntico de Hegel: uma analogia imprecisa

Na sua crítica às premissas do que chama de marxismo tradicional, quais sejam, o proletariado como sujeito histórico e o conceito de totalidade, Postone recorre à relação entre a crítica madura de Marx e a filosofia de Hegel. Para chegar ao que seria o conceito de sujeito histórico na crítica madura de Marx, Postone inicia com o sujeito-objeto idêntico de Hegel tal como ele o entende. Postone inicia sua exposição do sujeito-objeto idêntico de Hegel com a seguinte afirmação:

Hegel tenta superar a clássica dicotomia teórica entre sujeito e objeto com sua teoria de que toda realidade, natural bem como a social, subjetiva bem como objetivamente é constituída pela prática – mais especificamente pela prática objetivante do Geist, o sujeito histórico-mundial (POSTONE, 2014, p. 92).

Já aqui encontramos uma imprecisão conceitual: a afirmação de que para Hegel a realidade natural é constituída pela prática do Espírito, o sujeito histórico-mundial, não encontrando apoio nos textos de Hegel. O sistema de Hegel exposto na *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* se inicia com a Lógica, à qual se seguem a Filosofia da Natureza e a Filosofia do Espírito. A última seção da terceira parte da Lógica, a Doutrina do conceito, é dedicada ao desenvolvimento da Ideia Lógica. Ao chegar à Ideia Lógica, Hegel afirma: “Essa identidade foi, portanto justamente determinada como sujeito-objeto” (HEGEL, 2018, p. 241).

Mas na Lógica a Ideia está apenas no pensar, apenas no elemento lógico e falta a ela o seu outro, o real entendido como o não-lógico. A Ideia então se desenvolve no seu outro, que se encontra fora dela, a Natureza; mas a Natureza se desdobra no Espírito onde a Ideia “em seu ser outro retorna para si”. Deste modo, segundo Hegel, “o espírito efetivo, que é nosso objeto somente na ciência do espírito, tem a natureza exterior por sua pressuposição mais próxima, como tem a ideia lógica por sua pressuposição primeira” (HEGEL, 1995b, p. 15). É preciso notar que essa não é a única sequência

possível no sistema de Hegel, que de fato é um sistema móvel, embora se mova apenas dentro de si mesmo. No final da *Lógica* Hegel apresenta seu sistema como um triplo silogismo, mas em nenhum deles a Natureza é derivada do Espírito (HEGEL, 1995b, p. 563-564).

Essa imprecisão conceitual de Postone revela a sua abordagem do sujeito-objeto de Hegel, da sua defesa do capital como sujeito histórico e de toda sua reconstrução de *O Capital*. Tal abordagem consiste em entender a dialética como uma filosofia da identidade. Nessa interpretação da dialética hegeliana as diferenças seriam postas para serem liquidadas, até que todas elas tivessem desaparecido no Absoluto, no sujeito-objeto idêntico. Deste modo o sistema seria “apresentado na forma hierárquica de um juízo analítico, cujas premissas comandam tudo que se segue, e portanto repete a ilusão da qual ele escaparia” (ADORNO, 2004, p. 359). Postone interpreta o sistema e a dialética hegelianas da mesma forma (POSTONE, 2014, p. 168) e, como será apresentado neste artigo, reconstrói *O Capital* de Marx com esse procedimento.

Esse entendimento da dialética hegeliana e sua aplicação na reconstrução da obra de Marx permite que as diferenças, quando aparecem, sejam dissolvidas em uma identidade “total” e sejam dessa forma remetidas sempre às premissas, ao início do desenvolvimento conceitual, colapsando os conceitos uns nos outros. Quando uma não-identidade não se dissolve na identidade “total”, ela permanece não resolvida ou insolúvel, não mais como contradição, mas como paradoxo.

O problema dessa interpretação e que ela é controversa no que se refere a Hegel¹, e, como será desenvolvido aqui, inadequada para entender a obra de Marx e especificamente *O Capital*. Nessa interpretação a identidade é entendida como igualdade. Mas a identidade a que se refere a dialética não é o mesmo que igualdade; como aponta Pinkard (2002, p. 190, n.44) a

¹ Diversos autores contemporâneos, a despeito de suas divergências, contestam a interpretação da filosofia de Hegel como sendo uma filosofia da identidade entendida como igualdade; ver Zizek (2013), Beiser (2005), Grieger (2007).

identidade no idealismo alemão se referia à ligação entre sujeito e predicado “S é p” e não se refere a igualdade, pois, se fosse o caso, todos os juízos seriam tautológicos e os conceitos não se moveriam.

A identidade dialética é uma identidade que inclui a diferença nela mesma – ambas são indissociáveis, pois não é possível pensar identidade sem diferença, são categorias reflexionantes. A identidade de dois conceitos não elimina a diferença, mas os integra em um novo conceito, fazendo com que, por um lado, os conceitos anteriores tenham novas determinações que eles não possuíam antes de serem integrados e, por outro, que uma nova diferença emerja dessa integração de conceitos diferentes em um novo conceito.

Pode-se ilustrar isso retomando o colapsamento que Postone faz do Espírito com a Ideia lógica em Hegel. É possível afirmar que o Espírito constitui a natureza se o Espírito e a Ideia são tomados como idênticos, sem diferenças. Mas não é esse o procedimento de Hegel; o Espírito é um grau de desenvolvimento da Ideia, ele não é idêntico à Ideia na forma lógica. Entre a Ideia lógica e o Espírito Histórico-mundial há uma longa cadeia de novas determinações que não estavam postas no início. Em outros termos, o conteúdo do sujeito-objeto e sujeito histórico não é igual. Hegel é explícito: “a lógica enquanto *ciência formal* não pode e não deve conter também aquela realidade que é o conteúdo das partes posteriores da filosofia, *das ciências da natureza e do espírito*” (HEGEL, 2018, p. 53).

Retomemos a exposição de Postone sobre o capital sujeito histórico como sujeito-objeto idêntico de Hegel, o Espírito. Para Postone o sujeito-objeto idêntico de Hegel é constituído da mesma substância, afirmando que “as duas são momentos de um todo geral que é substancialmente homogêneo – uma totalidade” (POSTONE, 2014, p. 93), e um pouco adiante a totalidade como “substância homogênea” é entendida como aquilo que é “qualitativamente homogêneo” (POSTONE, 2014, p. 100). O entendimento da dialética como uma filosofia da identidade/igualdade reaparece aqui: a totalidade é uma igualdade de tudo como uma única substância homogênea. Adorno é

explícito na definição da totalidade como um universal que não tolera o particular. A totalidade social no capitalismo é tratada por Adorno como uma totalidade homogênea na qual a troca transformaria o mundo em algo idêntico, uma totalidade (ADORNO, 2004, p. 146)

Aqui o procedimento de eliminar diferenças colapsando os conceitos também fica evidente. Na formulação de Postone não só o objeto e o sujeito são idênticos, mas ambos são iguais à substância e essa por sua vez não comporta nenhuma diferença, já que a identidade substantiva é reduzida por Postone à homogeneidade qualitativa. Mas esse não é o procedimento de Hegel – e, como veremos adiante, também não é o de Marx.

Diante da impossibilidade de expor detalhadamente as inferências lógicas que Hegel faz em relação a esses conceitos, suas diferenças serão tratadas de forma sintética e um tanto esquemática, com uma inevitável perda de alguns conteúdos.

Na *Ciência da Lógica* o conceito de Substância é desenvolvido em Hegel depois da Doutrina do Ser e no final da doutrina da Essência e a transição para a Doutrina do Conceito. A qualidade em Hegel é o ser determinado, é a própria determinação do ser indeterminado com que ele inicia a lógica. Mas a substância é um conceito da essência, que contém em si o ser. A essência aparece no passar de um ser finito a outro. Em termos muitos sintéticos e esquemáticos, na substância o passar desse ser determinado a outro ser são os seus atributos. Em outros termos as diferenças qualitativas não são colapsadas em uma substância indiferenciada, mas são determinadas como atributos de uma mesma substância. Ou seja, uma substância “qualitativamente homogênea” seria uma substância sem atributos.

Na *Lógica* de Hegel, o Conceito é a consumação da substância, mas “essa consumação não é mais a própria *substância*, e sim algo mais elevado, *o conceito, o sujeito*” (HEGEL, 2018, p. 40). Aqui é literal a afirmação de que a substância *não é igual* ao conceito, ao sujeito. Note-se também que o Conceito, o sujeito na forma lógica, não é ainda a Ideia, o sujeito-objeto idêntico na sua forma lógica. Hegel, na transição do conceito para a Ideia,

afirma que no conceito “o sujeito diferencia-se de sua objetividade” e “o sujeito não tem a objetividade imediatamente nele” (HEGEL, 2018, p. 241). Em outros termos, a substância não é igual ao sujeito e o sujeito não é igual ao sujeito-objeto e, como assinalado anteriormente, nenhum deles é igual ao sujeito histórico.

Continuando a analogia entre o Espírito como sujeito histórico em Hegel e o capital em Marx, Postone afirma que Marx teria criticado o “conceito filosófico de substância na *Sagrada Família*, mas que em *O Capital* teria renunciado a essa crítica ao usar a categoria substância. Em primeiro lugar é preciso notar que não existe *um* conceito filosófico de substância². Em segundo lugar, em carta a Engels em 1867, Marx afirmou que não tinha do que se envergonhar em relação à *Sagrada Família* (MARX; ENGELS, 1987, p. 360). Finalmente a crítica de Marx não é ao “conceito filosófico” de substância, mas à construção especulativa. Na construção especulativa a substância aparece separada das coisas reais como algo que as produz, e nesse sentido é sujeito, como se “a fruta” existisse fora das frutas reais e as criasse.

Em resumo, Marx não critica um indeterminado “conceito *filosófico*” de substância, mas o conceito *especulativo* de substância. Deve se notar que a crítica de Marx em *A Sagrada Família* é dirigida diretamente a Bruno Bauer e a “crítica crítica” e que Hegel “costuma oferecer, dentro da exposição *especulativa*, uma exposição *real*, através da qual é possível capturar a própria coisa” (MARX E ENGELS, 2003, p. 75).

Em resumo, o fato de Marx ter utilizado o termo substância ao se referir ao trabalho abstrato como substância do valor não significa que ele tenha adotado o conceito especulativo de substância, como se o trabalho abstrato existisse fora dos trabalhos reais das pessoas e desse origem a estes, como se fosse uma abstração *especulativa*. Mas o entendimento de Postone sobre o termo substância em Marx indica mais uma vez seu procedimento, o de anular todas as diferenças – inclusive entre filosofias – em

²Ver Audi (1999, p. 887).

uma identidade entendida como igualdade, uma vez que a especulação “converte as diferentes frutas reais em *uma* ‘fruta’ da abstração, na ‘fruta’” (MARX E ENGELS, 2003, p. 73).

Postone passa então diretamente à analogia entre o capital e o Espírito hegeliano através de uma citação de *O Capital*:

O valor passa constantemente de uma forma a outra, sem se perder nesse movimento, e, com isso, transforma-se no sujeito automático do processo. [...] Na verdade, porém, o valor se torna, aqui, o sujeito de um processo em que ele, por debaixo de sua constante variação de forma, aparecendo ora como dinheiro, ora como mercadoria, altera sua própria grandeza [...] ele se apresenta, de repente, como uma substância em processo, que move a si mesma e para a qual mercadorias e dinheiro não são mais do que meras formas” (MARX, 2013, p. 229-230).

A partir dessas citações Postone conclui que “Marx sugere que um sujeito histórico no sentido hegeliano existe realmente no capitalismo” e “que existe no capitalismo um sujeito histórico tal como concebido por Hegel” (POSTONE, 2014, p. 96).

A analogia aqui é bastante imprecisa. Explicitamente Marx se refere a uma substância – o valor – que move a si mesma e que desse modo se transforma em sujeito automático, capital. Marx não se refere ao capital nesse trecho como sujeito-objeto nem como sujeito histórico. Mas, novamente, o procedimento de fazer desaparecer diferenças em uma identidade/igualdade permite a Postone colapsar o sujeito-objeto e o sujeito histórico no conceito formal, com conteúdo apenas lógico, de sujeito; uma leitura atenta do texto de Postone revela o uso dos conceitos como termos intercambiáveis.

Se for possível fazer uma analogia mais precisa com as categorias hegelianas, Marx estaria se referindo à passagem da substância, valor, para o conceito lógico de sujeito nos termos hegelianos. A analogia é ainda mais precisa se lembramos que na seção 1 do capítulo 4 de *O Capital*, onde está essa caracterização do capital como sujeito automático, Marx está se referindo à forma do capital, assim como o sujeito da lógica hegeliana é um

sujeito formal ao qual faltam os conteúdos que o fazem sujeito histórico, espírito segundo Hegel, conforme assinalado anteriormente.

Mas mesmo essa analogia com o sujeito lógico hegeliano é limitada, como qualquer analogia. Marx não aplica a *Ciência da Lógica* de Hegel ao capital, não segue a sequência dos conceitos do pensamento puro, pois seu objeto é diferente: é um objeto real, a sociedade capitalista. Assim no final da seção da fórmula do capital está presente uma categoria já superada na Lógica quando emerge o sujeito: o aparecimento (fenômeno)³: “D-M-D’ é a fórmula geral do capital tal como ele aparece imediatamente na esfera da circulação” (MARX, 2013, p. 12).

O que aparece, de acordo com Hegel, tem seu fundamento em outro, o mundo que aparece está em contraposição ao que é em si e para si, é um mundo invertido (HEGEL, 2017, p. 166). A determinação do capital como sujeito é, portanto, uma aparência, está fundado em outro, no trabalho, é uma inversão do que o capital é em si e para si.

Postone prossegue com sua analogia imprecisa caracterizando esse sujeito. Afirma que “esse sujeito não é um agente social concreto e humano, coletivo ou individual [...] O sujeito de Marx, tal como o de Hegel, então, é abstrato e não pode ser identificado com nenhum ator social” (POSTONE, 2014, p. 97).

O que significa abstrato? O primeiro sentido é que abstrato é o pensado (HEGEL, 1995a, p. 167). A *Lógica* de Hegel trata do pensamento pensando o pensamento, e a determinação de abstrato cabe aí, pois se refere ao pensamento puro. Esse pensamento para Hegel é algo objetivo que está não só na consciência das pessoas, mas no mundo, o constituindo, e nesse sentido também não se identifica com nenhum agente social humano. Nesse sentido, o sujeito na sua forma lógica em Hegel é abstrato.

³ O termo usado por Marx é *erscheint*, que na lógica tem o sentido de tornar-se aparecimento (*erscheinung*). As traduções em português de *O Capital* vertem o termo *erscheinung* como fenômeno; na tradução da *Ciência da Lógica* foi utilizado o termo “aparecimento”, que dá a ideia de algo que aparece, uma essência, sentido esse não capturado adequadamente pelo termo “fenômeno”.

Marx também entende por vezes o abstrato como o pensado: “O desenvolvimento exato do conceito de capital é necessário, porque é o conceito fundamental da Economia moderna, da mesma maneira que o próprio capital, cuja contraimagem abstrata é seu conceito” (MARX, 2011, p. 261). Não é possível entender a referência ao sujeito em Marx nesse trecho de *O Capital* como abstrato, como puro pensamento que pensa a si mesmo, por outro lado, se o sujeito é apenas o conceito de capital como valor que se valoriza, dizê-lo abstrato é um truísmo. Mas não é nesse sentido que Postone determina o sujeito como abstrato, uma vez que este é uma estrutura social real.

Abstrato significa também aquilo que é unilateral, imediato, simples, sem diferenças (HEGEL, 1995a, p. 167). É nesse sentido que o trabalho é determinado como abstrato por Marx, e também por Postone, embora neste seja mais do que isso. Então seria fácil, pela dialética da identidade/igualdade, determinar o capital como sujeito abstrato: capital é valor em movimento, valor é trabalho abstrato, logo capital é trabalho abstrato, portanto o capital é abstrato. Acontece que essa forma de igualação entre conceitos elimina as diferenças entre os conceitos e suas diferenças internas e só é possível em um movimento que vai para trás no pensamento e nunca sai do mesmo lugar.

Para se autovalorizar, o valor tem que tomar sequencialmente várias formas qualitativamente diferentes, mercadoria – que contém uma diferença interna entre valor e valor de uso – e dinheiro. Se o valor não tomar essas formas diferentes sequencialmente, por exemplo, se mercadorias não forem vendidas, ele não se valoriza – e, portanto, ele deixaria ao menos temporariamente de ser sujeito no sentido de Postone. Só essa possibilidade, que atravessa todo *O Capital* de Marx, já demonstra que a identidade substantiva não elimina e não é indiferente às diferenças qualitativas contidas na forma do capital. Ademais, como será visto, o capital contém outras diferenças ainda não desenvolvidas na seção da “fórmula do capital”.

Nesse trecho especificamente, a determinação do sujeito como abstrato é claramente contraposta por Postone a um agente social *concreto*. Por

concreto Postone parece entender o empírico, o não-conceitual no sentido do descritivo, mas Marx, como Hegel, não entende o concreto nesse sentido, mas como multiplicidade de determinações, como identidade que contém diferenças. Acontece que o abstrato como unilateral, imediato, simples, sem diferenças, existe nas coisas, inclusive nas que são observadas e observáveis. Se o abstrato é dissociado do que é empiricamente observável, do sensível, então ele é algo real, mas transcendente, e tem a mesma estrutura do puramente pensado, abstrato no sentido especulativo.

Mas o sujeito abstrato de Postone não apenas seria abstrato, não seria um agente social. E esse algo não humano teria um atributo essencial para um sujeito real, o da agência. Postone afirma que Marx “confere o atributo de agência” ao capital, ao valor em movimento, pois esse “exerce sobre as pessoas um modo de compulsão e refreamento abstratos” (POSTONE, 2014, p. 308).

Como algo não humano pode ter agência? Se agência é entendido em um sentido muito amplo, identificado com qualquer coisa dotada de poderes causais, é possível identificar coisas e estruturas como tendo agência. O problema é que isso não identifica o modo de agência específico da realidade social em que relações sociais só se reproduzem pela ação de pessoas, embora as pessoas não sejam iguais às estruturas sociais. Para haver agência na relação entre pessoas, por mais objetivas e alienadas que elas sejam, é necessário que o agente tenha atributos humanos como consciência e vontade. Para Postone, no entanto, o capital exerce sua agência sem consciência e independente da ação de grupos humanos.

Ocorre que para Marx o capital não tem efeitos, não se constitui e não se reproduz sem a agência de um agente social: o capitalista. Já antes do capital ter sido desenvolvido teoricamente, Marx aponta que as mercadorias não têm agência e quem age são pessoas, donos de mercadorias:

As mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. Elas são coisas e, por isso, não podem impor resistência ao homem (MARX, 2013, p. 159).

E a agência humana é fundamental para a reprodução da produção de mercadorias:

Se não se mostram solícitas, ele pode recorrer à violência; em outras palavras, pode tomá-las à força. Para relacionar essas coisas umas com as outras como mercadorias, seus guardiões têm de estabelecer relações uns com os outros como pessoas cuja vontade reside nessas coisas e que agir de modo tal que um só pode se apropriar da mercadoria alheia e alienar a sua própria mercadoria em concordância com a vontade do outro, portanto, por meio de um ato de vontade comum a ambos (MARX, 2013, p. 159).

Do mesmo modo que as mercadorias não se trocam sozinhas, o valor não se valoriza sozinho – uma vez que isso requer, segundo a forma de circulação do capital, a troca de mercadorias. Quem faz isso não é “o valor” ou “o capital”, mas o capitalista. Já antes do trecho em que Marx se refere à fórmula do capital como sujeito, aparece o capitalista como dono do dinheiro que se transforma em capital, como “portador consciente do movimento do capital”, “capital personificado, dotado de vontade e consciência”, que tem por “finalidade subjetiva (...) o conteúdo objetivo daquela circulação – a valorização do valor” (MARX, 2013, p. 229).

Pode se objetar aqui que o capitalista é um mero instrumento do movimento de valorização do capital, uma vez que Marx afirma:

Aqui, as pessoas existem umas para as outras apenas como representantes da mercadoria e, por conseguinte, como possuidoras de mercadorias. Na sequência de nosso desenvolvimento, veremos que as máscaras econômicas das pessoas não passam de personificações das relações econômicas, como suporte [*Träger*] das quais elas se defrontam umas com as outras (MARX, 2013, p. 159-160).

Muito correto: o capitalista a que Marx se refere não é o Bill Gates ou o Elon Musk, não são pessoas. Mas também não são coisas. O termo “suporte” poderia dar a impressão de que Marx se refere aos proprietários de mercadorias como coisas, como algo que é usado por outro agente. Mas *Träger* significa também portador, carregador, entregador. No começo desse

trecho Marx fala dos proprietários de mercadorias nesse sentido. Ou seja, trata-se aqui de uma pessoa indeterminada em uma condição determinada, portanto não é indivíduo ou uma coleção de indivíduos, não é uma descrição, é um conceito: o capitalista não é nem uma pessoa, nem uma coisa, é uma classe.

A determinação do capitalista está totalmente ausente da primeira caracterização do capital em Postone. Parece aqui que são as mercadorias e o dinheiro que se trocam uns pelos outros por sua vontade, ou pela vontade do valor de se automovimentar, como se o conteúdo objetivo fosse igual à finalidade subjetiva. A classe capitalista não é uma pessoa, mas ela tem uma determinação subjetiva específica, a da consciência e vontade, determinação essa que está ausente da mercadoria, do dinheiro e do valor. São qualitativamente diferentes.

A diferença entre como Marx entende o capitalista e como Postone o entende é visível no contraste entre a afirmação de Marx de que, “por conseguinte, o capital é decerto separável de um capitalista singular, mas não do capitalista que, enquanto tal, se defronta com o trabalhador” (MARX, 2011, p. 236, ênfase no original) e a de Postone, para quem “o capital conceivelmente poderia existir sem os capitalistas” (POSTONE, 2014, p. 414). Pode se dizer que para Postone o capital é algo que se pode conceber como existindo, mas, que, de acordo com Marx, não existiria, como a fruta que é concebida como existindo sem que as frutas existam, uma abstração especulativa. Consequentemente o capital sujeito abstrato é um sujeito transcendente.

A ausência da classe capitalista entre as determinações do movimento do capital e a identificação do abstrato com o *coisal* levam Postone a caracterizar o capitalismo como “um sistema de dominação abstrata e impessoal” (POSTONE, 2014, p. 149). De fato, essa não é a caracterização que Marx faz do capitalismo, como se pode perceber se o trecho citado por Postone for lido na íntegra. Para Marx, a sociedade capitalista é caracterizada por “relações de dependência coisal, por oposição às relações de dependência *pessoal*” (MARX, 2011, p. 112, ênfase no original), mas essas relações de

dependência “aparecem de maneira tal que os indivíduos são agora dominados por abstrações” (MARX, 2011, p. 112). Novamente aqui o “aparecimento”: a dominação por abstrações é o inverso da dominação real, ela aparece como algo transcendente. Marx logo revela o falso conteúdo da aparência de uma dominação abstrata: “a abstração ou ideia, no entanto, nada mais é do que a expressão teórica dessas relações materiais que os dominam”; “esse domínio das relações *aparece* na consciência dos próprios indivíduos como domínio das ideias” (MARX, 2011, p. 112, ênfase no original).

Marx não poderia ser mais claro aqui, ele não usa o termo abstrato para se referir ao coisal ou relações reais. É preciso assinalar que nesse ponto dos *Grundrisse* Marx está se referindo ao dinheiro, ao valor, e a produção de mercadorias e a determinação conceitual do capital ainda não estão postas nesse momento; a relação de dependência aqui se refere a indivíduos em relação às coisas e não às classes sociais. Marx expõe em uma frase o desenvolvimento dessa relação de dependência coisal: “essa dependência coisal que, aliás, se reverte em relações determinadas de dependência pessoal, mas despidas de toda ilusão” (MARX, 2011, p. 112).

Essa reversão está completamente ausente em Postone, que permanece no valor e no automovimento do valor sem a classe capitalista: os relatos da relação continuam sendo os indivíduos e a estrutura social, o capital, sem que novas determinações e novas relações sejam desenvolvidas. Na seção seguinte veremos o que está depois da fórmula do capital e de sua determinação como sujeito aparente.

2. O capital além da aparência de sujeito

Na fórmula do capital surge uma diferença que não estava presente nas categorias anteriores, uma diferença quantitativa, o mais-valor, e a circulação do capital deve seu conteúdo a essa diferença quantitativa (MARX, 2013, p. 227). Essa diferença quantitativa se deve ao consumo de uma mercadoria, a força de trabalho. Aqui surge uma nova determinação que não estava

presente nos capítulos anteriores e que não se manifesta, isto é, não aparece imediatamente como o que é, na fórmula do capital.

A força de trabalho é uma mercadoria, que como qualquer mercadoria tem valor e valor de uso. Seu valor de uso é diferente do das outras mercadorias: não é fisicamente separável de seus proprietários, seu valor contém um “elemento histórico e moral”, seu valor de uso é trabalhar – no que a força de trabalho, capacidade de trabalhar, é também diferente do trabalho. Mas o valor de uso da força de trabalho não é apenas produzir valor de uso, mas produzir valor e mais-valor. E é esse valor de uso que é o determinante no processo de valorização: “Mas o que é decisivo é o valor de uso específico dessa mercadoria, o fato de ela ser fonte de valor, e de mais-valor, do que aquele que ela mesma possui” (MARX, 2013, p. 270).

Aqui no mais-valor as duas determinações das mercadorias, as quais não podem ser reduzidas às anteriores, estão integradas em um novo conceito. Mas, além disso, uma categoria anterior, o trabalho abstrato, ganha uma nova determinação. Postone reconhece que “a mercadoria do começo de *O Capital* pressupõe o trabalho assalariado” (POSTONE, 2014, p. 311), mas chega à conclusão de que esse apenas “ilumina retrospectivamente a ideia de que a mercadoria como valor é constituída pelo trabalho abstrato” (POSTONE, 2014, p. 311-312), e “os conceitos de trabalho abstrato e trabalho assalariado não devem ser confundidos”, uma vez que o primeiro se refere a uma ‘forma social’ e o segundo a uma ‘categoria sociológica’ (POSTONE, 2014, p. 312).

A teoria de Postone, no entanto, é incongruente com o desenvolvimento teórico das categorias em *O Capital* e com a letra do texto de Marx. Postone traça aqui uma mal explicada diferença entre ‘forma social’ e ‘categoria sociológica’. Mas, à luz do que foi argumentado antes e do entendimento de Postone sobre as classes (POSTONE, 2014, p. 364-365), é possível compreender essa diferença: a ‘forma social’ é algo real, mas transcendente, e a ‘categoria sociológica’ trabalho assalariado é algo meramente descritivo, imediato. O que foi argumentado aqui sobre a classe capitalista vale também

para a classe trabalhadora: as classes não são pessoas, mas também não são coisas, não são categorias sociológicas descritivas, são conceitos.

De fato, o conceito de trabalho assalariado e o de trabalho abstrato não são confundidos em Marx, em primeiro lugar porque a capacidade de trabalho não é trabalho. Mas se as duas não são iguais, também não são indiferentes, com uma relação meramente externa em quem um só ilumina o outro, uma operação da mente do sujeito que conhece e reproduz teoricamente o real. A relação conceitual entre trabalho abstrato e assalariado não é do entendimento, mas é uma relação real, da própria coisa.

Em segundo lugar, o trabalho assalariado determina como o trabalho se torna abstrato, unilateral, simples, sem diferenças. O primeiro passo é a separação do trabalho de todas as condições objetivas de produção, a abstração dessas condições objetivas:

A separação da propriedade do trabalho aparece como lei necessária dessa troca entre capital e trabalho, trabalho separado de todos os meios e objetos de trabalho, separado de toda sua objetividade. O trabalho vivo existindo como abstração desses momentos de sua real efetividade (MARX, 2011, p. 229).

Em terceiro lugar a abstração do trabalho está presente na troca entre trabalho e capital:

último ponto para o qual é preciso chamar a atenção no trabalho, tal como ele se defronta com o capital, é que o trabalho, como o valor de uso que se defronta com o dinheiro posto como capital, não é esse ou aquele trabalho, mas é trabalho por excelência, trabalho abstrato: absolutamente indiferente diante de sua determinabilidade particular, mas suscetível de qualquer determinação (MARX, 2011, p. 230).

Finalmente no próprio processo de trabalho:

Por isso, essa relação econômica – o caráter que o capitalista e o trabalhador portam como os extremos de uma relação de produção – é desenvolvida tanto mais pura e adequadamente quanto mais o trabalho perde todo caráter de arte; a sua perícia particular devém cada vez mais algo abstrato,

indiferente, e devem mais e mais atividade puramente abstrata, puramente mecânica, por conseguinte, indiferente à sua forma particular; atividade simplesmente formal ou, o que dá na mesma, simplesmente física, atividade pura e simples, indiferente à forma (MARX, 2011, p. 231).

Essas determinações não são indiferentes ao trabalho abstrato. Pode se alegar que o trabalho se torna abstrato devido à divisão social do trabalho, um argumento desenvolvido por Hegel (1997, p. 178). Mas isso, embora seja uma determinação de como o trabalho se torna abstrato, não é suficiente para determiná-lo e iria contra a especificidade histórica do capitalismo: desde que houvesse divisão do trabalho, o trabalho seria abstrato; retroagiríamos de Marx para Smith. Portanto, trabalho só se torna abstrato quando a força de trabalho se torna mercadoria, o que não significa uma igualdade entre os dois conceitos, mas uma determinação do conceito anterior pelo posterior.

Mas o trabalho assalariado também determina quem trabalha abstratamente: o trabalhador assalariado. Deste modo, embora trabalho abstrato e assalariado sejam diferentes, o trabalho assalariado determina como o trabalho abstrato produz valor no capitalismo:

A forma *específica* em que o tempo social de trabalho se impõe como determinante no valor das mercadorias está, porém, vinculada à forma do trabalho como trabalho assalariado e à forma correspondente dos meios de produção como capital, na medida em que apenas sobre essa base a produção de mercadorias se converte na forma geral da produção (MARX, 2017, p. 943-944, ênfase no original).

Pode se dizer que o trabalho abstrato como categoria de mediação social, nos termos de Postone, torna todos, capitalistas assim como trabalhadores, dependentes do trabalho. Mas enquanto essa dependência é indiferente em relação aos indivíduos no capítulo 1 de *O Capital*, os conceitos de trabalho assalariado e de capital determinam uma diferença nessa identidade. Para adquirir o trabalho dos outros, e se manter assim na dependência do trabalho geral, os capitalistas não trabalham, mas adquirem trabalho alheio por meio de trabalho alheio. Já os trabalhadores dependem também do

trabalho, mas para adquirir o trabalho de outros têm que trabalhar. É aqui que a dependência coisal se reverte em “relações determinadas de dependência pessoal”.

A importância teórica da categoria trabalho assalariado é que ela revela o que está no fundamento da aparência do capital como sujeito, como valor que se valoriza a si mesmo a partir de si mesmo: a relação capital-trabalho: “Esse divórcio entre as condições de trabalho, de um lado, e os produtores, de outro, é o que forma o conceito de capital” (MARX, 2017, p. 286). Só aqui o conceito de capital está determinado.

O trabalho abstrato, portanto, deixa de ser um universal simples, sem diferenças internas, e se revela uma categoria concreta, com múltiplas determinações que não são indiferentes umas às outras. E o sujeito capital se revela uma aparência que oculta a relação fundamental que constitui o capital.

Mas Postone faz o contrário do movimento de determinação progressiva dos conceitos que Marx pratica em *O Capital*, fazendo uma identificação regressiva dos conceitos. Em contraste com a afirmação de Marx acima, Postone assevera que “a categoria capital” é “constituída pelo trabalho em sua dualidade como atividade que medeia a relação entre os indivíduos e com a natureza” (POSTONE, 2014, p. 405), isto é, entre trabalho concreto e abstrato. Ao se referir ao mais-valor, como categoria que revela a relação capital-trabalho, a exploração, Postone assegura: “Embora apreenda uma dimensão importante da categoria, essa interpretação é parcial; ela se contém exclusivamente na expropriação do *mais-valor*, sem considerar suficientemente as implicações do *mais-valor* (POSTONE, 2014, p. 356, ênfase no original).

Qual o sentido de se conter na expropriação do mais-valor? Em primeiro lugar a determinação nova, a diferença na identidade do valor, é o *mais*. Em segundo lugar, com essa diferença interna posta, não se pode continuar pensando o valor sem o *mais*. A análise do valor sem diferenças está esgotada nesse ponto, sem que isso signifique que ela está descartada, pois está contida na análise da exploração e se torna mais concreta, revela novas

determinações. A exploração da sociedade capitalista, como bem notou Marx, tem sua diferença histórica em ser uma exploração de mais-valor (MARX, 2013, p. 293). A exploração não elimina o fetiche, mas não é igual a ele.

A afirmação de Postone revela o seu procedimento de liquidar diferenças, fazendo-as retornar à identidade; Postone elimina as diferenças no mesmo conceito e passa a se concentrar no elemento da identidade, extinguindo a diferença na igualdade: mais-valor é valor. Em lugar de avançar para frente, a análise volta para o começo, e a análise da exploração desaparece, pois é igualada à do fetiche. Daí em diante temos um retorno à fórmula do valor. O valor de uso da força de trabalho passa a ser apenas produzir valor de uso, e a peculiaridade de seu valor de uso de produzir *mais-valor* é igualada a sua capacidade de produzir valor: retornamos à fórmula do capital. A partir daí retorna o capital como sujeito aparente que produz a si mesmo a partir de si mesmo, com uma substância homogênea, sem diferenças qualitativas internas.

É por meio desse colapsamento de novas determinações na sua identidade/igualdade com as determinações dos quatro primeiros capítulos de *O Capital* que Postone descarta a luta de classes como o que dá “origem ao desenvolvimento dinâmico” do capitalismo, como a diferença interna que constitui o conceito de capital e põe a possibilidade real de sua superação.

Postone declara que os trabalhadores são “sujeitos” na esfera da circulação, pois são proprietários de mercadorias e “objetos’ valores de uso, elementos do processo de produção, dentro da esfera da produção capitalista” (POSTONE, 2014, p. 315). Tal afirmação de Postone ignora as peculiaridades da mercadoria força de trabalho, a sua diferença no interior da igualdade da forma mercadoria, a de produzir valor e mais-valor, de produzir capital. E ao produzir capital o trabalhador produz a si mesmo como trabalho objetivado, é sujeito na produção e não apenas “objeto”. Postone aqui olha para os trabalhadores com os mesmos olhos do capital, os olhos da Economia Política.

Em uma nota de rodapé, Postone nega que os trabalhadores sejam sujeitos: “A possibilidade que Marx busca é a autoabolição do proletariado; essa classe não é, e nem se torna sujeito histórico” (POSTONE, 2014, p. 316, n.41). A autoabolição pode contraditar o proletariado como sujeito que vai se afirmar e se realizar em outra sociedade, o sujeito histórico tal como entendido por Postone, mas não a de sujeito. Se a definição lógica de sujeito que Postone adota para o capital é aquilo que se *autodetermina*, como pode algo se *autoabolir* sem ter alguma determinação de sujeito? Determinar é também negar, mas parece que para Postone, novamente, as diferenças internas em um conceito são anuladas em uma igualdade. A única conclusão coerente que se retira da afirmação de Postone é que o proletariado é para Marx sujeito revolucionário.

Há que se notar que no texto Postone não se refere à autoabolição do trabalho proletário, mas simplesmente a abolição do trabalho que seria acarretada pela “abolição do valor” (POSTONE, 2014, p. 421). Se é o trabalho proletário que produz valor e mais-valor, então a direção seria a inversa: a autoabolição do proletariado acarretaria a abolição do valor, mas Postone, com a regressão dos conceitos por meio de sua anulação em uma identidade, faz com que seja o valor que abole o trabalho proletário.

Para Postone a luta de classes não dá origem ao desenvolvimento dinâmico do capital porque é “estruturada pela troca de mercadoria” (POSTONE, 2014, p. 367). É certo que capitalistas e trabalhadores são proprietários de mercadorias, mas os trabalhadores não são proprietários de qualquer mercadoria, da “forma mercadoria”, são proprietários de uma mercadoria com conteúdo determinado e diferente do das outras mercadorias, como já assinalado antes. Não é a forma mercadoria, mas é a peculiaridade da mercadoria força de trabalho que gera a antinomia de direito contra direito que leva à luta em torno da regulamentação de trabalho, pois não existe luta em torno do tempo de consumo na venda de outras mercadorias.

Postone reconhece que a luta de classes é “um elemento propulsor do desenvolvimento histórico da sociedade capitalista”, mas com isso ele se

refere à ampliação e expansão do capital no tempo e no espaço (POSTONE, 2014, p. 369), a passagem de um capitalismo liberal para um pós-liberal (POSTONE, 2014, p. 315). Aqui mais uma vez a luta de classes é relegada ao plano descritivo e destituída de conteúdo teórico, conceitual, como se os conceitos – mercadoria, valor, capital – pairassem sobre a realidade histórica, como conceitos transcendentais, especulativos.

Se seguirmos a reprodução teórica de *O Capital* é possível ver que o capítulo sobre a jornada de trabalho, onde as classes já determinadas no capítulo quatro se determinam em movimento, não é meramente descritivo e tem importância teórica. A luta de classes é fundamental porque o capital é produzido pelos trabalhadores em sua relação com os capitalistas. O mais-valor, produzido no tempo de trabalho excedente, é a diferença entre o valor da força de trabalho, produzido no tempo de trabalho necessário, e a jornada de trabalho. A luta de classes é que determina tanto a jornada de trabalho – devido à diferença entre o valor de uso da mercadoria força de trabalho e as outras mercadorias – como também incide sobre o valor da força de trabalho, que diferente das outras mercadorias contém um componente histórico e social.

Postone reconhece que a luta de classes incide sobre a determinação da “proporção entre tempo de trabalho necessário e excedente” (POSTONE, 2014, p. 369), mas, ao analisar o mais-valor, essa diferença desaparece e é anulada em uma igualdade, o mais-valor é valor e o tempo de trabalho necessário e o excedente são tempo. Para ele a importância dessa proporção está em seu papel na “dialética entre o trabalho e o tempo” (POSTONE, 2014, p. 369), e assim temos o eterno retorno dos conceitos do primeiro capítulo de *O Capital*: valor de uso e valor, trabalho concreto e trabalho abstrato.

Para Postone, portanto, segundo a “lógica” de Marx, a classe trabalhadora “é a base necessária para a sociedade atual” (POSTONE, 2014, p. 414) e por isso não é, e não pode ser, o sujeito revolucionário. Isso por um lado, porque a luta de classes, como visto, para ele incidiria só sobre o desenvolvimento histórico do capitalismo, sem atingir seus fundamentos. Em

segundo lugar porque a condição para a emancipação seria a abolição do proletariado (POSTONE, 2014, p. 414) – agora não mais *autoabolição* – e não a sua realização no futuro, não como sujeito histórico.

Aqui de novo há um colapsamento de conceitos. O fato da sociedade pós-capitalista não ser uma sociedade em que o proletariado realiza sua essência – como Postone interpreta o marxismo tradicional – não significa que ele não seja sujeito revolucionário. As duas categorias são anuladas por Postone e sua crítica ao marxismo tradicional simplesmente aceita o que ele reconhece como os pressupostos deste. O sujeito revolucionário é eminentemente negativo, mas para ser “a negação do capital”, “o não capital efetivo” (MARX, 2011, p. 213), o trabalho tem que estar integrado ao capital, se não fosse assim não seria uma negação, mas uma diferença indiferente. O fato de ser elemento do capital torna o trabalhador para Postone igual a este, sem nenhuma diferença, em lugar de ser o Outro é o mesmo.

A letra do texto de Marx contradiz os argumentos de Postone. E para verificar isso não é necessário recorrer a outras obras que não *O Capital*. Na análise da legislação fabril, Marx é explícito ao mostrar como a luta de classes ao desenvolver o capital desenvolve suas contradições até o limite que aponta para a possibilidade real de sua superação: “o modo de produção capitalista, segundo sua essência, exclui, a partir de certo ponto, toda melhoria racional” (MARX, 2013, p. 552). Ao se referir à imposição de 500m cúbicos de ar livre nas fábricas diante do qual a lei fabril recuou, Marx afirma: “Ela atingiria a raiz do modo de produção capitalista, isto é, a autovalorização do capital, seja grande ou pequeno, por meio da ‘livre’ compra e o consumo da força de trabalho” (MARX, 2013, p. 553). Note-se aqui que no caso da legislação fabril, bem como no da luta entre trabalhador e a maquinaria, o objeto da luta não é a distribuição, mas o consumo da força de trabalho, o próprio processo de trabalho em sua forma capitalista.

Aqui se pode distinguir a letra do texto de Marx e Postone: a autovalorização do capital tem sua raiz na compra e consumo da força de trabalho e não na forma mercadoria, no trabalho abstrato, ou no valor que se valoriza a si

mesmo como um sujeito transcendente. Mas se pode alegar que esse trecho, mesmo mostrando como a luta de classes pode atingir a “raiz do modo de produção capitalista”, mostra que está condenada ao fracasso porque não pode ultrapassar certo ponto.

Em primeiro lugar, é quando a luta de classes ultrapassar certo ponto que o capital é ultrapassado. Não há nenhum automatismo aqui, mas afirmar que isso não vai acontecer porque não aconteceu até agora – como faz Postone ao declarar que “as ações e formas de subjetividade do proletariado” na luta de classes “não apontaram (...) para a superação do capitalismo” (POSTONE, 2014, p. 430) – também é uma forma de automatismo: o eterno retorno da dominação abstrata do capital. Em segundo lugar, se não há automatismo, é a própria luta de classes que cria as condições para essa superação ao ter como objeto a raiz do modo de produção capitalista e por ter limites que não podem ser acomodados pela produção capitalista.

Marx é explícito novamente em ressaltar como a luta de classes leva “logicamente” o modo de produção ao limite ao desenvolver o capital e suas contradições, ao contrário de Postone, que acentua que “as ações e a forma de subjetividade” do proletariado em suas lutas “não apontam para a superação do capital” (POSTONE, 2014, p. 430). A lei fabril universaliza a produção fabril, aumenta a concentração do capital e generaliza o domínio do capital (MARX, 2013, p. 570). Postone, embora sem se referir diretamente a esse trecho de *O Capital*, para aí; a luta de classes cria a “totalidade”, com o que, ele significa, universaliza o domínio do capital. Mas Marx segue: “Com isso, ela também generaliza a luta direta contra esse domínio” (MARX, 2013, p. 570), e conclui com referência à legislação fabril:

Amadurecendo as condições materiais e a combinação social do processo de produção, ela também amadurece as contradições e os antagonismos de sua forma capitalista e, assim, ao mesmo tempo, os elementos criadores de uma nova sociedade e os fatores que revolucionam a sociedade velha (MARX, 2013, p. 571).

Pode-se alegar que esses capítulos são históricos e não teóricos no sentido de lógicos e por isso são de menor importância. Mas tal alegação pressupõe que os conceitos teóricos são transcendentais, que estão acima da realidade histórica e que criam essa realidade; em suma, pressupõe *O Capital* como uma construção especulativa. Para Marx, os conceitos são formas de ser, são reflexos no pensamento do que existe realmente, no que é criado pelas ações condicionadas dos seres humanos e estão presentes nas coisas, práticas, relações, e nos fatos – embora não esgotem esses. Não há como ler *O Capital*, em uma abordagem realista, separando a sua lógica da realidade histórica.

Postone reconhece que à medida que o capitalismo se desenvolve se torna necessária uma quantidade cada vez menor de trabalho para produzir valores de uso, mas o capital continua precisando do trabalho para produzir valor (POSTONE, 2014, p. 413). Mas Marx retira disso uma consequência completamente ausente em Postone:

aumenta a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista (MARX, 2013, p. 832).

É significativo que a lei geral da acumulação não seja objeto de análise de Postone e apareça apenas em uma alusão passageira (POSTONE, 2014, p. 403).

3. Postone e a não-identidade do capital

Até aqui foi indicado como Postone elimina todas as diferenças que se desenvolvem em *O Capital* após a fórmula do capital, anulando as novas determinações em uma identidade/igualdade com os conceitos anteriores. Mas esse movimento regressivo dos conceitos se detém em uma diferença que está posta desde o início do texto: a diferença entre valor e valor de uso.

Para Postone o capital, como dito anteriormente, é constituído pelo trabalho concreto e abstrato, e portanto “como a mercadoria tem um duplo caráter” (POSTONE, 2014, p. 407), o de valor e valor de uso. Por essa dualidade o

capital não seria unidimensional, e não seria “uma unidade não contraditória” (POSTONE, 2014, p. 408). Ao regredir nas categorias e colocar as determinações do capital como iguais às da mercadoria, Postone recai em várias inconsistências no seu argumento. Primeiramente, o capital que quando sujeito era “qualitativamente homogêneo”, agora não é unidimensional, mas dual, contém uma *não-identidade*.

Ao mesmo tempo, a exploração reaparece aqui, mas não é a do trabalho pelo capital, mas a apropriação do trabalho concreto pelo abstrato, do valor de uso pelo valor (POSTONE, 2014, p. 406; p. 410). Assim a apropriação do trabalho pelo capital, que é concreta em Marx – inclui muitas determinações –, se torna abstrata em Postone, pois que é mais simples, contém apenas duas determinações.

Para Postone é essa não-identidade entre valor e valor de uso que gera a dinâmica do capital, a apropriação do trabalho pelo tempo, do valor de uso pelo valor. Assim a dinâmica do capital é apresentada por Postone como contraditória e dialética. Mas a expansão da totalidade contraditória de Postone é um “desenvolvimento estrutural paradoxal” (POSTONE, 2014, p. 419) e nesse desenvolvimento “a necessidade atual não é ‘automaticamente’ negada, mas paradoxalmente reforçada, ela é impelida no tempo como um presente perpétuo, uma necessidade aparentemente eterna” (POSTONE, 2014, p. 345). A contradição de Postone se torna assim um paradoxo, “um raciocínio que vai para lá e para cá” (HEGEL, 1995a, p. 163), mas que não sai do mesmo lugar.

O paradoxo se dá porque, para ele, o valor de uso tal como “foi constituído historicamente não é independente do capital” (POSTONE, 2014, p. 408) e a não-identidade é assim uma contradição aparente, um paradoxo, onde no desenvolvimento do capital a não-identidade do valor de uso é anulada no valor. Assim como o proletariado não pode ser a negação do capital por não ser independente deste, segundo Postone, o mesmo aconteceria com o valor de uso. Desta forma o valor de uso, tal como constituído historicamente pelo capital, é o *locus* ou a base da emancipação humana (POSTONE, 2014, p. 408-409).

Fica-se assim em Postone sem sujeito revolucionário, sem base e sem *locus* para a emancipação humana, para a superação do capitalismo. Essa é a conclusão a que se chega se os termos dele forem seguidos de forma consistente. Mas Postone mais uma vez recai em inconsistências, em paradoxos, na sua interpretação.

Embora o valor de uso seja constituído historicamente pelo capital, a dimensão do valor de uso “não está necessariamente vinculada ao capital” (POSTONE, 2014, p. 417). Se o capital para Postone é uma totalidade abrangente que domina tudo, qualquer coisa nessa forma social histórica só poderia não ser necessariamente vinculada a ele se tiver uma dimensão transistórica. Mas isso é inconsistente com o relativismo histórico de Postone e sua consequente rejeição de categorias transistóricas, especialmente o trabalho.

Para ele o valor de uso na sua forma atual não representa o que poderia ser uma estrutura social diferente da do capital, mas apenas uma “possibilidade de uma nova organização da sociedade” (POSTONE, 2014, p. 419). Assim a possibilidade de emancipação não deve ser buscada fora da sociedade do capital, mas nas suas possibilidades latentes.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao trabalho como forma de mediação entre o homem e a natureza: não está necessariamente vinculado ao capital, tem uma forma histórica determinada por este como trabalho assalariado, e a possibilidade de superação dessa forma social do trabalho está latente na sociedade capitalista – eis o argumento de Marx. E é o único argumento consistente porque os valores de uso não produzem a si mesmos e na sociedade existente não são produzidos por pessoas ou indivíduos indeterminados, mas por um agrupamento social existente, a classe trabalhadora.

4. A “inversão” materialista do pós-modernismo⁴

A analogia imprecisa do capital com o sujeito-objeto idêntico de Hegel não é a única feita por Postone. Em uma passagem pouco notada por

⁴ Utilizo aqui pós-modernismo no mesmo sentido de Wood (1999, p. 11), para me referir a “uma vasta gama de tendências intelectuais e políticas” surgidas no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, na qual está incluído o pós-estruturalismo de Foucault, cuja raiz se encontra em uma releitura de Nietzsche.

comentaristas opera outra analogia: “Esse processo, como o demiurgo de Nietzsche, gera grandes ciclos de produção e consumo, criação e destruição” (POSTONE, p. 308). A analogia pode ser encarada como algo casual e secundário, mas há outras evidências que aproximam Postone de Nietzsche.

Uma primeira evidência é a proximidade e os pontos em comum de Postone com a chamada Escola de Frankfurt, especialmente Adorno e Horkheimer. A influência da dialética negativa de Adorno é visível no seu trabalho, como indicado em algumas passagens neste artigo. Por outro lado, Postone critica Horkheimer e a *Dialética do Esclarecimento* por manter pressupostos do marxismo tradicional (POSTONE, 2009a, p.56). Mas, retirando o marxismo tradicional, uma das coisas que restam na escola de Frankfurt é a influência de Nietzsche. Martin Jay mostra a influência de Nietzsche no pensamento de Horkheimer (JAY, 1973, p. 49-51), na análise da troca contida na *Dialética do Esclarecimento* (JAY, 1973, p. 259) e na análise da cultura de massas (JAY, 1973, p. 215).

Mas a influência de Nietzsche não é apenas indireta. Em uma entrevista admitiu que, como estudante, se sentia mais atraído pela crítica de Nietzsche do que pelo marxismo, mas que achava essa crítica muito conservadora e queria combiná-la com uma política de esquerda. Perguntado se o diálogo entre Nietzsche e Marx continuava, respondeu que sim (POSTONE, 2009b, p. 306).

A passagem em que Postone alude a Nietzsche toca no mundo dionisíaco (NIETZSCHE, 2011, p. 512-513), que é o mundo do eterno retorno. Se Postone apela para a analogia com o sujeito-objeto idêntico de Hegel na fórmula do capital, a dinâmica do capital é análoga ao eterno retorno de Nietzsche. Como o capital de Postone, o mundo do eterno retorno “vive de si mesmo” (NIETZSCHE, 2008, p. 510); como a dominação temporal de Postone que “não tem lugar determinado” (POSTONE, 2009a, p. 78), o eterno retorno é uma “força em toda parte” (NIETZSCHE, 2008, p. 512); na dinâmica do capital de Postone o “movimento do tempo” é convertido em “um presente constante” (POSTONE, 2014, p. 346), assim como no eterno retorno “o

mundo persiste – ele não é nada que se torne, nada que passe” (NIETZSCHE, 2008, p. 510); como no “desenvolvimento de uma estrutura paradoxal” de Postone, o mundo do eterno retorno “contradiz a si mesmo” para “voltar ao lar do mais simples”, afirmando a si mesmo ainda nessa igualdade de suas vias” (NIETZSCHE, 2008, p. 512); o eterno retorno, como o capital para Postone, é “um devir que não conhece nenhum tornar-se satisfeito, nenhum fastio, nenhum cansaço” (NIETZSCHE, 2008, p. 512).

Nietzsche justifica a doutrina do eterno retorno com o argumento de que, “se o mundo tivesse um fim, ele já o teria sido alcançado” (NIETZSCHE, 2008, p. 509). O mesmo argumento em escala reduzida – não mais se referindo ao mundo – é o que encontramos em Postone sobre o trabalhador como sujeito revolucionário. Losurdo (2009) nota que o eterno retorno é um argumento contra uma visão unilinear do tempo, um elemento da ideologia revolucionária (LOSURDO, 2009, p. 476). A crítica à visão unilinear do tempo está presente na crítica de Postone ao marxismo tradicional, e seu argumento é que essa unilinearidade, ou direcionalidade, existe apenas no capitalismo; mas paradoxalmente essa direcionalidade acaba em um presente constante, um eterno retorno do mesmo.

Para Nietzsche o eterno retorno, o devir, é um resultado da vontade de poder. Aqui também se pode perceber uma analogia implícita com a dominação abstrata do capital em Postone. A vontade de poder é um impulso, uma força interna (NIETZSCHE, 2008, p. 391), sendo uma intencionalidade não-consciente e não precisa de uma pessoa ou grupo social que tenha a vontade, pois em Nietzsche se trata de uma categoria cosmológica. Em Postone o capital também é movido por uma força interna e pode prescindir até mesmo de um agente com vontade e consciência, o capitalista.

A vontade de poder é um impulso interno de autoexpansão que se exerce contra resistência e assim é dominação, daí se deriva a apropriação que é um “querer-dominar” (NIETZSCHE, 2008, p. 331; 350). Aqui também encontramos uma analogia implícita com a dominação abstrata de Postone: a apropriação, a exploração do trabalho pelo capital é nele uma derivação

de um impulso inconsciente de dominação que pode ser concebido sem nenhum agente dotado de consciência e vontade.

Aqui, no entanto, é preciso ser enfático com relação ao limite da analogia. Postone, ao contrário de Nietzsche, não coloca a vontade de poder ou seu análogo como uma categoria cosmológica, mas como uma categoria histórica. Além disso, em contraste com ele, que procede a uma apologia das relações de dominação na sociedade com todo o seu projeto reacionário, Postone se apresenta como um crítico dessas relações de dominação e, portanto, não carrega as consequências reacionárias de Nietzsche.

De fato, nesse ponto, Postone está mais próximo da interpretação pós-moderna de Nietzsche, mais precisamente de Foucault. É notável que o argumento de Foucault (1999) é quase idêntico ao de Postone: a crítica dirigida ao marxismo tradicional de que o trabalho seja a essência humana, de que o capitalismo seja um sistema de exploração e a afirmação de que a exploração é um resultado de “tecnologias de poder” que se estendem para muito além do trabalho (FOUCAULT, 1999, p. 86). A diferença aqui é que Foucault se refere a “micropoderes” enquanto em Postone se trata de um macropoder abrangente e total, a dominação abstrata do capital.

A proximidade de Postone com o pós-modernismo pode ser contestada, uma vez que ele reivindica para si uma leitura hegeliana de Marx, e é explícito em contrapor essa leitura à virada nietzschiana do pós-modernismo (POSTONE, 2009a, p. 82). Mas o Hegel que reivindica é o mesmo Hegel criticado pelos pós-modernos: o filósofo que dissolve todas as diferenças em uma igualdade (FOUCAULT, 1998, p. 356-359), promovendo assim uma inversão materialista do pós-modernismo, pois, enquanto Foucault afirma que “é necessário nos livrarmos de Hegel” (FOUCAULT, 1998, p. 359), Postone afirma necessário nos livrarmos do capital entendido como o sujeito-objeto idêntico/igual que ele atribui a Hegel.

Postone é claro ao dizer que “a posição crítica marxiana” – tal como reconstruída por ele, deve-se acrescentar – “é mais próxima do pós-estruturalismo do que do marxismo ortodoxo da Segunda Internacional” (POSTONE,

2005, p. 77), e de tudo que ele chama de marxismo tradicional, deve-se acrescentar também. Os objetos de sua crítica são os mesmos da crítica pós-moderna, mas, enquanto estes os apresentam como “narrativas”, Postone os apresenta como a realidade da sociedade capitalista.

Como os pós-modernos, Postone coloca a necessidade de abolição do sujeito (POSTONE 2009a, p. 80), entendido como a realidade do capital e não como uma ilusão narrativa. Mas, em tal tema, de fato se iguala aos pós-modernos ao abolir na sua reconstrução de Marx o trabalho como categoria ontológica – e, portanto, os seres humanos como sujeitos da história – e a classe trabalhadora como sujeito revolucionário. O sujeito que afirma não existir é o mesmo sujeito a que Foucault se refere em sua “crítica radical ao sujeito humano” do qual uma “certa tradição acadêmica do Marxismo não desistiu” (FOUCAULT, 1999, p. 3). Nesse ponto não há inversão materialista, há adoção das mesmas teses pós-modernistas.

Postone também quer a abolição da totalidade (POSTONE, 2014, p. 100-101), da “dinâmica histórica” que é uma “manifestação da heteronomia”, mas que seria característica exclusiva do capitalismo, se alinhando assim com o tema do fim das “grandes narrativas” do pós-modernismo. Como Foucault, que fala da necessidade de nos livrarmos “de toda dialética” (FOUCAULT, 1998, p. 359), Postone restringe a dialética ao capitalismo (POSTONE, 2005, p. 77) e, portanto, a superação do capitalismo realizaria aquilo que Foucault afirmava necessário.

Considerações finais: tão perto, tão longe

Neste artigo se indicou que a análise de Marx feita por Postone não pode ser justificado simplesmente separando *O Capital* do restante de sua obra, com o desgastado argumento da ruptura entre o Marx jovem e o maduro. Sempre se pode alegar que a realidade histórica provou que Marx errou em relação à luta de classes – ainda que isso tenha que apelar para um indutivo

eterno retorno do mesmo – ou que ele era teoricamente inconsistente, mas o argumento de Postone é que ele apresenta o verdadeiro Marx maduro.

O que Postone opera é uma reconstrução da obra de Marx que remete a um artigo de Stefen Bauer escrito em 1977, na Alemanha, onde Postone estava, no Instituto de Frankfurt, nessa época. Nesse artigo Bauer critica Marcuse pela tentativa de buscar um sujeito revolucionário que levaria a superação do capitalismo, uma vez que, segundo o pensamento de Marcuse, os trabalhadores não seriam mais esse sujeito, pelo menos nas sociedades capitalistas avançadas. Bauer vai argumentar contra Marcuse que não há sujeito e a superação do capitalismo seria impossível. Para tanto Bauer procede a uma reinterpretação de Marx, o dividindo entre um Marx esotérico e um exotérico – o da luta de classes (VAN DER LINDEN, 1997, p. 448).

A reconstrução de Postone tem o mesmo sentido da de Bauer, com uma diferença: o argumento da luta de classe e dos trabalhadores como sujeito revolucionário não é mais apresentado como o lado exotérico de Marx, mas colocado fora de sua obra madura e apresentado como uma interpretação errada elaborada pelo “marxismo tradicional” – cuja maior referência em Postone é o Lukács de *História e consciência de classe*. Em vários aspectos – embora não em todos – o “marxismo tradicional” é um espantalho criado por Postone. Desta forma o que era em Bauer o Marx esotérico é apresentado por Postone como o único Marx (VAN DER LINDEN, 1997, p. 448). Dessa vez a diferença entre o texto e a reprodução teórica de Marx e a reconstrução de Postone é que é anulada em uma igualdade.

Mas o Marx que resta da reconstrução de Postone acaba na aparência de sujeito do capital, se afasta da exploração, da luta de classes, de qualquer sujeito revolucionário. No final, o que resta é um Marx que está longe do marxismo histórico e perto do pós-modernismo.

Referências

- ADORNO, T.W. *Negative Dialectics*. Tradução: E.B. Ashton. London: Routledge, 2004
- AUDI, Robert (ed.) *The Cambridge Dictionary of Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999
- BEISER, Frederic. *Hegel*. Nova York e Londres: Routledge, 2005
- FOUCAULT, Michael. *Theatrum Philosophicum*. In: Rabinow, P. (ed.) *Essential works of Foucault, vol.2: Aesthetic, Method, and Epistemology*. Tradução: Robert Hurley. Nova York: New York Press, 1998
- FOUCAULT, "Truth and Juridical Forms." In: Rabinow, P. (ed.) *Essential works of Foucault, vol. 3: Power*. Tradução: Robert Hurley. Nova York: New York Press, 1999
- GRIER, Philip T. (ed.) *Identity and Difference. Studies in Hegel's Logic, Philosophy of Spirit, and Politics*. Nova York: State University of New York Press, 2007
- HEGEL, G.W.F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio. Volume I: Ciência da Lógica*. Tradução: Paulo Meneses. São Paulo: Edições Loyola, 1995a
- HEGEL, G.W.F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio. Volume III: A Filosofia do Espírito*. Tradução: Paulo Meneses. São Paulo: Edições Loyola, 1995b
- HEGEL, G.W.F. *Princípios da Filosofia do Direito*. Tradução: Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997
- HEGEL, G.W.F. *Ciência da Lógica: 2. A Doutrina da Essência*. Tradução: Christian G. Iber, Marloren I. Mirando e Federico Orsini. Petrópolis: Vozes, 2017
- HEGEL, G.W.F. *Ciência da Lógica: 3. A Doutrina do Conceito*. Tradução: Christian G. Iber, Marloren I. Mirando e Federico Orsini. Petrópolis: Vozes, 2018
- JAY, Martin. *The Dialectical Imagination*. Londres: Heinemann, 1973
- LOUSURDO, Domenico. *Nietzsche: o rebelde aristocrata*. Tradução: Jaime A. Clasen. Rio de Janeiro: Revan, 2009
- MARX, Karl. "Marx to Engels, 24 Abril 1867". In: MARX, K. E ENGELS, F. *Collected Works, vol.42*. Tradução: Christopher Upward. New York: Progress Publisher, 1987
- MARX, Karl. *Grundrisse*. Tradução: Mario Duayer; Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da Economia Política. Livro 1*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da Economia Política. Livro 3*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017
- MARX Karl & ENGELS, Frederich. *A Sagrada Família*. Tradução: Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2003
- NIETZSCHE, Frederich. *A Vontade de Poder*. Tradução: Marcos Sinésio Pereira Fernandes, Francisco José Dias de Moraes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008
- PINKARD, Terry. *German Philosophy 1760-1860. The Legacy of Idealism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002
- POSTONE, Moishe. "Critical Social Theory and Contemporary World." In: *International Journal of Politics, Culture and Society*, v. 19, n.1-2, 2005
- POSTONE, Moishe. "The Subject and Social Theory: Marx and Lukács on Hegel". In: POSTONE, M.; MURTY, V.; KOBAYASHI, Y. *History and Heteronomy. Critical Essays*. Tokyo: The University of Tokyo Center for Philosophy, 2009a

POSTONE, Moishe. "Labour and the Logic of Abstraction: An Interview." In: *South Atlantic Quarterly*, Spring 2009b

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. Tradução: Amilton Reis, Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014

VAN DER LINDEN, M. "The Historical Limite of Workers' Protest: Moishe Postone, Krisis and the 'Commodity Logic'". In: *International Review of Social History*, 42, 1997

WOOD, E. M. "O que é a agenda 'pós-moderna'?" In: WOOD, E. M.; FOSTER, J. B. (Org.) *Em defesa da História: Marxismo e pós-modernismo*. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999

ZIZEK, Slavoj. *Menos que nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético*. Tradução: Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2013

BRUNO PRADO PRATES

LEONARDO GOMES DE DEUS

AS “LEIS FÉRREAS” E O DETERMINISMO: AINDA O CASO DA LEI DA QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO

Recebido em 08/09/2022

Aprovado em 16/05/2023

AS “LEIS FÉRREAS” E O DETERMINISMO: AINDA O CASO DA LEI DA QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO

Resumo

O objetivo deste trabalho é oferecer uma interpretação sobre o papel conferido por Marx às leis do movimento – leis que atuam com “férrea necessidade” – em sua crítica da economia política. Discutimos a interpretação que atribui a Marx um “determinismo unilinear”, buscando ressaltar que as leis enunciadas pelo autor de *O capital* não são preditivas ou externas; ao contrário, elas são leis relacionais que revelam nexos internos – são leis de tendência. Utilizamos como exemplo a *lei da queda tendencial da taxa de lucro*, que ocupa um lugar particularmente relevante do ponto de vista da exposição, pois revela, de forma mais concreta, as contradições do modo de produção capitalista. Argumentamos que a ênfase do caráter “férreo” dessas leis não se deve a qualquer ambição de determinar, *a priori*, o movimento da história, mas de expor aquilo que é distintivo da produção fundada sob a lógica do capital.

Palavras-chave: Lei da queda tendencial da taxa de lucro; determinismo; lei de tendência; método em Marx

BRUNO PRADO PRATES

Doutorando em Economia no
Cedeplar/UFMG. Bolsista Capes.

Email: brunopradobrates@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3100-6731>

LEONARDO GOMES DE DEUS

Professor do Cedeplar/UFMG.

Email: leodedeus@cedepplar.ufmg.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8062-5240>

Abstract

This paper addresses contemporary interpretations of the emphasis Marx gave, in his critique of political economy, to the laws of movement, laws that work with “iron necessity”. We discuss the interpretation that attributes to Marx a “unilinear determinism”, trying to demonstrate that the laws enunciated by the author of *Capital* are neither predictive nor external, on the contrary, they are relational laws that reveal internal nexuses, they are laws of tendency. We use as an example the *law of the tendential fall in the rate of profit*, which plays a particularly relevant place from the point of view of exposition, as it reveals, in a more concrete way, the contradictions of the capitalist mode of production. We argue that the emphasis on the “iron” character of these laws is not due to any ambition to determine, *a priori*, the movement of history, but to expose what is distinctive of the production based on the logic of capital.

Keywords: Law of the tendential fall in the rate of profit; Determinism; Law of tendency; Method in Marx

Introdução

Em seu prefácio à primeira edição de *O capital*, Marx afirma que tem como objetivo desnudar a “lei econômica do movimento da sociedade moderna”. Essa lei, segundo o autor, impõe à sociedade “fases naturais” que não podem ser suprimidas por decreto; afinal, a lei atua com “férica necessidade”. O tom assertivo destas colocações reverberou por toda a tradição marxista, a começar por Engels, que atribui a Marx a façanha de ter descoberto a “lei de desenvolvimento da história humana”. Há muito o que se questionar a partir dessas afirmações e, em verdade, não são poucas as interpretações destes trechos. Aqui discutiremos uma interpretação já bastante conhecida: a de que há, em Marx, um determinismo unilinear. Essa interpretação nos parece particularmente importante, pois se relaciona a duas outras acusações frequentes quanto à obra de Marx: a existência de um determinismo econômico e de uma visão unilinear eurocêntrica.

Este artigo tem como objetivo oferecer uma interpretação sobre o papel, ou o lugar, das “leis férreas” do capital na crítica marxiana da economia política. Acreditamos que interpretações diversas, e a de determinismo unilinear em particular, apresentam dificuldade em situar o conceito de “lei” na totalidade da obra marxiana e em relacionar esta categoria com o método dialético utilizado por Marx. Sendo assim, cabe questionar o que significa uma “lei do movimento” ou “lei do desenvolvimento”, buscando relacionar estas categorias com a forma concreta em que aparecem na exposição de *O capital*. Aqui, tomaremos a *lei da queda tendencial da taxa de lucro* como principal exemplo. Esta lei ocupa um lugar particularmente relevante do ponto de vista da exposição, pois revela, de forma mais concreta, as contradições do modo de produção capitalista.

Argumentaremos que as leis expostas por Marx não são constituídas de um determinismo unilinear. Ao contrário, buscam explicar fenômenos distintos, muitas vezes contraditórios entre si, que, no entanto, são produto de um mesmo processo histórico. A ênfase do caráter “férico” dessas leis não se deve, como veremos, a qualquer ambição de determinar, *a priori*, o

movimento da história, mas de expor aquilo que é distintivo da produção fundada sob a lógica do capital em relação a outros tipos de sociedade e a outros momentos históricos.

Além desta introdução e uma conclusão, nossa discussão se divide em três seções. Na primeira, apresentamos o prefácio à primeira edição de *O capital*, de 1867, e discutimos brevemente a interpretação de determinismo unilinear e seu desdobramento nas interpretações de determinismo econômico e eurocentrismo. Na segunda, discutimos o conceito de “lei do movimento” em Marx e sua relação com seu método. Por fim, discutiremos a lei da queda tendencial da taxa de lucro, destacando seu desenvolvimento na obra de Marx e sua função na totalidade da crítica da economia política.

I. O prefácio de 67: determinismo unilinear?

Em seu “Discurso” diante do túmulo de Karl Marx, Friedrich Engels, homenageando seu amigo, propõe uma comparação entre Marx e Charles Darwin: este descobriu a lei de desenvolvimento da natureza orgânica, enquanto aquele teria descoberto a lei do desenvolvimento da história humana. A saber: o fato de que “a humanidade deve antes de tudo comer, beber, ter abrigo e roupas, antes que possa se entregar à política, à ciência, à arte, à religião etc.” (ENGELS, 1989, p. 467). A constatação dessa “lei do desenvolvimento” pode aparentar um determinismo problemático, visto que pode sugerir a existência de um percurso necessário a toda a história humana. Veremos, no entanto, que, ao situarmos a posição de Engels frente à concepção marxiana de “lei do desenvolvimento”, afastaremos a possibilidade de uma interpretação determinista.

O aparente determinismo residiria, também, nas palavras do próprio Marx. No prefácio à primeira edição de *O capital*, de 1867, o autor elucida que sua tarefa consiste em, pela “força da abstração”, apreender não os antagonismos sociais gerados pelas leis naturais do capitalismo, mas as próprias leis, “tendências que atuam e se impõem com férrea necessidade” (MARX,

2013, p. 78). Ao alertar os leitores de países cujas forças produtivas não estão em um grau de desenvolvimento tão elevado quanto na Inglaterra, país cuja situação é o pano de fundo da obra, conclui: “o país industrialmente mais desenvolvido não faz mais do que mostrar ao menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro” (MARX, 2013, p. 78). Marx sinaliza ao leitor, portanto, que a produção capitalista em sua forma desenvolvida possui aspectos necessários, imanentes à particularidade desse modo de produção.

Logo adiante, diz o autor:

Uma nação deve e pode aprender com as outras. Ainda que uma sociedade tenha descoberto a lei natural de seu desenvolvimento – e a finalidade última desta obra é desvelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna –, ela não pode saltar suas fases naturais de desenvolvimento, nem suprimi-las por decreto. Mas pode, sim, abreviar e mitigar as dores do parto (MARX, 2013, p. 79).

Esta colocação de Marx revela dois aspectos de sua crítica da economia política fundamentais para nossa investigação. Primeiro, a existência de uma finalidade explícita da obra: desvelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna, que deve compreender a gênese e os aspectos necessários dessa sociedade. Segundo, o caráter objetivo do que Marx chama de lei natural ou lei do movimento: é possível conhecer as leis, estudá-las e, assim, “abreviar e mitigar as dores do parto”, mas nunca “suprimi-las” por decreto. As leis, portanto, atuam de forma necessária, ou, mais ainda, “com férrea necessidade”.

As ideias expostas neste prefácio foram interpretadas de várias formas e geraram polêmicas importantes. Expressões como “lei natural”, “férrea necessidade”, e a relação que Marx estabelece entre sociedades industrialmente mais desenvolvidas com as menos desenvolvidas, podem levar a interpretações como as de Teodor Shanin, de que existe em *O capital* um “determinismo unilinear” (SHANIN, 1983, p. 4). A sugestão de unilinearidade frequentemente leva a atribuir ao autor uma abordagem eurocêntrica, pois o alemão parece sugerir que o caminho em direção ao capitalismo é inevitável, ou

mesmo desejável, a todos os povos. Essa é a interpretação, por exemplo, de Edward W. Said (2003) em *Orientalism*. A acusação de determinismo e eurocentrismo estão, portanto, relacionadas.

A tradução do prefácio de 67 para a edição francesa, de 1872-75, parece contrastar com a interpretação de “determinismo unilinear”. Nesta edição, Marx oferece importantes considerações sobre o caráter global da produção capitalista, que comporta em sua dinâmica diferentes modos de produção interligados. A edição francesa, diferentemente de todas as edições alemãs, enfatiza que o país industrialmente mais desenvolvido só revela a imagem do futuro para “aqueles que o seguirem pelo caminho industrial” (MARX, 1989, p. 12). Essa abordagem indica que a “férrea necessidade” das leis se aplica apenas para a indústria capitalista, e não configura uma teoria geral para toda a história e todos os povos. Marx é bem enfático ao assinalar que não se pode compreender uma realidade particular “tendo como chave-mestra uma teoria histórico-filosófica geral, cuja virtude suprema consiste em ser supra-histórica” (MARX, 1877, p. 69).

Para a finalidade deste artigo, cabe apenas mencionar que as acusações de eurocentrismo frequentemente não levam em consideração as mudanças na edição francesa ou os comentários de Marx sobre formações sociais não-ocidentais ou pré-capitalistas. Destaque-se, por exemplo, o capítulo dos *Grundrisse* sobre as “formas que precederam a produção capitalista” e seus artigos para o *New York Tribune* sobre as revoltas camponesas de Sepoy e Taiping, na Índia e na China, respectivamente. Essa temática foi extensamente analisada por Lucia Pradella (2015) em *Globalisation and the critique of political economy* e por Kevin Anderson (2010) em *Marx at the margins*¹.

As acusações de determinismo, por sua vez, devem pouco a Marx, mas muito a Ferdinand Lassalle, que foi provavelmente influenciado pelo positivismo de Auguste Comte, ou “positivismo francês” (FREEMAN, 2010,

¹ Retomaremos este tema na última seção.

p. 4). Após Lassalle, a interpretação determinista encontrou espaço entre autores como o russo Michailovski (cf. MARX, 1877, p. 57-71) e os socialistas da Segunda Internacional, como Kautsky, conforme sugerido por Lukács (2000). Cabe destacar a discordância de Marx e Engels com relação à “lei de bronze” do salário, de Lassalle. Este defendia, a partir da teoria malthusiana da população, que havia uma “lei de bronze” implicando a necessidade de que o salário operário médio não ultrapassasse o mínimo vital necessário. Marx e Engels, por outro lado, entendiam as leis que regulam os salários como mais complexas, flexíveis, fortemente dependentes dos ciclos econômicos (MARX, 2012, p. 37-39; ENGELS, 2012, p. 53). Engels chega a encarar diretamente o problema do determinismo, esclarecendo, em carta a Joseph Bloch de 1890, que a história é determinada pela interação de diversos fatores, como política, filosofia, direito, religião e economia. Portanto, mesmo que o curso geral da história esteja sujeito a determinadas leis do movimento, o resultado final é sempre determinado pela interação entre fatores extraeconômicos e econômicos, sendo estes últimos a “base”, o determinante de última instância (ENGELS, 2001, p. 33-37).

As leis férreas expostas por Marx não indicam, portanto, um percurso necessário a ser seguido pela humanidade, mas sim uma concepção materialista da história. No entanto, para afastar interpretações de eurocentrismo e determinismo, parece faltar responder: o que, afinal, são “leis do movimento” para Marx? O que lhes confere uma “férrea necessidade”? Acreditamos que a resposta se encontra na devida compreensão do método presente na crítica da economia política.

2. Método e leis do movimento

Convém distinguir as leis do movimento a partir de duas dicotomias fundamentais. Podemos distingui-las, em primeiro lugar, entre leis que revelam nexos externos e leis que revelam nexos internos, como sugerido por Prado (2014); ou, em segundo lugar, entre leis preditivas e leis relacionais, como sugerido por Freeman (2010). As leis que revelam nexos externos são

deterministas, expressam padrões observáveis e supostamente constantes; as leis que revelam nexos internos indicam possibilidades: o que deve acontecer em situações não necessariamente observáveis (PRADO, 2014). As leis preditivas também são associadas ao determinismo: buscam possibilitar a previsão dos fatos com base em sua necessidade de ocorrência; enquanto as leis relacionais buscam relacionar fenômenos distintos, múltiplas formas de aparência, a partir de uma mesma legalidade que explica estes fenômenos (FREEMAN, 2010, p. 15). As leis do movimento na obra de Marx revelam nexos internos e são relacionais. Essas leis consideram duas possibilidades que, para Freeman, são fundamentais: a primeira é a existência da contradição interna, a ocasião em que o próprio fenômeno carrega os germes de sua crise e superação; a segunda é a interferência humana, pois os seres humanos participam ativamente na determinação dos fenômenos econômicos (FREEMAN, 2010, p. 3).

Há, nesse sentido, uma incompletude inerente às leis do movimento, pois toda lei é aproximativa e não precisa coincidir com a aparência do fenômeno e com o mundo empírico (LENIN, 2018, p. 163). Segundo Lenin, em seus *Cadernos filosóficos*, a lei é o reflexo “tranquilo” do fenômeno, pois é o momento da totalidade que permanece, não por ser eterno, mas por acompanhar o conceito, o conhecimento histórico (LENIN, 2018, p. 163). A aparência, ao contrário, é instável, se agita, depende de uma grande quantidade de variáveis econômicas e extraeconômicas. Por essa razão, as leis unificam o contraditório, os fenômenos em sua distinção, mas não fundamentam estes fenômenos. As leis “explicam apenas o que acontece se certas condições são preenchidas, mas não o preenchimento dessas condições” (INWOOD, 1997, p. 204).

A investigação científica parte sempre da aparência, ou do fenômeno. Só a partir do aprofundamento da análise é possível alcançar a lei do fenômeno e, então, explicá-lo coerentemente. Este movimento de exposição científica do objeto deve partir do abstrato em direção ao concreto, como sugerido por Marx (2011, p. 54) em sua introdução aos *Grundrisse*. Segundo José Chasin,

em *Estatuto ontológico e resolução metodológica*, a exposição marxiana busca reconstruir a “rota seguida pela cabeça no desvendamento da lógica das coisas”. Neste sentido, a pesquisa parte de uma representação caótica da totalidade que, a partir da investigação e da análise, alcança uma totalidade mais concreta e conceitos cada vez mais simples, ou o que o autor chama de “abstrações razoáveis”. Estas são o ponto de partida do caminho cientificamente exato: a concreção ou particularização (CHASIN, 2009, p. 221-222). Esse movimento analítico, responsável pela concreção do objeto, divide-se em dois momentos: a abstração, que facilita a classificação das matérias; e a exposição real, que, após a dissecação do objeto, o ordena segundo sua lógica própria (CHASIN, 2009, p. 227). O primeiro momento do método, a abstração, consiste na “provisória exclusão ideal de determinadas conexões categoriais mais amplas” (LUKÁCS, 2012, p. 310). Essa exclusão permite examinar, sem interferências, as categorias postas no centro da investigação, de forma a exibir suas legalidades internas. A abstração, entretanto, não pode residir isolada da totalidade, ela permanece em constante contato com a totalidade do ser social, inclusive com o âmbito extraeconômico, que se expressa, por exemplo, na luta de classes. Segundo Lukács, no primeiro volume de sua *Ontologia do ser social*:

Só quando se levam em conta essas contínuas interações entre o econômico, rigidamente submetido a leis, e as relações, forças etc. heterogêneas com relação a esse nível, ou seja, o extraeconômico, é que a estrutura de *O capital* se torna compreensível: nela são colocadas de modo experimental conexões legais puras, homogêneas em sua abstratividade, mas também a ação exercida sobre elas, que por vezes leva até sua supressão, por componentes mais amplos, mais próximos da realidade, inseridos de maneira subsequente, para chegar finalmente à totalidade concreta do ser social (LUKÁCS, 2012, p. 312).

Segundo João Antônio de Paula (2010), o movimento do abstrato ao concreto foi o que garantiu a superioridade metodológica, aos olhos de Marx, da economia política dos séculos XVIII e XIX em relação à economia política do século XVII. Esta, ao começar pela população, partia de um todo caótico

que, só após sucessivas decomposições analíticas, voltaria a ser explicado de forma concreta. Aquela, por outro lado, partia do valor, uma categoria mais simples, que chegaria ao todo concreto a partir do movimento analítico (PAULA, 2010, p. 101). O método da economia política, no entanto, ainda era insuficiente. Marx exigia, na esteira de Hegel, “que o ponto de partida da ciência fosse inteiramente legítimo”, não arbitrário, e que constituísse uma totalidade, categoria que não estava presente na opção metodológica da economia política. Coube a Marx realizar uma “dupla supressão”: superar, ao mesmo tempo, a naturalização das relações de produção capitalistas, típica da economia política, e a idealização, ou a absolutização do espírito, típica da sugestão de Hegel (PAULA, 2010, p. 104-105).

É impossível, no entanto, observar criticamente todos os objetos à nossa volta, o que nos leva a tratá-los, antes mesmo do processo de concreção, como objetos concretos, ou seja, com múltiplas determinações. Essa, no entanto, é uma percepção mistificada da realidade, na medida em que apenas por meio da apreensão dialética do movimento dos objetos é possível compreendê-los como totalidades concretas. A essa mistificação Kosik (1969, p. 11) chamou de pseudoconcreticidade do cotidiano. Para o autor, o método dialético consiste na quebra dessa pseudoconcreticidade para desvendar as leis que regem as formas fenomênicas da realidade. Em sua *Dialética do concreto*, ele argumenta que “Marx, sob o mundo dos objetos, sob o movimento dos preços, das mercadorias, das várias formas de capital – cujas leis ele exprime em fórmulas exatas – descobre o mundo objetivo das relações sociais, ou seja, a dialética sujeito-objeto” (KOSIK, 1969, p. 173). Segundo o autor, no capitalismo o ser humano aparece como mera personificação do movimento real das coisas, mercadorias, e a consciência humana aparece como executora deste movimento. A análise posterior e atenta, por outro lado, dissolve essa aparência e revela que “o movimento real das coisas é forma histórica da relação entre os homens; e a consciência coisificada é apenas uma forma histórica da consciência humana” (KOSIK, 1969, p. 175).

Essa abordagem nos leva aos comentários de Marx, em *O capital*, no capítulo sobre o fetichismo da mercadoria. Se em sociedades anteriores a condição de nascença já era suficiente para garantir um determinado papel do indivíduo na produção, a sociedade mercantil pressupõe indivíduos livres, no sentido de que são igualados pela liberdade de venderem a mercadoria que possuem. Dessa forma, o papel dos indivíduos na produção só pode ser estabelecido com a mediação de coisas, mercadorias, que, a partir de contrato regularmente revisado, permitem a realização do trabalho humano. Sendo assim, o trabalhador e o capitalista nada mais são do que, respectivamente, as mercadorias força de trabalho e capital personificadas (MARX, 2013, p. 146-158). No capitalismo, a mistificação que aqui chamamos de pseudoconcreticidade aparece de forma particular, como fetichismo da mercadoria. Como alertou Isaak Rubin (1980) em *A teoria marxista do valor*, as relações sociais de produção no capitalismo aparecem como relações entre coisas e, principalmente, só se realizam por meio de coisas. Portanto, esta forma que as relações sociais adquirem no capitalismo implica uma “coisificação das pessoas” e uma “personificação das coisas” (RUBIN, 1980, p. 35). A partir dessa perspectiva, Rubin pondera que Marx buscou descobrir as leis que regem a origem e o desenvolvimento das formas sociais que aparecem como pressupostas no processo de produção técnico-material, levando em consideração, para a análise, o nível de desenvolvimento das forças produtivas correspondente a estas formas sociais. Assim, o autor conclui que as mesmas leis anteriormente formuladas pelos chamados economistas clássicos ganharam um significado completamente diferente na abordagem marxiana (RUBIN, 1980, p. 42-43).

O método dialético de Marx, com efeito, expõe as leis do capital sem reproduzir seu fetiche, e sim dissolvendo a realidade fetichizada. Mas não basta, para explicar criticamente o mundo, dissolver esta mistificação. As leis expostas por Marx devem ser compreendidas, também, como produto da criação revolucionária da realidade. Essas duas faces do método dialético se devem ao fato de que o conhecimento humano não ocorre a partir da simples contemplação, pois “a contemplação do mundo se baseia nos

resultados da práxis humana. O homem só conhece a realidade na medida em que ele cria a realidade humana e se comporta antes de tudo como ser prático” (KOSIK, 1969, p. 22). A unidade entre o prático e espiritual ocorre na práxis, ou seja, na “determinação da existência humana como elaboração da realidade” (KOSIK, 1969, p. 202). Essa articulação entre a atividade humana sensível e o espírito ou a subjetividade é tema das *Teses ad Feuerbach*, redigidas por Marx em 1845. Neste texto, Marx expõe a lacuna do materialismo antigo, que “não conhece a atividade real, sensível, como tal”. Se o materialismo antigo desconhecia a atividade, o idealismo só a apreendia unilateralmente, como espírito. Coube a Marx estabelecer a superação de ambos, com a solução enunciada na segunda tese: “É na prática que o homem tem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza criterior de seu pensamento” (MARX, 2007, p. 533). Por fim, a última tese confere à crítica a Feuerbach não apenas o necessário rompimento com o materialismo antigo no plano teórico, mas as implicações práticas da crítica revolucionária marxiana: “os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX, 2007, p. 535).

Para Marx, portanto, só o conhecimento das leis econômicas que regem a produção capitalista pode desvelar o nexos interno de uma sociedade na qual coexiste, de um lado, o tormento da fome para as camadas mais pauperizadas da população e, de outro, a riqueza e o alto consumo das camadas mais beneficiadas pela acumulação capitalista (MARX, 2013, p. 732). Temos, assim, uma visão geral sobre os aspectos metodológicos que justificariam a pretensão de Marx de demonstrar as “leis férreas” do capital. Acreditamos que estas considerações justificam, também, a conclusão de Engels, de que seu amigo foi bem-sucedido em sua tarefa, expondo as leis fundamentais do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Resta-nos, no entanto, o que nos parece ser um imperativo da perspectiva materialista: mais importante do que demonstrar como o entendimento sobre o conceito de lei afetou a redação da crítica marxiana à economia política, é demonstrar o caminho inverso, a saber, a forma como o processo de redação de sua obra, bem como o contato com a própria realidade, levaram Marx a elevar

certas características do capital à condição de leis. Este processo ocorre sempre *a posteriori*, só poderia ser concluído e por fim exposto após a mais rigorosa investigação científica do movimento do próprio objeto.

3. Lei da queda tendencial da taxa de lucro

3.1 As tendências em 1857

O ano de 1857 foi marcante para o pensamento de Marx. Foi nesse ano que eclodiu na Índia o Levante Sepoy, que se somou, aos olhos do autor, a uma radicalização já em curso, a Revolução Taiping, na China. Como veremos, ambos os eventos foram de grande importância para Marx, que os analisava atentamente como jornalista do *New York Tribune* (doravante NYTr). Outro evento, também em 1857, impactou a obra do pensador alemão – a crise financeira de 1857-58, que estourou em Nova Iorque e logo se espalhou para outros países. Tanto a perspectiva de Marx sobre as crises capitalistas como a descoberta da *lei da queda tendencial da taxa de lucro* (doravante LQTTL) foram consideravelmente impactadas pelos eventos descritos. O início de sua redação da crítica da economia política deve muito, portanto, aos eventos de instabilidade mundial dentro e fora dos limites territoriais das potências capitalistas de seu tempo.

Após a derrota da revolução de 1848 na Europa, Marx e Engels passam a dedicar maior atenção às questões coloniais, fato que se expressa nos artigos sobre a Índia e a China. Em 1850 tem início na China a Revolução Taiping, um movimento camponês anti-imperial, com ideias de igualdade e mesmo algumas tendências comunistas, mas também dimensões místicas e autoritárias (ANDERSON, 2010, p. 28-29). Nesse sentido, o ano de 1850 demarca uma mudança de posição. Não será mais uma revolução na Europa a grande responsável por libertar a China, como anteriormente previsto. Segundo Marx e Engels, a China fará sua própria revolução, ainda que nos marcos da sociedade burguesa. Assim, os reacionários europeus, fugindo da revolução

social, encontrariam escrito na Grande Muralha: “République chinoise: Liberté, Egalité, Fraternité” (MARX & ENGELS, 1978, p. 267).

Em 1856 tem início a Segunda Guerra do Ópio, evento que dá início a uma guerra nacional que se combina à Revolução Taiping e prenuncia o que Engels considera “uma nova era para toda a Ásia” (ENGELS, 1986, p. 283). Na esteira destes eventos, eclode na Índia, em 1857, o Levante Sepoy, revolta iniciada por soldados indianos contra a dominação colonial britânica (ANDERSON, 2010, p. 37-38). O apoio de Marx e Engels à Revolução Taiping e ao Levante Sepoy expressa a mudança na perspectiva dos autores durante a década de 1850, enfatizando cada vez mais as forças internas que podem conduzir os países não-ocidentais a situações revolucionárias. A posição anticolonial dos autores merece destaque. Marx chega a considerar os dois eventos como um levante geral das “grandes nações asiáticas” contra a dominação colonial (MARX, 1986, p. 298).

Durante este período também ocorreu a crise de 1857-58, que se deflagrou “exatamente como Marx havia previsto ainda em 1850 – com uma crise financeira em Nova Iorque” que logo se expandiu por diversos outros países (KRÄTKE, 2008a, p. 169). Marx acompanhou a crise com atenção, juntando vasta quantidade de material empírico e coletando informações sobre as crises de variadas partes do mundo, o que resultou na elaboração de diversos artigos sobre o tema, dos quais dez foram publicados no NYTr entre novembro de 1857 e março de 1858 (KRÄTKE, 2008b, p. 165). Em meio a sua tarefa de analisar corretamente as crises em suas publicações no NYTr, Marx trabalhou em dois projetos simultaneamente enquanto acompanhava os eventos da crise mundial: a elaboração de sua crítica da economia política e a escrita de seus “cadernos sobre as crises”, que só foram publicados em 2017, no volume IV/14 da Mega. Estes não pretendiam apenas servir de auxílio ao seu trabalho como jornalista, segundo Krätke (2008a, p. 170): “eles também eram importantes para a teoria, para a explicação racional do fenômeno das modernas crises cíclicas, que Marx considerava parte indispensável da sua sistemática crítica da economia política”. Por essa razão,

Krätke considera que, “sem a crise mundial de 1857, Marx provavelmente não teria escrito os *Grundrisse*” (KRÄTKE, 2008a, p. 169).

As formulações tanto sobre o problema colonial quanto sobre a crise do capitalismo e a redação da crítica da economia política estão conectadas no pensamento de Marx. Em carta a Engels de 1858, o autor de *O capital*, ainda acompanhando o Levante Sepoy, afirma que a Índia é o “nosso melhor aliado” (MARX, 1983, p. 249). Na mesma carta, o autor discute a dialética hegeliana e questões de método, justamente no momento em que ainda se ocupava com a escrita dos manuscritos de 1857-58, conhecidos como *Grundrisse*. No texto, Marx comemora ter demolido a teoria do lucro até então propagada e credita parte deste feito ao estudo da *Ciência da Lógica*, de Hegel (MARX, 1983, p. 249). Em sua introdução aos *Grundrisse*, Marx estabelece o método que, conforme Chasin, consiste no “modo de produção de concretos de pensamentos a partir da destilação prévia de abstrações razoáveis”. Portanto, a exposição parte do abstrato e percorre o “caminho cientificamente exato da concreção ou particularização” (CHASIN, 2009, p. 221-222), a “dupla supressão” mencionada acima.

A influência das revoluções asiáticas se mostra presente nos *Grundrisse*. Segundo Anderson (2010, p. 36), estes manuscritos encerram uma abordagem mais multilinear para a história do que os escritos anteriores. Os *Grundrisse* oferecem uma análise do desenvolvimento de diferentes formações sociais, incluindo formações asiáticas não capitalistas, e sinalizam para as mais variadas possibilidades de desenvolvimento destes modos de produção. É também neste contexto que Marx formula a LQTTL, que, segundo ele, é “a lei mais importante da economia política moderna” e, “a despeito de sua simplicidade, até agora nunca foi compreendida e muito menos conscientemente expressa” (MARX, 2011, p. 626).

Podemos compreender essa lei, de forma mais geral, como o nexo que explica diferentes consequências do desenvolvimento das forças produtivas sob o modo de produção capitalista. Segundo Fred Moseley, tratava-se, para Marx, de compreender “o efeito das mudanças tecnológicas que aumentam

a produtividade do trabalho [que Marx usualmente chama de ‘desenvolvimento das forças produtivas’] na taxa de lucro” (MOSELEY, 2018, p. 96-97). Apesar de o capital sempre buscar um lucro maior, as medidas adotadas individualmente pelos capitalistas para obter esse lucro fazem com que, de maneira contraditória, a taxa geral de lucro tenda a cair. O efeito final sobre a taxa de lucro depende, entretanto, de movimentos contraditórios, que podem apresentar os mais diversos resultados. Vejamos como Marx apresenta essa relação:

A taxa de lucro depende – pressuposto o mesmo mais-valor, o mesmo trabalho excedente em relação ao trabalho necessário – da relação entre a parte do capital que é trocada por trabalho vivo e a parte que existe na forma de matéria-prima e meios de produção. Por conseguinte, quanto menor se torna a porção trocada por trabalho vivo, tanto menor se torna a taxa de lucro (MARX, 2011, p. 624-625).

Essa formulação pressupõe o mais-valor como constante, o que implica a necessária desigualdade do lucro “na proporção relativa à grandeza dos capitais”. Marx destaca, no entanto, que, ao tomar o mais-valor como variável, os resultados são diversos e mesmo contra-intuitivos: “a taxa de lucro pode cair, embora o mais-valor real suba. A taxa de lucro pode subir, embora o mais-valor real caia” (MARX, 2011, p. 625).

Como assinalamos, o contexto da redação dos *Grundrisse* é de crise nos países centrais e revolução nos países periféricos, fato que – entendendo o capital como uma relação de produção global, na qual os principais eventos ao redor do globo estão inter-relacionados – sugeria a possibilidade cada vez mais concreta de derrocada do capitalismo. É sob a influência de tais eventos que Marx constata a principal contradição que ronda a LQTTL: a ânsia pela valorização, que se manifesta no desenvolvimento desenfreado das forças produtivas, atua, ela mesma, como barreira à autovalorização do capital. O maior impedimento à produção capitalista é, portanto, ela própria. Este problema é colocado da seguinte forma:

Para além de certo ponto, o desenvolvimento das forças produtivas devem um obstáculo para o capital; ou seja, a relação de capital devem um obstáculo para [o] desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Ao atingir esse ponto, o capital, i.e., o trabalho assalariado, entra na mesma relação com o desenvolvimento da riqueza social e das forças produtivas que o sistema das corporações, a servidão, a escravidão, e, como grilhão, é necessariamente removido. [...] A crescente inadequação do desenvolvimento produtivo da sociedade às suas relações de produção anteriores manifesta-se em contradições agudas, crises, convulsões. A **destruição violenta** de capital, não por circunstâncias externas a ele, mas como condição de sua autoconservação, é a forma mais contundente em que o capital é aconselhado a se retirar e ceder espaço a um estado superior de produção social (MARX, 2011, p. 627, destaque nosso).

Com isso, Marx apresenta aqui a tese que mais tarde se consagraria no *Prefácio de 59*, de que, “em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes”. Essa contradição faz com que “de formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social” (MARX, 1982, p. 25). O comunismo aparece como a solução desta contradição, isto é, “um estado superior de produção social” cuja crise do capitalismo é o convite. Aqui, a contradição interna desempenha um papel decisivo. As forças que buscam conservar o capital a todo custo são as mesmas que impõem a “destruição violenta de capital”. Neste contexto, essa contradição parece ser, aos olhos de Marx, a parteira de uma nova sociedade.

3.2 As tendências contrárias do pós-crise: os manuscritos da década de 1860

Apesar do otimismo conjuntural de Marx e Engels quanto ao fim do capitalismo, não foi necessário muito tempo para que a economia mundial voltasse a se estabilizar. A efervescência do debate econômico mundial, bem como os fatos que se seguiram à crise, repercutiram de forma acentuada nos escritos de Marx, que acompanhava com atenção as transformações de seu

tempo. Após este evento, Marx deixou de estabelecer uma conexão direta entre crise e revolução, parando também de abordar as crises em termos de colapso econômico. Alguns intérpretes, dentre eles Michael Heinrich (2013), consideram que ali a perspectiva marxiana se transformou, entendendo que não havia uma tendência econômica rumo ao fim do capitalismo.

O *Manuscrito de 1861-63* retoma boa parte do que já havia sido discutido nos *Grundrisse*, porém com mudanças na abordagem, além de breves formulações adicionais. No manuscrito, Marx enfatiza as contratendências da lei – fatores que podem impedir ou amenizar os resultados que a lei descreve – fazendo uma discussão mais completa sobre a contratendência do barateamento dos meios de produção. Há, também, detalhes sobre a existência de um limite para a obtenção de trabalho excedente: “mesmo que o trabalho excedente de 24 trabalhadores fosse apenas 1 hora, 2 trabalhadores não conseguiriam promover tanto trabalho excedente quanto os 24 trabalhadores promoviam (assumindo um dia de trabalho de 12 horas)” (MOSELEY, 2018, p. 111). Além disso, Marx expressa os efeitos contraditórios do incremento de produtividade em termos de uma “dupla manifestação”, que consiste no fato de que o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo implica I) aumento da razão entre o trabalho excedente e o trabalho necessário; e II) redução da razão entre o trabalho total em relação ao capital total investido. Estas consequências do desenvolvimento das forças produtivas exercem efeitos contrários sobre a taxa de lucro (MOSELEY, 2018, p. 110).

A primeira metade da década de 1860 estabeleceu importantes mudanças. Neste contexto, a perspectiva de Marx sobre as formações sociais periféricas se inclina ainda mais pela capacidade destes povos em intervir nas relações globais. Ao analisar o levante na Polônia, em carta a Engels de fevereiro de 1863, Marx conclui que a “era da revolução se abriu na Europa mais uma vez” e que, dessa feita, “a lava fluirá do oriente para o ocidente” (MARX, 1985, p. 453). Também é relevante o engajamento de Marx com a Guerra Civil Americana, no qual ele se coloca fortemente ao lado da União

contra os proprietários de escravos no Sul. Como fruto das análises, foi fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores em 1864 (cf. ANDERSON, 2010). Essa ênfase no papel ativo dos povos periféricos afeta, também, a exposição da LQTTL. O caráter global do capital parece estar cada vez mais presente, de forma que as leis iminentes desse modo de produção devem ser compreendidas não apenas a partir do capitalismo central, dos países de industrialização avançada, mas também dos países periféricos, cuja inserção no mercado mundial é fator determinante da acumulação de capital como um todo.

Nos *Manuscritos de 1864-65*, utilizados por Engels para organizar o Livro III de *O capital*², o autor apresenta uma discussão mais longa sobre o barateamento do capital constante e a conseqüente relação entre matérias-primas e a taxa de lucro; confere também mais ênfase às contratendências da lei e à constatação de que a queda na taxa de lucro não é “absoluta”, mas apenas tendencial. Essa perspectiva enfatiza que a taxa de lucro não cai a todo o momento, podendo mesmo aumentar de forma substancial em períodos de expansão econômica. Aqui, a lei é exposta da seguinte forma:

A tendência progressiva da taxa geral de lucro à queda é, portanto, apenas uma expressão, peculiar ao modo de produção capitalista, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho. Não dizemos, com isso, que a taxa de lucro não possa cair provisoriamente por outras razões, mas demonstramos como uma necessidade evidente, com base na própria essência do modo de produção capitalista, que no progresso deste último a taxa média geral do mais-valor tem necessariamente de se expressar numa taxa geral decrescente de lucro. Assim como a massa do trabalho vivo empregado sempre decresce em relação à massa do trabalho objetivado que o trabalho vivo mobiliza, isto é, em relação aos meios de produção produtivamente consumidos, também a parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valor tem de encontrar-se numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital

² Segundo Moseley (2016), em introdução à edição dos *Manuscritos* em língua inglesa, o texto do Livro III organizado por Engels é substancialmente similar ao manuscrito original na seção que utilizaremos. Optamos por citar conforme o Livro III, assinalando as diferenças quando houver.

total empregado. E essa proporção entre a massa de mais-valor e o valor do capital total empregado constitui a taxa de lucro, que tem, portanto, de *diminuir constantemente* (MARX, 2017, p. 251, destaque nosso).

O autor estabelece uma enfática relação entre o comportamento do mais-valor e a necessária, e “constante”, queda da taxa de lucro. Essa colocação leva, nos parece, a um erro de interpretação. Mais à frente Marx demonstra que, a despeito de o aumento das forças produtivas gerar uma redução da taxa de exploração em relação ao capital total, é possível que a massa de mais-valor cresça em termos absolutos, fruto de uma acumulação acelerada de capital e, assim, ocorra um aumento da taxa de lucro. A reflexão leva Marx a um breve comentário sobre o conceito de lei, entendendo-a como uma “conexão interna e necessária entre dois termos que aparentemente se contradizem” (MARX, 2017, p. 263). A ponderação sugere, como veremos ao final desta seção, que Marx entende as leis como o nexo causal que explica fenômenos distintos, sem que, necessariamente, elas descrevam uma tendência empiricamente observável.

Cabe olhar mais atentamente para essas contratendências que, neste esboço do Livro III, cumprem papel central. Marx elenca seis causas contra-arrestantes mais gerais que podem anular ou amenizar a ação da lei que descreve a queda da taxa de lucro, fazendo dela uma lei tendencial. São elas: I) aumento do grau de exploração do trabalho; II) compressão do salário abaixo de seu valor; III) barateamento dos elementos do capital constante; IV) a superpopulação relativa; V) o comércio exterior; e VI) o aumento do capital acionário³ (MARX, 2017, p. 271-279). Interessa-nos, particularmente, o papel da periferia nestes movimentos contra-arrestantes. Marx informa que, por meio do investimento de capital no comércio exterior, é possível obter uma taxa de lucro mais elevada que a taxa geral. Isso ocorre porque os capitais investidos no exterior competem com mercadorias produzidas por países com menos facilidades e produção, “de modo que o país mais avançado vende mercadorias acima de seu valor, embora

³ No manuscrito original, os itens III, V e VI não possuem título (cf. MARX, 2016, p. 340-344).

mais baratas que os países concorrentes” (MARX, 2017, p. 276). O autor considera, ainda, o caso do mercado colonial, constatando que é possível obter taxas de lucro mais elevadas por meio do investimento de capital nas colônias, pois, “nesses lugares, em geral, devido a seu baixo desenvolvimento, a taxa de lucro é mais alta – o mesmo vale para a exploração do trabalho, com o emprego de escravos e cules etc.” (MARX, 2017, p. 277).

Por fim, cabe destacar os comentários de Marx sobre o papel das inovações tecnológicas. Marx constata que é possível inibir a queda da taxa de lucro por meio do aumento do mais-valor acima do nível geral, fato que ocorre, temporariamente, “em benefício do capitalista que utiliza os inventos etc., antes que estes tenham-se generalizado” (MARX, 2017, p. 272-273). Em seguida, Marx assinala que este capitalista que se beneficia da invenção “vende mais barato que seus competidores e, não obstante, vende sua mercadoria acima do valor individual, isto é, que valoriza como mais-trabalho a força produtiva especificamente mais elevada do trabalho por ele empregado. Ele realiza, assim, um lucro extra [*Surplusprofit*]” (MARX, 2017, p. 277).

Não é de menor importância, portanto, o papel dos povos submetidos à colonização ou à condição de periferia em se rebelarem contra a dominação dos países centrais, visto que isso interfere na dinâmica da economia capitalista como um todo. A constante necessidade do capital de contrapor à queda da taxa de lucro ações contra-arrestantes sugere que devemos, na esteira das formulações de Marx, atribuir particular atenção ao colonialismo, que garante o aumento de mais-valor, e à divisão centro-periferia, que concentra em poucos países a capacidade de obter “lucros extras” oriundos das “invenções” e do maior progresso tecnológico.

Moseley (2018, p. 127) destaca que, assim como no manuscrito de 1861-63, Marx não associa as crises geradas pela queda da taxa de lucro a uma derrocada violenta do capitalismo, como ocorria nos *Grundrisse*. Ao contrário, as crises são “erupções violentas que restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado” (MARX, 2017, p. 288). Marx, portanto, já não busca a explicação para o limite das contradições do capital nas crises, mas na

ausência delas, pois é na “normalidade” da produção capitalista que reside seu maior obstáculo⁴. Como conclui Chasin: “a tematização marxiana do capital tem por núcleo sua contraditoriedade, não sua autodestrutividade. O capital é uma contradição insuperável, não uma ordem autodestrutiva” (CHASIN, 2000). Tal conclusão não se contrapõe ao fato de que Marx sustentou, até o fim da vida, a visão e convicção de que o capitalismo deve ser abolido. Eis, segundo Volgraff, “o aspecto comum, a coerência fundamental e a constante em seu multifacetado trabalho por quatro décadas” (VOLLGRAF, 2018, p. 57). As formulações de Marx na década de 1860 combinam, portanto, novas percepções sobre o fenômeno das crises com a antiga conclusão presente nos *Grundrisse*:

Se o modo de produção capitalista é um meio histórico para desenvolver a força produtiva material e criar o mercado mundial que lhe corresponde, ele é, ao mesmo tempo, a constante contradição entre essa sua missão histórica e as relações sociais de produção correspondentes a tal modo de produção (MARX, 2017, p. 289-290).

Parece-nos, assim, que a LQTTL não deve ser interpretada como uma lei preditiva, capaz de antever a ocorrência de crises e a eventual derrocada da produção capitalista, pois esta característica preditiva já haveria, nos tempos de Marx, entrado em contradição com a própria realidade, marcada por um sistema caduco que se recusava a permitir a emergência do novo. A lei deve ser interpretada, portanto, como a explicação dos aspectos inerentes à produção capitalista, que se manifestam, em nível empírico, das mais diversas maneiras, por vezes contraditórias entre si, mas que se explicam a partir de uma mesma legalidade imanente. Marx, em vida, pôde observar a capacidade do capitalismo de se reerguer após crises violentas, de se reinventar e de desenvolver as forças produtivas para além do que parecia possível frente à iminência de uma revolução social. Neste sentido, ao tratar da LQTTL, Marx confere cada vez mais ênfase às contratendências da lei, que garantem o fôlego, ainda que temporário, da produção capitalista. Cabe,

⁴“O verdadeiro obstáculo à produção capitalista é o próprio capital” (MARX, 2017, p. 289).

aqui, esboçar uma sugestão: a explicação dos fenômenos de um capitalismo em constante metamorfose não parece residir apenas na confirmação de suas tendências, mas também, ao contrário, em sua negação. Podemos, por exemplo, formular questões do seguinte talhe: por que, em determinadas circunstâncias, a taxa de lucro aumenta apesar da “constante e necessária” tendência à queda? O próprio movimento real do objeto em questão, o capital, exige maior atenção às revoluções tecnológicas em curso, à divisão centro-periferia e suas implicações, às metamorfoses do capitalismo, e a outros fatores que podem atuar como contratendências à lei.

Conclusão

O prefácio à primeira edição de *O capital*, de 1867, é enfático ao constatar a férrea necessidade característica das leis do capital. Não se trata, como vimos, de estabelecer previsões sobre o desenvolvimento histórico; também não se trata de generalizar, em uma identidade, padrões de ocorrência supostamente constantes. Ao contrário, o objetivo de Marx ao expor uma lei é relacionar fenômenos distintos, múltiplas formas de aparência, e indicar possibilidades que só ocorrerão sob determinadas circunstâncias. Expor uma lei significa desvelar, sob uma realidade fetichizada, aquilo que é imanente ao objeto, sua férrea necessidade, para assim tornar possível sua explicação. É a partir desse procedimento que Marx delimita o que é específico do modo de produção capitalista, distinguindo-o de outras formas históricas diversas e apreendendo as leis que lhe são particulares.

Buscamos ressaltar que a redação da crítica da economia política foi realizada em constante contato com os problemas candentes do tempo de Marx. Em verdade, esta relação pode ser constatada em dois sentidos: tanto a escrita de *O capital* impacta na compreensão de Marx sobre os problemas mundiais com que lidava quanto o contrário, que procuramos enfatizar: o estudo minucioso destes problemas foi central para estabelecer a compreensão presente nos vários manuscritos e publicações referentes à crítica da economia política. O ano de 1857 é ilustrativo dessa relação: estava em

curso, simultaneamente, e sob olhar atento de Marx, a Revolução Taiping, o Levante Sepoy e a crise financeira mundial de 1857-58. Não é por acaso, como argumentamos, que os manuscritos escritos em 1857-58, os *Grundrisse*, contenham uma visão relativamente otimista, profundamente revolucionária, que assinalava a emergência violenta de uma formação social superior. É neste contexto que Marx esboça a *lei da queda tendencial da taxa de lucro*, descoberta na própria realidade, que indica os limites inerentes à produção fundada sob o capital.

A rápida recuperação da economia mundial após a crise de 1857-58 exigiu novas formulações. Ainda sustentando a existência de uma tendência à queda da taxa de lucro, Marx confere cada vez mais ênfase às contratendências deste movimento. Ainda atento às movimentações nas periferias do sistema, como a Guerra Civil Americana e o levante na Polônia, além da formação da Associação Internacional dos Trabalhadores, Marx constata a capacidade do capitalismo de se renovar, sempre à custa da classe trabalhadora, e associa o rápido desenvolvimento das forças produtivas nos países centrais com fatores, a nosso ver, imprescindíveis para a compreensão do capitalismo contemporâneo: as transformações tecnológicas, o colonialismo, a divisão internacional do trabalho e a opressão dos povos periféricos. Analisando a ênfase dada por Marx às contratendências, esboçamos uma sugestão: a explicação dos fenômenos de um capitalismo em constante metamorfose não parece residir apenas na confirmação de suas tendências, mas também, ao contrário, em sua negação. Portanto, seja no aumento, seja na queda da taxa de lucro, convém observar atentamente os mecanismos em curso, as variadas medidas adotadas pelos capitalistas para contornar uma tendência inerente, uma lei que atua com férrea necessidade, que leva à queda da lucratividade.

Sendo assim, a interpretação de que há, em *O capital*, um “determinismo unilinear”, parece não considerar o significado particular que o conceito de “lei do movimento” adquire na crítica da economia política. Como expomos, Marx é enfático ao rejeitar os procedimentos que transformam

a ciência em uma “metafísica aplicada” e que buscam construir teorias histórico-filosóficas gerais, válidas para todas as sociedades em todas as épocas. As leis, em verdade, são sempre tendências e, como vimos, possibilidades. Não é lícita, portanto, na categoria marxiana de lei, a interpretação de determinismo econômico, nem de eurocentrismo, ou, por outra, de determinismo unilinear.

Cumprido, por fim, retomar as *Teses ad Feuerbach*, nas quais se lê que “é na prática que o homem tem de provar a verdade” e “todos os mistérios que conduzem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática” (MARX, 2007, p. 533-534). A prática, portanto, cria as contradições relacionadas pelas leis e as resolve. Na prática, na atividade sensível, o homem transforma a si mesmo e o mundo à sua volta. Neste sentido, não há lei eterna que não possa desaparecer pela ação humana na destruição das relações sociais existentes. Também não há lei incontornável que não possa ser dominada pelos sujeitos a partir da sua correta compreensão. A prática, para Marx, desnuda as virtualidades contraditórias de cada lei do movimento, e delega à humanidade uma tarefa central: construir uma sociedade cujas leis que a regem contribuam para o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas.

Referências

- ANDERSON, Kevin. *Marx at the margins: on nationalism, ethnicity and non-Western societies*. Chicago: The University of Chicago Press, 2010
- CHASIN, José. Ad Hominem: rota e prospectiva de um projeto marxista. *Ensaio Ad Hominem*, 1 (3), 2000
- CHASIN, José. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009
- ENGELS, Frederick. *Marx and Engels collected works*, volume 15, Marx and Engels: 1856-58. Tradução: Peter Ross; Betty Ross. New York: International Publishers, 1986
- ENGELS, Frederick. *Marx and Engels collected works*, volume 24, Marx and Engels: 1874-83. Tradução: David Forgacs; Rodney Livingstone; Krystyna Livingstone; Peter Ross; Betty Ross; Barrie Selman; Joan Walmsley; Trevor Walmsley. New York: International Publishers, 1989
- ENGELS, Frederick. *Marx and Engels collected works*, volume 49, Engels: 1890-92. Tradução: K. M. Cook; Peter Ross; Betty Ross; Victor Schnittke; Barry Selman. New York: International Publishers, 2001
- ENGELS, Friedrich. "Carta a August Bebel" (Londres, 18-28 mar 1875). In: MARX, Karl. *Crítica do programa de Gotha*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012
- FREEMAN, Alan. Crisis and 'law of motion' in economics: a critique of positivist marxism, *MPRA Paper 48619*, University Library of Munich, Germany, revised 05 Jul, 2010
- HEINRICH, Michael. Crisis theory, the law of the tendency of the profit rate to fall, and Marx's studies in the 1870s. New York: *Monthly Review*, 2013. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2013/04/01/crisis-theory-the-law-of-the-tendency-of-the-profit-rate-to-fall-and-marxs-studies-in-the-1870s/>>. Acesso em 5/10/2020.
- INWOOD, Michael. *Dicionário Hegel*. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Tradução: Célia Neves; Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969
- KRÄTKE, Michael. R. "Marx's 'books of crisis' of 1857-8". In: MUSTO, M. *Karl Marx's Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. New York/Abingdon: Routledge, 2008(a)
- KRÄTKE, Michael. R. "The first world economic crisis: Marx as an economic journalist". In: MUSTO, M. *Karl Marx's Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. New York/Abingdon: Routledge, 2008(b)
- LENIN, Vladimir. I. *Cadernos filosóficos*. Tradução de José Paulo Netto e revisão da tradução de Paula Vaz de Almeida. Edições Avante! São Paulo: Boitempo, 2018
- LUKÁCS, Georg. *A defence of history and class consciousness: tailism and the dialectic*. Tradução: Esther Leslie. London-New York: Verso, 2000
- LUKÁCS, Georg. *Para uma ontologia do ser social v. I*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho; Mario Duayer; Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012
- MARX, Karl. "Prefácio". In: MARX, K. *Para a crítica da economia política*. Tradução: Edgard Malagodi; Leandro Konder; José Arthur Giannotti; Walter Rehfeld. São Paulo: Abril Cultural, 1982
- MARX, Karl. *Economic manuscript of 1864-1865* translated by Ben Fowkes; edited and with an introduction by Fred Moseley. Leiden: Brill, 2016
- MARX, Karl. *Marx and Engels collected works*, volume 15, Marx and Engels: 1856-58. Tradução: Peter Ross; Betty Ross. New York: International Publishers, 1986

- MARX, Karl. *Marx and Engels collected works*, volume 40, Marx and Engels: Letters: 1856-59. Tradução: Peter Ross; Betty Ross. New York: International Publishers, 1983
- MARX, Karl. *Marx and Engels collected works*, volume 41, Marx and Engels: Letters: 1860-64. Tradução: Peter Ross; Betty Ross. New York: International Publishers, 1985
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx and Engels collected works*, volume 10, Marx and Engels: 1849-51. Tradução: Gregor Benton; Richard Dixon; Clemens Dutt; Frida Knight; Rodney Livingstone; Hugh Rodwell; Peter Ross; Betty Ross; Barbara Ruhemann; Salo Ryazanskaya; Christopher Upward; Joan Walmsley; Trevor Walmsley. New York: International Publishers, 1978
- MARX, Karl. "Carta à redação da Otechestvenye Zapiski" (1877). In: *Lutas de classes na Rússia*. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich / LÖWY, Michael (org.). Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013[1877]
- MARX, Karl. "Teses ad Feuerbach". In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução: Rubens Enderle; Nélio Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007
- MARX, Karl. *Crítica do programa de Gotha*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858*. Tradução: Mario Duayer; Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011
- MARX, Karl. *Le capital: Paris 1872-1875: Marx-Engels-Gesamtausgabe (Mega)*. Berlin: Dietz Verlag, 1989.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*, Livro I. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*, Livro III. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MOSELEY, Fred. "Introduction". In: MARX, K. *Economic manuscript of 1864-1865/* translated by Ben Fowkes; edited and with an introduction by Fred Moseley. Leiden: Brill, 2016
- MOSELEY, Fred. "The development of Marx's theory of the falling rate of profit in the four drafts of Capital". In: LINDEN, M. v. d.; HUBMANN, G. *Marx's capital: an unfinished project?* Leiden: Brill, 2018
- PAULA, João.A. "A 'introdução' dos Grundrisse". In: PAULA, J.A (org.). *O ensaio geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858)*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2010
- PRADELLA, Lucia. *Globalisation and the critique of political economy: new insights from Marx's writings*. Oxon/New York: Routledge, 2015
- PRADO, Eleutério FS. Lei de Marx: pura lógica? Lei empírica? *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 37, 2014
- RUBIN, Isaak Illich. *A teoria marxista do valor*. Tradução: José Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo: Brasiliense, 1980
- SAID, Edward W. *Orientalism*. London: Penguin, 2003
- SHANIN, Teodor. Late Marx and the Russian road: Marx and the "peripheries of capitalism". New York: Monthly Review Press, 1983
- VOLLGRAF, Carl-Erich. Marx's further work on *Capital* after publishing volume I: on the completion of part II of the MEGA². In: LINDEN, M. v. d.; HUBMANN, G. *Marx's capital: an unfinished project?* Leiden: Brill, 2018

JÉSER ABÍLIO DE SOUZA

DO CAIS AO PORTO: A RACIALIZAÇÃO INTRÍNSECA AO DESENVOLVIMENTO E AS PRÁTICAS DE ORDENAÇÃO E DE HIGIENIZAÇÃO DO PROJETO PORTO MARAVILHA

Recebido em 09/02/2023

Aprovado em 08/07/2023

DO CAIS AO PORTO: A RACIALIZAÇÃO INTRÍNSECA AO DESENVOLVIMENTO E AS PRÁTICAS DE ORDENAÇÃO E DE HIGIENIZAÇÃO DO PROJETO PORTO MARAVILHA

Resumo

Este artigo tem como objetivo explorar a maneira como a “raça” é reproduzida nos interstícios do desenvolvimento a partir da identificação de práticas cotidianas que têm legitimado as operações de poder para hierarquizar e depreciar grupos, sociedades e nações racializadas. O Projeto Porto Maravilha foi escolhido como contexto específico de análise, a fim de localizar determinadas práticas de racialização reproduzidas. Em nível metodológico, adotou-se uma postura analítica que recentralizou a ideia de raça para investigar os processos típicos do desenvolvimento. A análise explorou, primeiro, a construção racializada e intrínseca à produção e à acumulação do capital em uma perspectiva histórica mais ampla e outra focada na zona portuária carioca. Em seguida, localizou-se a constituição e a reprodução de práticas de racialização no contexto do Projeto Porto Maravilha. Concluiu-se que o desenvolvimento não é acidentalmente racializado, mas o faz de forma historicamente pragmática e que o Projeto Porto Maravilha produziu a desumanização e o combate da vida pública autônoma da população local, negra e pobre, e promoveu o apagamento e o aniquilamento dos modos de vida tradicionais e culturais e da memória e história de grupos marginalizados através de práticas de ordenação e de higienização.

Palavras-chaves: raça; desenvolvimento; Projeto Porto Maravilha; práticas de racialização

JÉSER ABÍLIO DE SOUZA

Doutorando em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Pesquisador integrante do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Linguísticos e Culturais (Nelc) – Unesp/CNPq.

E-mail: jeser.abilio@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8168-0682>

Abstract

This article aims to explore the way in which “race” is reproduced in the interstices of development from the identification of everyday practices that have legitimized the operations of power to hierarchize and depreciate racialized groups, societies and nations. The Porto Maravilha Project was chosen as the specific context of analysis, in order to locate certain reproduced racialization practices. At a methodological level, an analytical stance was adopted that re-centered the idea of race to investigate typical developmental processes. The analysis explored, first, the racialized construction intrinsic to the production and accumulation of capital in a broader historical perspective and another focused on the Rio de Janeiro port area. Then, the constitution and reproduction of practices of racialization in the context of the Porto Maravilha Project were located. It was concluded that development is not accidentally racialized, but does so in a historically pragmatic way and that the Porto Maravilha Project produced the dehumanization and combat of the autonomous public life of the local, black and poor population, and promoted the erasure and annihilation of traditional and cultural ways of life and the memory and history of marginalized groups through ordination and sanitization practices.

Keywords: race; development; Porto Maravilha Project; racialization practices.

I. Introdução: o ressoar do grito entre as pedras do aqui jaz Cais do Valongo

Cento e vinte três anos após a abolição da escravatura, em 2011, em meio às obras de revitalização urbana na zona portuária carioca, um achado ímpar num lugar de dores e traumas é redescoberto: o Cais do Valongo, o principal porto de desembarque de pessoas africanas escravizadas na América Latina e o único preservado materialmente em todo o continente americano (IPHAN a; b, s/d). Por exatos cem anos, o Cais encontrava-se aterrado, escondido, devido a uma reforma urbanística, em 1911, que buscou remodelar a cidade do Rio de Janeiro para torná-la mais rentável. Para isso, cortiços e terreiros foram aterrados, juntamente com o Cais, a população negra foi deslocada para regiões mais distantes e práticas africanas foram proibidas. O ressurgimento do Cais, em 2011, por sua vez, também aconteceu em virtude da execução de obras em grande escala que transformaram, intensamente, a estrutura urbana da zona portuária carioca, a fim de captar novos investimentos.

Criado em 2009 pela Lei municipal n.º 101/2009, o Projeto Porto Maravilha pretendeu lançar a região como novo polo empresarial. Com a intenção de promover o turismo internacional, atrair investimentos imobiliários e novos fluxos financeiros e estimular a economia, o Projeto defendeu um programa de “revitalização” mediante práticas polêmicas, como a desocupação de cortiços e a remoção forçada de moradores negros e pobres e de parte do Morro da Providência, a tentativa de apagamento de locais históricos que compõem a região conhecida como a Pequena África etc.

Assim, enquanto o grito entre as pedras do Cais do Valongo ressoou para que a memória fosse restaurada com a sua redescoberta, novas questões vinculadas a velhas práticas se ligaram à implementação e execução do Projeto Porto Maravilha. No âmbito deste trabalho, denomino tais práticas de racialização. Entendo por racialização o processo de construir e reproduzir o sentido de raça mediante hierarquias de poder, historicamente constituídas, que operam significados dentro de critérios étnico-raciais

(NASCIMENTO, 2019). Baseado em valores de sustentabilidade, o Projeto Porto Maravilha foi considerado uma oportunidade de desenvolvimento urbano, econômico e social.

Deste modo, considerando que o elemento raça é algo que se destaca no Projeto Porto Maravilha, este trabalho se dedica a explorar a seguinte pergunta: *de que forma o Projeto Porto Maravilha reproduziu práticas de racialização para promover o desenvolvimento?* Meu objetivo é explorar como ocorre a reprodução da “raça” nos interstícios do desenvolvimento a partir da identificação de práticas cotidianas que têm legitimado as operações de poder para hierarquizar e depreciar grupos, sociedades e nações racializadas, particularmente no contexto do Projeto Porto Maravilha, que empreendeu a dimensão racial como algo decisivo. Olhar para este Projeto justifica-se, primeiro, pela necessidade de trazer a dimensão racial para os estudos de desenvolvimento, pois a relação entre raça e desenvolvimento possui implicações práticas na vida cotidiana de populações, comunidades e sociedades periféricas; e, segundo, na necessidade de transcender análises meramente econômicas que deixam escapar preocupações sociais e culturais marcadas por raça.

Em nível metodológico, adoto uma postura analítica qualitativa que explora, em um primeiro momento, os processos típicos do desenvolvimento, conforme recentralizo a raça no núcleo da discussão, mediante uma perspectiva histórica mais ampla; em um segundo momento, parto para localizar e interpretar específicas práticas de racialização no contexto do Projeto Porto Maravilha. O material de análise foi composto pelo regaste de literatura pertinente tratada como fonte histórica, de notícias, comunicados e documentos veiculados pela Prefeitura do Rio e pelo próprio sítio eletrônico do Porto Maravilha e de informações fornecidas em boletins, dossiês e relatórios construídos por instituições, como Sebrae e Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro.

Para tanto, este trabalho está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira se dedica a apresentar o desenvolvimento e seu processo de racialização para se concretizar como projeto

eurocêntrico, na medida em que localizo três construções discursivas do desenvolvimento: o colonial, o modernizador e o contemporâneo. Na segunda seção, apresento, de forma breve, a racialização histórica e intrínseca à produção e à acumulação na zona portuária do Rio de Janeiro. Já na última, analiso o Projeto Porto Maravilha, como projeto de desenvolvimento, mediante a categorização de dois grupos de práticas de racialização: ordenação e higienização.

Meu argumento principal possui dois eixos. Primeiro, o desenvolvimento não é acidentalmente racializado, mas o faz de forma historicamente pragmática. As duas primeiras seções se voltam particularmente a esse aspecto. Em segundo lugar, o Projeto Porto Maravilha produziu a desumanização e o combate da vida pública autônoma da população local, negra e pobre, e promoveu o apagamento e o aniquilamento dos modos de vida tradicionais e culturais e da memória e história de grupos marginalizados através de práticas de racialização. Essas práticas, como demonstrarei, ocorreram por meio de coerção e violência, mas também com formas mais sutis. A terceira e última seção é dedicada a desenrolar este segundo eixo argumentativo.

2. Colonialismo, racialização e desenvolvimento: uma relação entrelaçada

Nesta seção (e na próxima), quero argumentar que não é possível desvincular o desenvolvimento da racialização. Embora, convencionalmente, a “invenção” da ideia de desenvolvimento é atribuída ao pós-Segunda Guerra Mundial, especificamente com o discurso do presidente dos Estados Unidos Harry S. Truman em 20 de janeiro de 1949 (ZIAI, 2007; CLAMMER, 2012), é pertinente retornar ao contexto colonial para compreender a mudança da construção discursiva de desenvolvimento e sua relação com a racialização ao longo do tempo.

Inicialmente, cabe pontuar que a Europa, ao se expandir para além do Atlântico, narrou o mundo a partir de seus referenciais. Dentre os referenciais,

forjou a noção de raça com a classificação dos seres humanos em termos biológicos, como cabelo e cor da pele, e étnico-culturais, como língua, geografia, cosmologia etc. Com a concentração da escravidão, o substantivo “negro” foi utilizado de forma intensificada como um ato de nomear o “Outro” (MBEMBE, 2014). E para que o processo de invenção de um tipo de “negro” tivesse êxito, foi necessário amortizar, marcar e calar o corpo, afinal, é preciso que o teor cruel do colonizador não seja pronunciado. A racialização, portanto, é um processo que se instaurou (e ainda continua) a partir de formações raciais que hierarquizam populações e povos a fim de reproduzir significados em torno de duas figuras: quem é submetido às condições da raça para ser dominado e virar objeto e quem se desresponsabiliza dela para usufruir de privilégios (NASCIMENTO, 2019).

Consequentemente, a construção do sujeito racializado possibilitou, por meio da marcação, repressão e escravização de populações africanas (e de povos originários), a intensificação dos processos de exploração que moldaram as intervenções coloniais na acumulação de capital global. Isso porque, o comércio trilateral entre Europa, África e América permitiu, de um lado, que a extração e a produção de *commodities* nas Américas fossem aumentadas “para atender a demanda crescente de alimentos e matérias-primas da Europa que se industrializava” (GONÇALVES; COSTA, 2020, p. 48); de outro, que a demanda de importação de pessoas escravizadas criasse “novas oportunidades à exportação de bens de consumo e armas europeias que alimentavam as guerras internas na África, as quais forneciam os escravos demandados nas Américas” (*ibidem*).

Neste contexto, como explica Kalyan Sanyal (2007), o desenvolvimento foi apresentado duplamente, como uma preocupação do colonizador para conduzir uma “missão de mudar a vida do nativo” e como “domínio específico do exercício do poder colonial” (p. 108, tradução minha). Assim, a agência em provocar a mudança nas condições materiais de vida na colônia cabia ao poder imperial e a percepção de atraso na colônia influía em intervenções realizadas “de forma concreta, centralizada e visível da autoridade política

imperialista territorializada e seus órgãos de poder que a acompanham” (*ibidem*, tradução minha). Logo, a narrativa e o empreendimento colonial, apoiados no tráfico negreiro, constituíam uma missão civilizadora que, obviamente, combinava mecanismos de coerção e violência contra pessoas escravizadas, sujeitos racializados.

Por exemplo, Claudio de Paula Honorato (2008) explica que a elite política e financeira do Rio de Janeiro considerou necessário, no século XVIII, transferir o mercado de escravos localizado na rua Direita, centro da cidade e região mais movimentada, para a rua do Valongo, no subúrbio. O objetivo era reorganizar o espaço urbano sob a alegação de evitar o contágio de doenças e epidemias trazidas pelas pessoas sequestradas da África que desembarcavam para serem comercializadas; ainda, buscava-se evitar o perigo de uma rebelião das pessoas negras que estavam sendo comercializadas no mercado, pois a elite residia ao longo da rua Direita. Assim, coube uma intervenção na estrutura da cidade para melhorar o seu aspecto, resolver os problemas urbanos e tentar uma forma política de controle social de corpos racializados. A transferência ocorreu em 1779, após a publicação de edital pelo vice-rei, o marquês do Lavradio, dom Luís de Vasconcelos e conde de Rezende. Honorato (2008) conclui que a transferência do mercado de escravos do centro da cidade para o subúrbio “se encaixou no projeto ‘Civilização Nacional’, a partir da transformação da cidade do Rio de Janeiro em sede do Império Português” (p. 141). Portanto, tal intervenção foi percebida como crucial para atender aos interesses políticos imperialistas sobre o espaço e o modo de vida local na colônia e esteve intrinsecamente ligada à racialização.

Distintamente, o discurso do desenvolvimento pós-Segunda Guerra Mundial produziu outra construção discursiva, mas não isenta de racialização. Em seu discurso de abertura do governo¹, Truman utilizou os termos de nações desenvolvidas e subdesenvolvidas para categorizar o mundo, de

¹ O discurso pode ser lido na íntegra aqui: CBS NEWS, Harry Truman inaugural address: Jan. 20, 1949. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/harry-truman-inaugural-address-1949/>. Acesso em 22/12/2022.

modo que esse segundo grupo – países do “Terceiro Mundo”, localizados em África, Ásia e América Latina – necessitava ser resgatado econômica e politicamente em virtude da sua pobreza e da falta de instituições democráticas mediante programas de desenvolvimento. Neste quadro, os Estados Unidos foram inscritos não apenas como desenvolvidos, mas também como guardiões da democracia e do sistema capitalista, capazes de investir recursos e energia para restaurar a paz, o equilíbrio e a liberdade, uma vez que detinham técnicas industriais e científicas e recursos materiais para usar na “assistência” de outros povos.

Em um sentido geral, tal desenvolvimento foi concebido como uma visão linear em que todas as nações deveriam caminhar na mesma direção. As capacidades técnicas e científicas e a produção industrial das nações desenvolvidas foram vistas como metas desejáveis para alcançar o progresso humano. Por um lado, atribui-se que este conceito de desenvolvimento é eurocêntrico porquanto as regiões denominadas de subdesenvolvidas são consideradas atrasadas e devem se espelhar, em favor de uma tutela internacional (WILSON, 2017), nas experiências da América do Norte e da Europa, sendo essas postas como norma ideal (ZIAI, 2007). Por outro, segundo Sanyal (2007), esta ideia de desenvolvimento se transformou em uma “questão de planejamento racional, programação apropriada e implementação eficiente” (p. 110, tradução minha) que deve ser conduzida por ação intencional para provocar uma mudança sistêmica. Tornou-se, deste modo, “uma narrativa despolitizada da acumulação primitiva” (p. 112, tradução minha), haja vista que o desenvolvimento foi representado como um processo politicamente neutro de planejamento racional, na medida em que foi inserido como prioridade na agenda de todas as organizações internacionais.

Indo mais além, a universalização do modo de obtenção de progresso, dentro do discurso do desenvolvimento, é constituída e atravessada pela racialização. A inferiorização das regiões “subdesenvolvidas” diz respeito às nações que passaram pela experiência da colonização e da escravidão e que tiveram seus recursos e mão de obra explorados, de forma generalizada,

pelas nações imperialistas, agora inscritas como desenvolvidas, referenciais de modernidade, civilização e progresso. A narrativa de missão civilizadora é reconfigurada, mas permaneceu articulada e estruturada por meio da raça, haja vista que, segundo Sanyal (2007), os desenvolvidos são hierarquicamente considerados fortes, poderosos e permanentes, enquanto que os subdesenvolvidos são fracos, impotentes e transitórios, cabendo, por efeito, a urgência de “estabelecer o controle político em países recém-descolonizados” (p. 129, tradução minha).

Portanto, o desenvolvimento modernizador se ancorou na reprodução da diferença racial, ao passo que deslegitimou contextos pós-coloniais, conforme trouxe um silêncio ou uma “minimização dos processos de extração e exploração que moldaram as intervenções coloniais” (WILSON, 2017, p. 435, tradução minha) – isto é, a exploração da natureza com a extração de recursos, a constante produção de mercadorias e a acumulação do capital. Afinal, tais processos desorganizaram e desmantelaram territorialidades, culturas e populações racializadas. Além disso, este discurso de desenvolvimento se estabeleceu como uma política global racializada que perdurou durante todo o período da Guerra Fria, porquanto foi utilizado estrategicamente para conter países do Terceiro Mundo sob o controle do Ocidente “desenvolvido” num jogo de poder contra a disseminação do comunismo (SANYAL, 2007).

Já o desenvolvimento contemporâneo, segundo Kalpana Wilson (2017), rompe com as dicotomias bem definidas entre populações “seguradas” do Norte global e as “não-seguradas” do Sul global, em virtude da ascensão do domínio do neoliberalismo, que sustenta e expande, de modo mais móvel, a acumulação do capital global. A autora argumenta que as intervenções contemporâneas de desenvolvimento, que nem sempre promovem a vida, interrompem e desmantelam a provisão social e os espaços e populações excluídas, ao passo que construções raciais atribuem a permissibilidade de suas mortes. Ademais, as políticas econômicas e de desenvolvimento, principalmente no Sul global, são dependentes de coerção e violência estrutural,

cujas especificidades são racializadas e atuam como “estratégia para a acumulação do capital global” (p. 433, tradução minha).

Ao analisar as políticas populacionais, Wilson (2017) explica que as narrativas de desenvolvimento sustentável no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) têm representado o crescimento populacional como uma ameaça. Esse discurso populacional gira em torno da representação de ameaças previstas com o aumento de conflitos, de terrorismo, de migração do Sul global para o Norte global e de mudanças climáticas (*ibidem*). Isso contribui para que o crescimento populacional seja tomado como objeto de intervenções de desenvolvimento, conforme reinscreve a distinção entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento, cuja segurança deve ser reforçada. Tais intervenções são articuladas por meio da raça e se atrelam ao capital e ao liberalismo, conforme estruturam a produção e a extensão da diferença, da exclusão e da exploração do trabalho em projetos de desenvolvimento contemporâneos (*ibidem*).

Por exemplo, mulheres e meninas adolescentes se tornam tanto corpos de trabalho descartáveis submetidos à precarização e à má remuneração quanto corpos reprodutivos perigosos “sujeitos à esterilização coercitiva e a testes e despejo de contraceptivos hormonais” (*ibidem*, p. 446, tradução minha); homens e meninos adolescentes são tanto racializados como irresponsáveis e improdutivos nos processos de acumulação de capital quanto associados com violência, conflito e terrorismo. Em um sistema onde a produção de capital está cada vez mais fragmentada, cujas cadeias de riqueza são protegidas em movimentos opacos e desiguais (SEABROOKE; WIGAN, 2017), pessoas migrantes, refugiadas e do Sul global são construídas como corpos racializados e generificados, desincorporados da categoria humano. Tal “desumanização racializada” (p. 442, tradução minha) requer, segundo Wilson (2017), compreender o desenvolvimento e os processos contemporâneos de acumulação de capital como discursivos, materiais e corporificados em termos de raça e gênero.

À vista disso, encerro esta seção defendendo que o desenvolvimento é indissociável da racialização, embora seu discurso, seu conteúdo e seus processos tenham se alterado ao longo do tempo. A racialização não é um efeito colateral, mas atravessa e estrutura, historicamente, o desenvolvimento desde a época do colonialismo, visto que explora populações, povos e nações racializadas dentro de relações de poder que agem para concretizá-lo como um projeto eurocêntrico para a acumulação do capital global.

3. A zona portuária carioca no processo de desenvolvimento capitalista

Dando continuidade ao primeiro eixo argumentativo iniciado no tópico anterior, exploro nesta seção a racialização intrínseca à produção e à acumulação na zona portuária do Rio de Janeiro. O objetivo aqui é transmitir alguns fatores históricos principais, ligados a um contexto particular, que evidenciam, de maneiras variadas, a ideia do desenvolvimento a partir de uma racialização pragmática.

De acordo com Honorato (2008), a partir do século XVIII, a cidade do Rio se tornou a maior importadora de mão de obra africana das Américas, sendo que o porto carioca deteve o maior volume de importações de todo o mundo. Entre os séculos XVI e XIX, durante o regime escravagista, cerca de 4,8 milhões de pessoas africanas escravizadas desembarcaram no Brasil; desses, 2,2 milhões desembarcaram no Rio de Janeiro, segundo dados do *SlaveVoyages* (s/d). Assim, o porto do Rio de Janeiro desempenhou a função-chave de interligar e inscrever “as rotas comerciais que vinculavam Europa, África e domínios coloniais espanhóis e portugueses nas Américas” (GONÇALVES; COSTA, 2020, p. 38), assegurando o fluxo de bens à dinâmica da acumulação global.

Com a transferência da Coroa portuguesa para o Brasil em 1808, as atividades portuárias e os setores que sustentavam o comércio de pessoas escravizadas foram afastadas do centro. Na seção anterior, discuti os motivos da

mudança do principal mercado de escravos da rua Direita para o subúrbio, no Valongo. Com essa mudança, um complexo foi reelaborado para tornar “mais eficiente” a estrutura escravagista por meio da construção de novos locais de venda, de um lazareto (estabelecimento de controle sanitário para colocar em quarentena, por risco de contágio de doenças, pessoas que chegavam ao porto), de um cemitério para pretos novos (local destinado ao descarte de corpos de pessoas recém-trazidas de África e que não chegavam a ser comercializadas em virtude de falecerem devido a maus-tratos, má alimentação, doenças etc.) e de um novo porto, o Cais do Valongo, inaugurado em 1811 (HONORATO, 2008; GONÇALVES; COSTA, 2020).

O complexo do Valongo se ancorou, portanto, na ideia de desenvolvimento do período colonial, cujo projeto “civilizador” se voltou para tornar não só possível, mas mais eficiente o domínio do exercício do poder colonial no interior da dinâmica de produção e de acumulação do capital. Afinal, o porto e a cidade do Rio eram o epicentro da acumulação primitiva e do capitalismo na Europa, conforme desempenharam um papel importante de integrar a colônia na geopolítica colonial, como apontam Gonçalves e Costa (2020). Com a vinda da princesa Teresa Cristina de Bourbon para se casar com o imperador dom Pedro II e se tornar a imperatriz do Brasil, o Cais do Valongo foi aterrado parcialmente em 1843 para dar lugar ao Cais da Imperatriz (PESSÔA, 2022). Tratava-se de uma tentativa de “embelezamento” de um local marcado por crueldade.

Com a proibição definitiva do tráfico de escravos em 1850, o porto carioca perdeu a sua função principal. Gonçalves e Costa (2020) esclarecem que, uma vez que houve a incorporação das pessoas escravizadas remanescentes pela produção cafeeira, acompanhadas pela disseminação do trabalho assalariado, o capital incrementou novas relações e para isso foi necessário reorganizar o espaço urbano. Os transportes urbanos, implementados na segunda metade do século XIX, passaram a operar através de empresas privadas. As linhas de bonde proporcionaram a ligação entre a área central com as regiões afastadas e ocupadas por superpopulações pobres

e miseráveis vivendo em cortiços. “Com a abolição da escravidão em 1888, a proclamação da República em 1889 e o coetâneo declínio das lavouras cafeeiras no vale do Paraíba” (*ibidem*, p. 40), a cidade do Rio recebeu a instalação de várias unidades industriais para a produção de bens de consumo (alimentos, tecidos, calçados) a fim de atender tanto a produção interna quanto a produção externa. Um enorme contingente de pessoas migrando de Salvador, a maior parcela delas ex-escravizadas, passaram a morar no Rio, em busca de trabalho (GONÇALVES; COSTA, 2020).

Por conta do crescente mercado interno, diferentes projetos de reforma urbana e portuária foram desenvolvidos na passagem para o século XX. Entre os anos 1902 e 1906, o presidente Rodrigues Alves se dedicou a modernizar a capital federal, a cidade do Rio, com a ampliação dos espaços de circulação viária na região central e com a reforma do porto – o qual “mante[ve] relevância até a Segunda Guerra Mundial, quando cede sua participação para outros portos brasileiros” (GONÇALVES; COSTA, 2020, p. 41). Tratava-se de uma forma de tornar a região mais eficiente para atender a circulação do capital. Afinal, conforme explica Sérgio Ferro (2021), a produção do capital sofreu mudanças significativas com a expansão do ferro e do concreto. Dentre suas vantagens, ambos os materiais permitiram expandir a racionalidade econômica para construir infraestruturas com o menor custo possível (como pontes, estradas e usinas) e intensificar e universalizar a arquitetura moderna a fim de tornar a espacialidade mais rentável.

Buscando remodelar a cidade do Rio em a Paris, o prefeito Francisco Pereira Passos deu continuidade à obra do governo federal e procurou “sepultar as marcas coloniais” (*ibidem*, p. 84) que caracterizavam o centro da cidade. Cortiços, terreiros e antigas casas de compra e venda de escravos foram demolidos e aterrados, dando lugar, por exemplo, ao Jardim Suspenso do Valongo (1906), um muro de contenção de sete metros de altura com um jardim romântico destinado a passeio, localizado na Rua Camerino; o Cais da Imperatriz (antigo Cais do Valongo) foi aterrado por completo, em 1911; ainda, práticas de dança, de música e de religiosidade africana (como o

candomblé) foram proibidas e centenas de edifícios removidos, de modo que a população negra e mais pobre precisou se mudar para os subúrbios ou para morros próximos ao porto reformado (GONÇALVES; COSTA, 2020; HONORATO, 2008). Deste modo, o projeto “civilizador” e “modernizador” da cidade, que apelou para a adoção de atributos europeus, dependeu da racialização, expressada com o combate e o controle de sujeitos e culturas racializadas. Deslocar grande parcela da população negra, ex-escravizada, e pobre, para regiões cada vez mais afastadas e precárias, foi, assim, uma prática historicamente adotada, como uma maneira de proporcionar novas relações de produção e de acumulação do capital na zona portuária carioca.

À vista disso, como defendem Gonçalves e Costa (2020), a região portuária continuou integrando a economia brasileira com a economia mundial e a produção de valor, porque novas oportunidades de negócios surgiram após as reformas urbanísticas e a concentração dos subúrbios na zona norte da cidade. Por exemplo, foram instalados novos armazéns e serviços portuários e repartições públicas. Contudo, com a transferência da capital federal para Brasília em 1960, a cidade do Rio de Janeiro enfrentou um abandono gradual da zona portuária, devido ao escoamento político e econômico. Por conta disso, vários outros projetos foram realizados na região portuária carioca, a fim de estabelecer pontos estratégicos econômicos e políticos. Por exemplo, a construção do elevador da Perimetral, em 1950, permitiu veículos trafegarem por uma ponte elevada que conectava “a área centro-sul ao novo aeroporto internacional criado em 1952” (*ibidem*, p. 42).

Já em 1980 a Associação Comercial do Rio de Janeiro propôs, sem muito sucesso, demolir diversas edificações históricas da região, com o objetivo de construir um novo centro comercial que aproveitaria as possibilidades oferecidas pelo porto (GONÇALVES; COSTA, 2020). No entanto, graças à enorme resistência da população local, os planos de reforma urbanística só foram retomados, posteriormente, com os prefeitos César Maia (1993-1996 e 2001-2008) e Luiz Paulo Conde (1997-2000), de modo que iniciaram um longo processo de alteração da legislação de uso e ocupação do solo urbano.

Segundo apresentam Gonçalves e Costa (2020), tratava-se de criar condições legais e instituições para a realização de intervenções futuras na zona portuária. A reforma urbanística foi conduzida, de forma ampla, durante a administração do prefeito Eduardo Paes (2009-2016), com destaque para o Projeto Porto Maravilha.

4. Das práticas de racialização do Projeto Porto Maravilha: ordenação e higienização

Nesta seção, procuro analisar o Projeto Porto Maravilha a partir da categorização de dois grupos de práticas de racialização: a) ordenação: aquelas que se dirigem à simplificação e uniformização planejada da ordem eficiente mediante a invalidação, a criminalização e o combate à manifestação da vida pública autônoma e da individualidade (SCOTT, 1998); e b) higienização: aquelas que ressignificam o espaço material e simbólico (NASSAR, 2019) por meio de uma estetização higienizadora que esvazia, apaga e aniquila os modos de vida tradicionais e a cultura, a história e a memória social de grupos e comunidades marginalizadas. No presente caso de estudo, os dois grupos de práticas estão, muitas vezes, emaranhados entre si e envolveram distintas ações. Adoto como recorte temporal desde o momento do seu lançamento, em 2009, até a implementação e a execução das obras realizadas sob a administração dos prefeitos Eduardo Paes (2010-2016) e Marcelo Crivella (2017-2020). Meu argumento é que as práticas de racialização – ordenação e higienização – se pautaram em modos coercitivos e violentos, mas também sutis, e se voltaram para o apagamento e o aniquilamento das populações racializadas da zona portuária do Rio.

Compreendendo três bairros históricos inteiros, Santo Cristo, Gamboa e Saúde, e outras partes, quase um terço do centro do Rio de Janeiro, o Porto Maravilha foi criado em 2009 pela Lei municipal n.º 101/2009. O Projeto envolveu uma parceria público-privada entre o poder público municipal e as construtoras Odebrecht, Grupo Metha (ou OAS) e Carioca Engenharia e com incentivo, ainda, do governo federal e estadual. Com um prazo de

trinta anos de conclusão das obras, o Projeto recebeu mais de R\$ 10 bilhões de investimento para “promover a requalificação urbana e o desenvolvimento social, ambiental e econômico da região portuária e adjacências” (GONÇALVES, 2013, p. 183). Dentre os objetivos, estavam: a ampliação da infraestrutura urbana, a reurbanização das vias, a implantação de veículo leve sobre trilhos (VLT), a construção de túneis, de redes de ciclovias e de um teleférico, o levantamento de uma estrutura de mobiliário urbano etc. (BELISÁRIO, 2016; PORTO MARAVILHA, s/d.).

Para isso, foi emitido o Decreto municipal n.º 30.379/2009, o qual estabeleceu que a prefeitura “envidará todos os esforços necessários no sentido de possibilitar a utilização de bens pertencentes à administração pública municipal, ainda que ocupados por terceiros, indispensáveis à realização dos Jogos Rio 2016”. Tratava-se, desta maneira, de modificar a estrutura da região para se adaptar às exigências de megaeventos que a cidade receberia – parte da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de Verão de 2016 (GONÇALVES; COSTA, 2020) –, com o bilionário Projeto executado por empresas privadas, mas financiado com recursos e terrenos públicos (GONÇALVES, 2013).

Posto isto, a implementação e execução do Projeto Porto Maravilha se apoiou, discursivamente, nos signos de “revitalização” e de “requalificação”, conforme a prefeitura municipal decretou a importância de “recupera[r] para o uso público” áreas que estavam em processo de “degradação” e haviam se tornado um “vazio demográfico”, segundo o prefeito Eduardo Paes (2015, p. 2). No site institucional do Porto Maravilha consta que o Projeto “foi concebido para a recuperação da infraestrutura urbana, dos transportes, do meio ambiente e dos patrimônios histórico e cultural da Região Portuária”, além de constar com frequência que a operação urbana consorciada é um recurso para a “recuperação de áreas degradadas” por meio da construção de imóveis que atraem investimentos para projetos comerciais e residenciais (PORTO MARAVILHA, s/d).

Contudo, existe na região uma forte presença de famílias de pessoas negras e pobres, com uma variedade de atividades culturais, não sendo verdade o “vazio demográfico”. Em razão da prevalência absoluta da população negra no território, a região portuária do Rio de Janeiro também é conhecida como Pequena África pelo seu destaque nas “conexões ancestrais entre a América e África” (REYES-CARRANZA, 2022, p. 3, tradução minha). A região é marcada pelo surgimento de religiões e práticas de origem africana, como o candomblé, a capoeira e o samba, e pela presença de sítios arqueológicos importantes para a preservação da memória afro-brasileira, como o Cemitério dos Pretos Novos e o Cais do Valongo, além de inúmeras manifestações socioculturais, como o Quilombo da Pedra do Sal e o Afoxé Filhos de Gandhi. Alguns dados do IBGE mostram que a zona portuária, em 2010, era composta por 55% de pessoas negras residentes, 33,3% de pessoas pobres e 17,6% de extremamente pobres, e 43% de favelas (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2012; OBSERVATÓRIO SEBRAE, 2013).

Para Tania Murray Li (2009), existe uma política de selecionar alguns para morrer e outros para viver, sendo que tais seleções são realizadas por diferentes razões, como raça, idade, gênero, eficiência, cidadania etc. Para a autora, isso ocorre porque há populações excedentes que não conseguirão atender às necessidades da acumulação de capital devido à baixa absorção de seu trabalho. Em seu estudo sobre o Sudeste asiático, Li (2009) destaca a dimensão racial ao explicar que as minorias étnicas são frequentemente despejadas ante a acusação de não conservação e destruição de florestas.

No presente caso de estudo, os despejos realizados, argumento, foram racializados e se deram por um apelo à ordenação eficiente de áreas, ao mesmo tempo que deslegitimaram e deslocaram forçosamente a única moradia de uma parcela da população local, negra e pobre. O Dossiê do Comitê Popular da Copa e dos Jogos Olímpicos, de novembro de 2015, admite que cerca de 535 famílias foram removidas permanentemente das ocupações Machado de Assis (2008-2012), Flor do Asfalto (2008-2011), Quilombo das Guerreiras (2007-2013), Zumbi dos Palmares (2005-2011), Casarão Azul (2006-2009), Boa

Vista e Carlos Marighela por conta do Projeto Porto Maravilha. Entendo que isso aconteceu porque a população local, racializada, teve seu valor reduzido, haja vista que sua força de trabalho não foi considerada útil ao capital, cabendo, portanto, dismantelar o espaço e as populações locais, algo típico do desenvolvimento contemporâneo, como visto com Kalpana Wilson (2017). Isso se liga também ao argumento de Li (2009), em que deixar morrer envolve uma decisão calculada e não mero descuido, a pretexto de bem maior – as obras bilionárias que tornariam a zona portuária mais rentável para o mercado.

Ademais, cumpre destacar que tais práticas de ordenação expressas em desocupação das pessoas para a demolição de prédios e a realização de outras ações, como a repressão de ambulantes informais e o recolhimento da população em situação de rua, dependeram de medidas coercitivas e violentas pela Secretaria de Ordem Pública. Em 2009, no site da prefeitura, foi anunciado que a Operação Choque de Ordem havia sido instituída para combater a “desordem urbana”, vista como a “grande catalisador[a] da sensação de insegurança pública e a geradora das condições propiciadoras a práticas de crimes, de forma geral” (PREFEITURA RIO, 2009). Em 2011, a prefeitura iniciou a implementação do projeto de Unidades de Ordem Pública (UOPs), tendo uma unidade instalada no Porto Maravilha (PREFEITURA RIO, 2011). Em 2012, o secretário de Ordem Pública, Alex Costa, chegou a afirmar que a UOP na Zona Portuária era uma etapa importante de revitalização (BORGES, 2012). Tratava-se, de assim, de ações que apelavam para a higienização estética das ruas, dentro de uma dinâmica que articulava a ordenação do espaço para reprimir e recolher pessoas consideradas indesejáveis.

Estes processos discursivos e materiais estruturam a exclusão de corpos negros no desenvolvimento, visto que os consideram como uma ameaça, ao passo que produziu e circulou uma desumanização racializada mediante noções de “sujo”, “perigoso” ou “desordeiro”. O significado de “desordem”, por sua vez, foi atrelado e direcionado contra a sociabilidade cotidiana local e pública, sujeita a ordenação coercitiva e violenta. Por efeito, a revitalização

e a recuperação foram ideias que justificaram as intervenções sobre um suposto “vazio” a ser civilizado e ocupado, em prol do desenvolvimento.

James C. Scott (1998), em seu estudo sobre a cidade de Brasília, assinala que a capital brasileira foi projetada para ser um centro que mudaria a vida, os hábitos, a organização social, o lazer e o trabalho das pessoas que ali viviam. Para isso, sua estrutura arquitetônica forjou uma simplificação funcional cuja lógica tinha em mira o controle de lugares de sociabilidade. Por exemplo, o agrupamento de prédios de apartamentos em superquadras era uma forma de dispersão e segregação funcional para banir as favelas, a poluição, o engarrafamento e a criminalidade. Scott (1998) aponta, ainda, que tais simplificações planejadas na arquitetura da cidade se repetiam e uniformizavam para criar uma “estética da ordem” (p. 133, tradução minha).

No presente caso de estudo, com a desocupação das áreas, foi realizada, por exemplo, a demolição do Elevado da Perimetral (entre 2013-2014), tendo seu espaço transformado no Boulevard Olímpico (inaugurado em 2016), o qual integrou a Praça Mauá com a Rodoviária e a Praça XV, via Orla Conde, a circulação do VLT e sua integração com o metrô etc. Assim, a nova malha viária e de infraestrutura de serviços visou facilitar a atração de novos mercados, de outras paisagens urbanas, e a inserção de classes mais abastadas. Outro exemplo é o programa labGov.Rio. Anunciado em 2019 pelo prefeito Marcelo Crivella, o programa ambicionava criar “o maior centro de inovação da América Latina, no Porto Maravilha” (PORTO MARAVILHA, 2019), a partir da construção de um galpão de 2,8 mil metros quadrados, no Santo Cristo, para receber até 144 startups, empresas que criam soluções em diversos segmentos da economia. Com o seu lançamento, o espaço, após a sua ordenação, foi captado para aderir à lógica do capital.

Por outro lado, a remoção de pessoas pobres e negras de localidades tidas como históricas e culturais constitui prática de higienização no sentido de afastá-las da vista de turistas e estrangeiros e deslocá-las para regiões de segregação cada vez mais distantes do centro. Trata-se de um processo de racialização historicamente pragmático, como visto nas seções anteriores.

Ademais, em 2012, parte de casas no Morro da Providência também foi objeto de remoção e a Praça Américo Brum, considerada a principal praça pública por promover a sociabilidade da comunidade, foi demolida para a construção de um teleférico com o objetivo de alavancar o turismo (NELSON, 2019).

Segundo Katharyne Mitchell (2013), a parceria “entre os desejos do Estado e a lógica do mercado” se dá com o apagamento de “monumentos divisores e ‘problemáticos’ e suas memórias associadas, e/ou na produção de novos” (p. 449, tradução minha). Neste sentido, a transformação da zona portuária carioca por meio da produção de novos espaços ligados ao embelezamento, ao progresso e ao moderno, como os citados VLT, Teleférico e Boulevard Olímpico, a roda-gigante em frente ao Morro da Providência, o Museu do Amanhã etc., perfaz aparatos higienizadores e locais monumentais constituídos a partir de práticas de racialização que, de um lado, apelam para um modelo de modernidade que não referencia as tradições do passado (SCOTT, 1988) – tal como a cidade de Brasília, e, de outro, promovem, seletivamente, um esquecimento organizado dos fragmentos históricos e culturais existentes na Pequena África – que, por excelência, é uma região de qualidade “monumental” –, densamente habitada por sujeitos negros. Isso ocorre, porque, para Mitchell (2013), o Estado e o mercado agem baseados na produção de novos marcos e monumentos que atendem à indústria lucrativa, a fim de controlar a formação e a transformação da memória coletiva – como ocultar a presença histórica de populações negras na região portuária carioca e o papel do porto no sistema colonial e escravagista etc.

Aliás, quem já teve a oportunidade de conhecer o Museu do Amanhã notará uma estética arquitetônica toda branca e de piso frio, que higieniza e homogeneiza todo o espaço para um consumo cultural. O Museu, um referente que abre caminhos para o futuro, foi concebido em conjunto com a Fundação Roberto Marinho, instituição ligada ao Grupo Globo, o Banco Santander como patrocinador master, além de mantenedores e de uma ampla rede de patrocinadores, como Shell Brasil, IBM, Americanas, Engie e B3

(MUSEU DO AMANHÃ, s/d). Mas o empreendimento também contou com investimentos públicos – R\$112,3 milhões que seriam destinados, originalmente, às obras em favelas, como o Morro do Pinto, foram redirecionados pela administração do prefeito Eduardo Paes (2010-2016) para a construção do Museu. Já sob o governo do prefeito Marcello Crivella (2017-2020), “75% dos recursos totais investidos em cultura na região foram destinados somente a duas iniciativas focadas no turismo, o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio, que, combinados, custaram R\$ 686 milhões aos cofres públicos” (NELSON, 2019). Deste modo, como uma peça-chave central do projeto de revitalização urbana do Porto Maravilha, o Museu do Amanhã fixa geograficamente uma posição “palatável” que ressignifica a espacialidade material e simbólica do Porto, ocultando e sepultando as marcas coloniais e raciais do passado – assim como a reforma Pereira Passos, discutida anteriormente – a partir de uma arquitetura corporativa global que busca recepcionar o público por meio da indústria do turismo.

A respeito disso, Aya Nassar (2019), em um estudo sobre práticas comemorativas no Cairo, Egito, pondera que “o espaço construído, memorial ou não, é uma performance corporificada, material e espacial de uma ordem simbólica nacional” (p. 324, tradução minha). A materialidade e a textura da cidade se misturam com a constituição da identidade política, ao passo que o espaço urbano é objeto de implementação de uma ordem escorada no aparato do Estado. Portanto, os monumentos, por exemplo, são locais produtivos de fantasias nacionais, de desejos e afetos, de imaginação do cotidiano utópico e de consciência pessoal e coletiva, segundo Nassar (2019). Ao invés de destacar uma ordem simbólica nacional, considero que o Museu do Amanhã e os outros locais monumentais citados anteriormente refletem não só um desejo de progresso e desenvolvimento, mas também o produzem, tendo em vista que estes lugares criam uma nova ordem eficiente para o capital, conforme a textura da zona portuária é ressignificada material e simbolicamente. Com isso, higieniza-se, ocultando-a, qualquer presença de corpos racializados e seus modos de vida, sua cultura e sua história, de

modo sutil e não por um aparato coercitivo, como o foram as remoções, os despejos e o choque de ordem.

O modo sutil também se expressa no desamparo estatal. Por exemplo, o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN), responsável pela gestão e conservação do patrimônio material e imaterial africano e afro-brasileira, não recebe nenhum recurso do Estado para se manter, mesmo sendo reconhecido como instituição de utilidade pública. Dependendo apenas de trabalho voluntário, o IPN promove diversas ações educativas, atividades culturais e de formação e preservação do patrimônio, além de atuar como museu e centro cultural e de pesquisa. Localizado na Gamboa, na zona portuária carioca, o IPN² foi criado após, acidentalmente, uma família encontrar o sítio arqueológico Cemitério dos Pretos Novos em 2005. Outro exemplo é o Cais do Valongo, que, passados 11 anos de sua redescoberta, corre o risco de perder o título de Patrimônio Mundial da Humanidade, recebido em 2017, em virtude do descumprimento das determinações da Unesco e da ausência de planos de gestão e conservação do local pelos governos municipal, estadual e federal (BAPTISTA, 2021; LUZ, 2022).

5. Considerações finais

Este trabalho se dedicou a compreender as práticas de racialização constituídas e reproduzidas pelo Projeto Porto Maravilha como forma de promover o desenvolvimento. Argumentei que a racialização é intrínseca ao desenvolvimento e não um efeito colateral, pois historicamente ela foi conduzida de forma pragmática, ainda que o desenvolvimento tenha tido seu conteúdo e sua agenda alterados ao longo do tempo. Primeiramente, apresentei três construções discursivas do desenvolvimento: o colonial, o modernizador e o contemporâneo. Na sequência, discuti a racialização do desenvolvimento especificamente no contexto de produção e acumulação do capital na zona portuária do Rio de Janeiro.

² Mais informações em: <https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/>.

Em um segundo eixo argumentativo, discuti o Projeto Porto Maravilha a partir de dois grupos específicos de práticas de racialização: ordenação e higienização. Conforme algumas ações adotadas para a transformação da zona portuária, como a remoção e a desocupação de populações locais – negros e pobres –, o choque de ordem, a produção de novas estruturas monumentais e o descaso estatal, aponte que o Projeto Porto Maravilha produziu, de maneira coercitiva e violenta, mas também sutil, a desumanização e o combate da vida pública autônoma da população local, negra e pobre, bem como promoveu o apagamento e o aniquilamento dos modos de vida tradicionais e culturais e da memória e história de grupos racializados.

Cumprir destacar que não considerei em minha análise a contestação e a resistência às práticas de racialização que foram empreendidas de distintas maneiras, por meio do surgimento e atuação de novas entidades e ocupações e da própria população local, do trabalho realizado pelo citado IPN, da presença marcante de artistas e obras afro-brasileiras no Museu de Arte do Rio, da participação de empreendedores negros e locais no programa labGov.RIO etc. Este aspecto ficará aberto para uma pesquisa futura sobre as dinâmicas de poder na construção de formas de resistência ante as práticas de ordenação e de higienização conduzidas pelos projetos e empreendimentos de desenvolvimento. De todo modo, espero que este trabalho possa contribuir para a compreensão dos processos de racialização intrínsecos aos projetos de desenvolvimento que visaram (e ainda continuam) impulsionar a ruptura da existência coletiva de povos e comunidades marginalizadas.

Referências

- BAPTISTA, Rodrigo. Por inação do governo, Cais do Valongo pode perder título de patrimônio mundial, alerta debate. *Senado notícias*, 22 out. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/22/por-inacao-do-governo-cais-do-valongo-pode-perder-titulo-de-patrimonio-mundial-alerta-debate>. Acesso em 29/10/2022
- BELISÁRIO, Adriano. A outra história do Porto Maravilha. *A Pública*, Especial, Olimpíadas 2016. 9 ago. 2016. Disponível em: <https://apublica.org/2016/08/a-outra-historia-do-porto-maravilha/>. Acesso em 22/10/2022.
- BORGES, Waleska. Zona Portuária ganha reforço no combate à desordem urbana. *Extra Globo, Notícias*, 26 dez. 2012. Acesso em 28/10/2022
- CLAMMER, John. *Culture, development and social theory: towards an integrated social development*. Nova York: Zed Books, 2012.
- COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. *Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro*, novembro de 2015. Megaeventos e violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.childrenwin.org/wp-content/uploads/2015/12/Dossie-Comit%C3%AA-Rio2015_low.pdf. Acesso em 29/12/2022
- FERRO, Sérgio. Concreto como arma. *TF/TK – Reading Group April 2021*, 2021, p. 1-25.
- GONÇALVES, Rafael Soares. Porto Maravilha, renovação urbana e o uso da noção de risco: uma confluência perversa no Morro da Providência. *Libertas: R. Fac. Serv. Soc.*, v. 13, n. 2, jul./dez. 2013, p. 175-207.
- GONÇALVES, Guilherme Leite; COSTA, Sérgio. *Um porto no capitalismo global*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- HONORATO, Claudio de Paula. *Valongo: O mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 a 1831*. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2008.
- IPHAN (a). *Cais do Valongo (RJ)*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/818/>. Acesso em 25/10/2022
- IPHAN (b). *Cais do Valongo – Rio de Janeiro (RJ)*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/>. Acesso em 25/10/2022
- LI, Tania Murray. To make live or let die? Rural dispossession and the protection of surplus populations, *Antipode*, vol. 41, n. S1, 2009, p. 66-93.
- LUZ, Solimar. Cais do Valongo corre risco de perder título de patrimônio da Unesco. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 11 maio 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/cultura/audio/2022-05/cais-do-valongo-corre-risco-de-perder-titulo-de-patrimonio-da-unesco#:~:text=Atualizado%20no%20dia%2017%20de.%C3%ADtulo%20de%20Patrim%C3%B4nio%20da%20Humanidade>. Acesso em 29/10/2022
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução de Sebastião Nascimento. Lisboa: Antígona, 2014.
- MITCHELL, Katharine. Monuments, memorials, and the politics of memory, *Urban Geography*, vol. 24, n. 5, p. 442-459, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.2747/0272-3638.24.5.442>. Acesso em 28/12/2022
- MUSEU DO AMANHÃ. *Sobre o Museu*. Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/pt-br/sobre-o-museu>. Acesso em 28/10/2022
- NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- NASSAR, Aya. Staging the State: Commemoration, Urban Space and the National Symbolic Order in 1970s Cairo, *Middle East Critique*, vol. 28, n. 3, p. 321-339, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19436149.2019.1633747>. Acesso em 28/12/2022

NELSON, Tara. 'Porto Maravilha', o maior projeto de revitalização urbana do Rio, 10 anos depois. *RIOONWATCH*, 23/12/2019. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=44800>. Acesso em 28/10/2022

OBSERVATÓRIO SEBRAE. O Porto Maravilha e os desafios da reintegração econômica da região na dinâmica da cidade. *Boletim Semestral*, n. 3, jul. 2013, Rio de Janeiro: Sebrae, 2013. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/Sebrae_CE_julho2013_OPortoMaravilha.pdf. Acesso em 29/12/2022

PAES, Eduardo. De volta ao centro. Editorial. In: *Revista Porto Maravilha*, vol. 18, maio 2015, p. 2. Disponível em: <https://portomaravilha.com.br/revista/cod/19>. Acesso em 28/10/2022

PESSÔA, José. Cais da Imperatriz e Praça Municipal: análise de um espaço público do neoclássico carioca. *Estudos de cultura material*, vol. 30, 2022, p. 1-27. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02672021v30e1>. Acesso em 23/12/2022

PORTO MARAVILHA. *Porto Maravilha*. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/portomaravilha>. Acesso em 22/10/2022

PORTO MARAVILHA. LabGov.RIO: *Crivella lança projeto do maior centro de inovação da América Latina*. 7 out. 2019. Obras, Social, Cultural. Disponível em: <https://portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/5029-labgov-rio:-crivella-lanca-projeto-do-maior-centro-de-inovacao-da-america-latina->. Acesso em 29/01/2023

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento. Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010. *Coleção estudos cariocas*, n. 20120501, maio, 2012.

PREFEITURA RIO. *Choque de ordem*. Notícia, 16 set. 2009. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=87137>. Acesso em 28/10/2022

PREFEITURA RIO. *Unidades de Ordem Pública*. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/web/gmrrio/unidades-de-ordem-publica?_49_struts_action=%2Fmy_places%2Fview&_49_groupId=91374&_49_privateLayout=false”http://www.rio.rj.gov.br/web/gmrrio/unidades-de-ordem-publica?_49_struts_action=%2Fmy_places%2Fview&_49_groupId=91374&_49_privateLayout=false. Acesso em 28/10/2022

REYES-CARRANZA, Mariana, “Black place-making and epistemic decolonisation in Brazil: Rio de Janeiro’s Pequena África”, *Third World Thematics: A TWQ Journal*, 2022, p. 1-17, Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23802014.2022.2106034>. Acesso em 28/12/2022

RIO MEMÓRIAS. *Cemitério dos Pretos Novos*. Disponível em: <https://riomemorias.com.br/memoria/cemiterio-dos-pretos-novos/>. Acesso em 29/10/2022

SANYAL, Kalyan. *Rethinking capitalist development: primitive accumulations, governmentality, and post-colonial capitalism*. New Delhi and Abingdon: Routledge, 2007.

SCOTT, James C. *Seeing like a state: how certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven, Connecticut: Yale Agrarian Studies Series, Yale University Press, 1998.

SEABROKE, Leonard; WIGAN, Duncan. The governance of global wealth chains. *Review of International Political Economy*, vol. 24, n. 1, p. 1-29, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09692290.2016.1268189>. Acesso em 23/12/2022

SLAVE VOYAGES. *Estimativas - Tráfico Transatlântico de Escravos*. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em 23/10/2022

WILSON, Kalpana. Re-centring 'Race' in Development: Population Policies and Global Capital Accumulation in the Era of the SDGs, *Globalizations*, vol. 14, n. 3, 2017, p. 432-449.

ZIAI, Aram. Development discourse and its critics. An introduction to post-development. In: ZIAI, Aram (ed.). *Exploring Post-development: Theory and practice, problems and perspectives*, New York: Routledge, 2007, p. 3-17.

THEODORO CESAR DE OLIVEIRA SPOSITO

CRÍTICAS *MAINSTREAM*, RESPOSTAS HETERODOXAS: UMA DEFESA NORMATIVA DO PLURALISMO NA CIÊNCIA ECONÔMICA

Recebido em 12/05/2023

Aprovado em 05/07/2023

CRÍTICAS *MAINSTREAM*, RESPOSTAS HETERODOXAS: UMA DEFESA NORMATIVA DO PLURALISMO NA CIÊNCIA ECONÔMICA

Resumo

A crise financeira global de 2008 levou a uma maior discussão sobre a importância do pluralismo na ciência econômica, com apelos públicos para uma maior diversidade de pontos de vista. No entanto, mesmo passados 15 anos, a ciência econômica continua pouco aberta a novas abordagens metodológicas e epistemológicas, enquanto as perspectivas pluralistas são alvo de intensa contestação. Este artigo confronta as críticas recorrentes ao pluralismo na ciência econômica por economistas *mainstream* com possíveis respostas heterodoxas a cada ponto. Defendemos a importância do pluralismo como fundamental para a integridade, capacidade de resposta e credibilidade da disciplina de economia face ao mundo real e todas as suas complexidades.

THEODORO CESAR
DE OLIVEIRA
SPOSITO

Graduado em Economia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, atualmente mestrando em Teoria Econômica no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp) e doutorando em Economia do Desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná (PPGDE/ UFPR), Curitiba/PR, Brasil. Bolsista do Programa de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Brasil.

Email: theosposito@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0626-7342>

Palavras-Chave: diversidade de perspectivas; apelo ao pluralismo; economia heterodoxa; economia *mainstream*

Abstract

The 2008 global financial crisis led to greater discussion about the importance of pluralism in economics, with public calls for a greater diversity of perspectives. However, even after 15 years, economics is still not very open to new methodological and epistemological approaches, while pluralist perspectives are the target of intense contestation. This article confronts the recurrent criticisms of pluralism in economics by mainstream economists with possible heterodox responses to each point. We defend the importance of pluralism as fundamental to the integrity, responsiveness and credibility of the discipline of economics in the face of the real world and all its complexities.

Keywords: diversity of perspectives; appeal to pluralism; heterodox economics; mainstream economics

Introdução

O pluralismo é um conceito normativo: requer referências e motivações específicas para um certo grau de pluralidade (GRÄBNER & STRUNK, 2020)¹. Essas motivações podem envolver questões éticas, epistemológicas, ontológicas ou mesmo pragmáticas (*ibid.*). Como observou Sheila Dow (2008), entender o pluralismo na ciência econômica implica compreender um conjunto central de princípios que devem orientar a prática econômica. Dobusch & Kapeller (2012) tomam esse ponto como marco inicial e enfatizam a necessidade de maior integração teórica e colaboração institucional entre as diferentes tradições econômicas. Eles sugerem que tais princípios devem ser guiados pela promoção de um ambiente acadêmico no qual a coexistência de diferentes abordagens da economia não seja apenas incentivada, mas “praticada em um ambiente cordial e solidário” (DOBUSCH & KAPELLER, 2012, p. 1053).

Incentivos dessa natureza envolvem a incorporação de uma variedade de estratégias pedagógicas que abrangem tanto o modo como a economia é ensinada quanto o conteúdo que é ensinado (DOW, 2018). Nesse sentido, um currículo pluralista deve abarcar diferentes abordagens da economia e indicar que nenhuma abordagem pode reivindicar a verdade, uma vez que pressupõe que todas as teorias econômicas são passíveis de contestação (DOW, 2009). Segundo a autora, essa abordagem auxilia no desenvolvimento das habilidades necessárias para a tomada de decisões políticas por parte dos alunos (*ibid.*)².

O apelo por maior pluralismo encontra bases sólidas na história da ciência econômica (GARNETT *et al.*, 2010). A crise financeira de 2008 desencadeou a onda mais recente e significativa de apelos em prol do pluralismo. Anteriormente a esse evento, as críticas à abordagem convencional da economia estavam limitadas a grupos marginais de economistas heterodoxos e a publicações em jornais heterodoxos de baixa circulação. Contudo, a crise

¹ Para uma discussão dos conceitos de pluralismo e pluralidade, ver Maki (1997).

² Para uma discussão mais detalhada sobre os benefícios de uma abordagem pluralista de ensino, consulte Groenewegen (2007) e Jack Reardon (2009).

revelou as deficiências da abordagem predominante e tornou-se uma questão de interesse público. Desde então, tanto a profissão de economista quanto a economia acadêmica tradicional têm sido alvo de críticas severas tanto de dentro quanto de fora da heterodoxia (BERTOCCO, 2017; CHUN, 2017; PAYSON, 2017).

Uma década e meia após a crise, entretanto, os apelos por maior pluralismo na ciência econômica frequentemente enfrentam críticas por parte dos economistas convencionais. De acordo com Claudius Gräbner e Birte Strunk (2020), existem quatro tipos de críticas mais comuns: (I) a alegação de que existe um *trade-off* entre diversidade e consenso; (II) a afirmação de que a ciência econômica já é pluralista; (III) a argumentação de que, se houvesse uma necessidade de maior pluralidade, ela surgiria naturalmente; (IV) a alegação de que o pluralismo implica “vale tudo”, ou seja, a ausência de rigor.

Este ensaio contesta a crítica convencional com possíveis respostas heterodoxas. Portanto, a estrutura argumentativa deste artigo está dividida em quatro seções, além da introdução e das considerações finais. Na seção 1, discutimos o pluralismo na ciência econômica em seus domínios epistemológico, metodológico e ontológico; na seção 2, revisamos brevemente a história do apelo ao pluralismo na ciência econômica e suas motivações; na seção 3, discutimos as objeções dos economistas tradicionais ao pluralismo e seus principais argumentos e os comparamos com as respostas encontradas na literatura heterodoxa; finalmente, na seção 4, apresentamos uma defesa normativa do pluralismo na ciência econômica.

I. Tipologia das práticas pluralistas, domínios do pluralismo e conceitos adjacentes importantes

Nesta seção, exploraremos a tipologia das práticas pluralistas e os domínios nos quais o pluralismo pode ser observado. Além disso, abordaremos conceitos-chave que são fundamentais para compreendermos o contexto em que ocorrem os debates entre diferentes abordagens econômicas.

1.1 Tipologia de práticas pluralísticas e domínios do pluralismo

A literatura destaca três tipos comuns de práticas pluralistas (DOBUSCH & KAPELLER, 2012), que são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1: As práticas pluralistas mais comuns em economia

Prática pluralista	Descrição
Egoísta	Pode ocorrer de várias maneiras, todas apontando para um sentido oportunista. Dobusch & Kapeller (2012) dão dois exemplos: (i) quando o pluralismo tem um caráter efêmero, ou seja, é aceitável por um certo período de tempo, mas não indefinidamente porque é entendido como inferior a outra(s) abordagem(ões) particular(es); ou (ii) quando o pluralismo é um exemplar de suporte retórico cuja função é garantir a sobrevivência de um determinado paradigma, “mas não para alcançar o discurso ecumênico ou qualquer tipo de integração teórica” (DOBUSCH & KAPELLER, p. 1043).
Desinteressada	Modo de coexistência pacífica entre diferentes tradições teóricas, abordagens metodológicas e doutrinas econômicas.
Interessada	Conjunto das incorporações e esforços para interagir construtivamente entre diferentes tradições teóricas para apresentar um conjunto aprimorado e ampliado de explicações relevantes.

Fonte: Adaptado de Dobusch & Kapeller (2012, p. 1044)

A literatura especializada apresenta convergência no que diz respeito à compreensão da pluralidade, sendo amplamente reconhecido que ela não é uma questão de “tudo ou nada” (GRÄBNER & STRUNK, 2020, p. 2). Isso implica, sobretudo, que o grau de pluralidade é relevante. No campo da economia, as abordagens e métodos podem ser considerados como complementares ou substitutivos (MAKI, 1997), e a literatura tem enfatizado

que a tolerância em relação a reivindicações rivais (ou substitutivas) ao paradigma dominante é significativamente menor do que a tolerância para reivindicações complementares. Em última análise, isso significa que um ambiente acadêmico pluralista exige um nível mais elevado de pluralismo para abordagens substitutivas do que para abordagens complementares (GRÄBNER & STRUNK, 2020)³.

Conforme argumentado por Gräbner & Strunk (2020), abordagens que se limitam a contribuir para tópicos alternativos não afetam significativamente o grau geral de pluralidade na disciplina, uma vez que suas contribuições expressam essencialmente perspectivas complementares. Seguindo essa mesma lógica, considerar abordagens que empregam metodologias substitutivas baseadas em diferentes epistemologias tem um impacto considerável quando são levadas em conta, exigindo um nível mais elevado de pluralidade geral para serem aceitas. É importante destacar neste ponto que a maioria dos pluralistas (senão todos) não deseja um aumento ilimitado no grau geral de pluralidade (CALDWELL, 1988, 1997; MAKI, 1997; MARQUÉS & WEISMAN, 2008), uma vez que existe um *trade-off* entre diversidade e consenso que tem implicações sérias para o controle de qualidade na ciência e na comunicação (GRÄBNER & STRUNK, 2020).

Independentemente da tipologia de prática pluralista que está sendo defendida, a literatura destaca três linhas principais de argumentação que orientam os esforços para racionalizar o apelo pluralista:

³ Um exemplo ilustrativo disso pode ser observado no campo da economia comportamental. Essa vertente surgiu como uma oposição aos pressupostos neoclássicos na teoria da escolha e, atualmente, apresenta duas perspectivas distintas. Por um lado, uma parte desse campo de pesquisa foi aceita e incorporada ao mainstream, contando com representantes de destaque, como Ernst Fehr, Klaus M. Schmidt e o ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2017 Richard Thaler. Por outro lado, a outra perspectiva, que inclui Gerd Gigerenzer e Kumaraswamy Velupillai entre seus seguidores, não encontrou o mesmo reconhecimento na economia convencional, apesar de sua sólida reputação em outras disciplinas, como psicologia, estatística e ciência da computação. Por que isso aconteceu? Existem várias explicações possíveis e todas podem ser corretas. Uma delas certamente está relacionada ao fato de que o primeiro grupo desenvolveu uma abordagem capaz de conciliar os novos pressupostos comportamentais com os modelos tradicionais de maximização da utilidade (BENARTZI & THALER, 2007; FEHR & SCHMIDT, 1999; FEHR & SCHMIDT, 2010), enquanto o outro grupo argumenta que o próprio conceito de otimização está equivocado (GIGERENZER & BERG, 2010; GIGERENZER & GAISSMAIER, 2011; GIGERENZER & SELTEN, 2002). Em resumo, a abordagem complementar ao paradigma dominante foi mais prontamente aceita do que a abordagem substitutiva.

Pluralismo epistemológico

O princípio fundamental do pluralismo epistemológico é a noção de que a ciência busca fornecer conhecimento confiável. Nesse sentido, os cientistas têm a tarefa de distinguir entre explicações melhores e piores, reconhecendo que todas as explicações são primariamente passíveis de falsificação. Por envolver implicitamente a rejeição do dogmatismo (DOBUSCH & KAPPELLER, 2012), um ambiente acadêmico epistemologicamente pluralista requer que explicações concorrentes sejam representadas de forma relativamente uniforme no discurso acadêmico (POPPER, 2005 [1935]; HANS, 1985; MEARMAN, 2011). O debate contemporâneo em torno desse conceito, sistematizado por Claudius Gräbner & Birte Strunk (2020), concentra-se nas questões de equilíbrio epistemológico entre diversidade e consenso, cujas principais implicações estão nos debates sobre o controle de qualidade na pesquisa e na comunicação em economia.

Devemos atentar, contudo, que o apelo por maior pluralismo epistemológico vai além desse debate, pois reconhece a importância de incorporar uma variedade de perspectivas e metodologias na produção de conhecimento científico. Ele promove a abertura para diferentes formas de abordar e entender os fenômenos estudados, reconhecendo que diferentes tradições teóricas e metodológicas podem contribuir para uma compreensão mais completa e contextualizada da realidade. Essa abordagem pluralista valoriza a diversidade de ideias e teorias, bem como a busca por consensos fundamentados em evidências sólidas.

Pluralismo ontológico

A ontologia abrange a investigação aprofundada da essência última da realidade social e engloba o estudo das entidades presentes no mundo social. Todas as teorias científicas, incluindo aquela referente à economia, incorporam pressupostos ontológicos acerca do mundo social e das entidades que o constituem. Considerando que a economia é uma ciência social situada historicamente e lida com um sistema econômico específico, nomeadamente o

capitalismo, adeptos dessa vertente de pluralismo defendem ser necessário que sua ontologia seja adequada para a análise do capitalismo enquanto sistema social (BADDEN, 2013).

Nesse sentido, a noção de que a ciência econômica precisa promover a compreensão de que a realidade social é multifacetada e, portanto, requer uma variedade de perspectivas para ser capturada (NORGAARD 1989; SAMUEELS, 1998) está no centro desses apelos. Entre os avanços recentes nessa área, destaca-se na discussão o surgimento da teoria da complexidade. Nesse contexto, as contribuições recentes de Petter Törnberg (2018), que une o realismo crítico (nas palavras do autor, o “denominador comum de abordagens heterodoxas” [TÖRNBERG, 2018, p. 3]) e a teoria da complexidade sob o guarda-chuva de realismo (ANDERSSON *et al.*, 2014), são dignas de nota. Com base nisso, ele propõe um fundamento ontológico para o desenho deliberado do arcabouço pluralista: o que o autor chama de “Economia Realista Complexa” ou “fundamento ontológico consistente para um pluralismo interessado” (TÖRNBERG, 2018, p. 1).

Pluralismo metodológico

No cerne dos apelos por maior pluralismo metodológico reside a noção de que cada problema de pesquisa é único e requer uma abordagem de estudo adequada. Em consonância a isto, a literatura especializada tem ressaltado os benefícios potenciais da diversificação das estratégias de pesquisa, enfatizando casos em que o método é determinado pelo problema em questão, e não o contrário (BIGO, 2010; DOW, 2008; LAWSON, 2004; NORGAARD, 1988; SAMUEELS, 1998). No campo da economia ecológica, Goddard *et al.* (2019) salientam a importância de manter múltiplas perspectivas metodológicas diante do atual contexto de incerteza e intensas mudanças climáticas no planeta. Segundo os autores, os economistas ecológicos devem adotar crenças orientadoras centradas na biosfera, equidade e cuidado, ao mesmo tempo que praticam o pluralismo estruturado (*ibidem*, p. 1). Na área da economia urbana, um exemplo recente é discutido por Van-Heur & Bassens (2021), que abordam um conjunto de metodologias

distintas utilizadas no mapeamento das elites urbanas. Os autores ressaltam os benefícios do pluralismo metodológico nesse campo de estudo.

1.2 Conceitos adjacentes importantes

Definições taxonômicas são cruciais para a formação de comunidades epistêmicas de pesquisa, pois permitem nomear conceitos e grupos epistêmicos (HODGSON, 2021). Nessa linha, a compreensão do debate sobre o pluralismo na ciência econômica inevitavelmente se choca taxonomicamente com os conceitos de (a) economia neoclássica, (b) economia ortodoxa, (c) economia *mainstream* e (d) economia heterodoxa, independentemente da tipologia de pluralismo considerada. Acerca destes, a literatura sobre pluralismo apresenta várias tentativas de definição, conceituação e aplicação (BOLAND, 2005 [1997]; DAVIS, 2006; DOW, 2018; BECKENBACH, 2018). Embora parte do trabalho trate as categorias “a”, “b” e “c” como equivalentes (BOLAND, 2005 [1997], capítulo 5; LAWSON, 2006) ou até mesmo como sinônimos (WILLIAMSON, 2000; BECKENBACH, 2018), as definições que enfatizam as diferenças entre eles são mais bem aceitas.

Isso se deve em grande parte à influência exercida pela obra solitária de David Colander (1996, 2000, 2003, 2009a e 2009b) e em colaboração com Richard Hold e John Rosser (COLANDER *et al.*, 2004 e 2007), bem como as contribuições de David Dequech (2007, 2018), amplamente referenciadas. Segundo Dequech (2007), a raiz da confusão em torno dos termos “a”, “b” e “c” está nas dificuldades encontradas em distinguir categorias mais gerais de categorias mais específicas, o que é, pelo menos em certa medida, relacionado com a frequente falta de clareza sobre o alcance temporal dos termos (DEQUECH, 2007, p. 280)⁴.

A categoria “d”, por sua vez, pode ser definida de várias maneiras. A maior parte da literatura a define negativamente, em contraste intelectual com “b” ou sociologicamente em contraste com “c”, também influenciada por David

⁴ Quando William Gouge (1833) utiliza os termos “economia ortodoxa” e “economistas ortodoxos” ao examinar a história do papel-moeda nos Estados Unidos até 1833, o autor certamente não está se referindo à economia neoclássica, que não existia naquela época, mas sim à economia clássica, que ainda era dominante. Embora o exemplo seja absurdo devido ao horizonte de tempo utilizado, o fato de a economia neoclássica ter mudado ao longo do tempo (DEQUECH, 2007) pode ser enquadrado na mesma situação.

Colander e David Dequech. A menor porção da literatura define a heterodoxia positivamente, como uma alternativa intelectual à economia ortodoxa e/ou uma alternativa sociológica à economia convencional (DUTT, 2003; LAVOIE, 2006; LAWSON, 2006; O'HARA, 2007; STOCKH & RAMSKOGLER, 2009; LEE, 2008, 2009 e 2011). Este tópico abordará essas questões.

Economia neoclássica e economia ortodoxa

Segundo a maioria dos autores, a categoria “economia ortodoxa” é uma categoria intelectual transitória porque “designa a corrente de pensamento predominante mais atual” (COLANDER *et al.*, 2004, p. 490). O aspecto temporal é esclarecido pelos mesmos autores, que acrescentam que a designação e especificação do que é ortodoxo costuma ocorrer décadas depois do tempo em que a ortodoxia deveria ter existido (*ibid.*). Quando surge uma nova ortodoxia, eles concluem, “a verdadeira ortodoxia geralmente não tem nome” (*ibid.*). Como tal, as especificações ortodoxas são inevitavelmente voltadas para o passado e não atuais ou voltadas para o futuro. Por isso economia neoclássica e economia ortodoxa significam estritamente a mesma coisa no período atual (SCARPANTI & ZAMAGNI, 1995).

Historicamente, a posição de paradigma dominante foi mantida pela escola neoclássica desde os anos 1900 até os dias atuais. Os pioneiros do Neoclassicismo foram responsáveis por estabelecer uma disciplina econômica que diferia da economia clássica (a abordagem ortodoxa da época) e a definia como teórica e – nesse sentido – universal e geral. A economia “pura”, como Walras (1926 [1874]) a chamou, foi um exemplo da “física social newtoniana”, que visava usar procedimentos matemáticos para chegar a leis⁵. No entanto, convém esclarecer, como apontam Dobusch & Kapeller (2009), que nos primeiros cinquenta anos provavelmente não se justificava falar em dominância completa, dada a grande influência que os paradigmas alternativos, em particular o institucionalismo, tiveram nos Estados Unidos no início do século, e o breve período keynesiano em meados do século. Com exceção desses períodos, prevaleceu o paradigma neoclássico.

⁵ Em Jevons (1871, Introdução) lê-se: “É claro que a ciência econômica, para ser uma ciência, deve ser uma ciência matemática”.

Alguns autores (BOLAND, 1997; LEE & KEE, 2004; LAWSON, 2006; BOGENHOLD, 2010) propõem uma definição sociológica da economia ortodoxa, além das definições históricas de natureza intelectual. Para eles, a economia neoclássica ortodoxa é equivalente à economia *mainstream*. Essa interpretação se baseia em três argumentos: (I) a perspectiva neoclássica predomina na maior parte do ensino de graduação e pós-graduação (LEE & KEE, 2004); (II) economistas, conferências e revistas neoclássicas ocupam a maior parte do espaço científico (DOBUSCH & KAPELLER, 2009); e (III) há forte resistência a novas ideias (AKERLOF, 2020).

Economia heterodoxa

A economia heterodoxa é mais heterogênea e fragmentada do que a economia ortodoxa, com pelo menos 14 abordagens que diferem em termos de processo de produção de conhecimento, referências e citações (LAVOIE, 2014). Além disso, as várias escolas de pensamento que compõem a heterodoxia não são totalmente consistentes nem facilmente definidas (DOBUSCH & KAPELLER, 2012).

Assim, a economia heterodoxa é geralmente definida negativamente, ou seja, em contraste com a economia ortodoxa/neoclássica (quando definida intelectualmente) e em contraste com a economia dominante (quando definida sociologicamente). Em sua definição intelectual, representa uma oposição a Max U e suas ideias derivadas (COLANDER *et al.*, 2004; DEQUECH, 2007; HODGSON, 2021). A definição sociológica negativa de heterodoxia sinaliza um “inimigo comum” e uma marginalização comum no *mainstream*. Ambas as definições negativas dão grande importância ao que se quer combater ou criticar.

Diante desse pano de fundo, várias tentativas foram feitas para definir positivamente a economia heterodoxa; os esforços para integrar o amplo espectro de escolas heterodoxas sob um guarda-chuva pluralista comum ocorreram em duas frentes principais, identificando (I) semelhanças ontológicas (BIGO e NEGRU, 2008; CALDWELL, 2004; LAWSOMN, 2006) e (II) semelhanças metodológicas (DOW, 2004, 2008). Independentemente de

qual lado é invocado, sempre é feita referência às contribuições seminais de Tony Lawson (2006, 2008) e Frederic S. Lee (2008, 2009 e 2010).

Em suma, enquanto as contribuições de Tony Lawson apontam para uma espécie de divisão de trabalho entre as várias escolas de pensamento que constituem a heterodoxia, as contribuições de Frederic S. Lee se concentram na identificação de contribuições ecumênicas ou comuns entre as várias abordagens, fornecendo assim o ponto de partida para a construção de uma definição de economia heterodoxa que leva em conta aspectos comuns. Nas próprias palavras de Frederic S. Lee:

Como observei em vários artigos, economia heterodoxa é um termo específico, como economia política clássica ou economia neoclássica, que se refere a um conjunto particular de teorias contemporâneas que explicam o processo de provisão social, a recomendações de políticas econômicas baseadas nessas teorias e a uma comunidade de economistas engajados nessa atividade científica teórica e aplicada. A economia heterodoxa é assim definida (pelo menos nas últimas duas décadas) não negativamente, como uma oposição ou dualidade à ciência econômica convencional, mas como uma alternativa positiva a ela (LEE, 2012, p. 106, tradução própria).

Ambas as perspectivas têm feito esforços importantes: Bigo e Negru (2008), O'Hara (2008) e Törnberg (2018) na linha ontológica de Lawson; e Lavoie (2006) e Stockhammer & Ramskogler (2009) na linha de Frederic Lee são bons exemplos. Nenhuma das direções, porém, é unânime. Enquanto a divisão proposta por Lawson encontra sérios problemas relacionados a conflitos de interesse: qual escola heterodoxa se importará com a moeda? pós-keynesianos? austríacos? e no contexto das relações de poder, a quem caberão essas questões? com os velhos institucionalistas ou com os marxistas?... São perguntas recorrentes para as quais não há boas respostas. A União defendida por Frederic S. Lee também é alvo de várias objeções, por exemplo: como conciliar o pleno emprego pós-keynesiano com o crescimento limitado defendido pela economia ecológica? Essas são questões espinhosas que Lee teria que implementar em sua proposta. Mesmo que tais problemas permaneçam sem solução, é possível apontar pontos

comuns compartilhados por todas as correntes heterodoxas da economia (BECKENBACH, 2018). A Tabela 2 traz um resumo desses pontos.

Tabela 2: Ideias comuns às abordagens heterodoxas

Ideias	Descrição
A economia heterodoxa é necessária	O estabelecimento de um paradigma concorrente ao paradigma vigente é um objetivo comum das várias escolas heterodoxas de pensamento.
Menos individualismo e mais holismo metodológico	O entendimento de que a economia é composta por um conjunto de fenômenos sociais mais complexos e multifacetados do que sugere a perspectiva individualista presente no mainstream é consensual a todas as perspectivas heterodoxas, assim como o entendimento de que abordagens holísticas desses fenômenos produzem melhor resultado analítico;
Relacionar diferentes espaços de estado para a seleção de procedimentos de decisão apropriados	De acordo com a interpretação de Bekenbach (2018), o principal tópico da abordagem heterodoxa é relacionar diferentes espaços de estado com a seleção de procedimentos de decisão apropriados. Nem espaços de estado “difíceis” (grandes, complexos ou mesmo incertos) nem formas subconscientes de decidir e agir (por exemplo, rotinas) são excluídos (BEKENBACH, 2018);
A oposição à noção neoclássica de racionalidade	O <i>homo economicus</i> representativo é consensualmente rejeitado por abordagens heterodoxas, que entendem o comportamento dos indivíduos e a tomada de decisão a partir de condições fundamentalmente incertas
Explicar as características dos resultados econômicos de baixo para cima	Isso significa, segundo Bekenbach (2018), que tanto os agentes “plausíveis” quanto os modos “plausíveis” de interação determinam a ordem das atividades econômicas como um todo sem sobrepor restrições que garantam uma estrutura desejada desse resultado
Sensibilidade histórica	A ênfase nos aspectos históricos e na influência da história no estado atual da economia é compartilhada por todas as abordagens heterodoxas
Papel central do dinheiro na análise	representando um de seus temas mais importantes. Segundo Bekenbach (2018), no âmbito heterodoxo, o dinheiro não representa simplesmente um véu na articulação de preferências mútuas, mas um mecanismo essencial para torná-las comparáveis. Por essa razão, explicar endogenamente a oferta e a demanda de moeda (em suas diferentes formas) deve desempenhar um papel de destaque nas análises heterodoxas, tanto na microeconomia quanto na macroeconomia.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Beckenbach (2018)

Economia *mainstream*

Desde os primeiros trabalhos de David Colander (1996, 2000, 2003), tem havido consenso generalizado na literatura de que a economia *mainstream* é uma categoria sociologicamente condicionada. De acordo com Colander *et al.* (2004), as ideias dominantes consistem naquelas mantidas por indivíduos influentes em instituições-chave, organizações e periódicos acadêmicos em um determinado momento, particularmente nas mais reconhecidas instituições de pesquisa de pós-graduação. Nesse sentido, os autores referem-se à economia *mainstream* como aquela considerada aceitável pela elite da profissão, formada essencialmente pelos economistas mais importantes das melhores escolas de pós-graduação. Dessa forma, enfatizam que *mainstream* “não é um termo que descreve uma escola historicamente condicionada, mas descreve as crenças que são consideradas intelectualmente sólidas e dignas de trabalho pelas melhores escolas e instituições na profissão” (COLANDER *et al.*, 2004, p. 490).

David Dequech (2007) complementa a definição de Colander *et al.* (2004), tornando-a menos restritiva, desenfaticando a importância dos economistas de elite. Para ele, o *mainstream* da economia é determinado por quatro níveis de prestígio: ensino em universidades renomadas, publicação em periódicos de prestígio, acesso às principais fontes de financiamento de pesquisa e prêmios acadêmicos de prestígio (DEQUECH, 2007). Adicionalmente, Dequech (2007) acrescenta que, além do caráter temporal destacado por Colander e seus coautores (2004), há também um caráter espacial que restringe o conceito de *mainstream*, segundo o qual a economia dominante pode variar conforme a localização (DEQUECH, 2007, 2018).

Do ponto de vista dos economistas que fazem parte do *mainstream*, ele possui três características básicas. Primeiro, o entendimento comum entre os pesquisadores de que apenas no *mainstream* a economia é realmente científica, muitas vezes equiparada às ciências físicas por utilizarem do “método científico” para desenvolver teorias baseadas em suposições simplificadoras e sua verificação (DOW, 2018). Em segundo lugar, o sentido de melhoria e

progresso constantes, baseado na crença de que o melhor do pensamento econômico está condensado no *mainstream* (*ibidem*). Nada nos parece ilustrar melhor esses pontos do que os comentários de Edward P. Lazear:

A ciência econômica não é apenas uma ciência social, é uma ciência genuína. Como as ciências físicas, a economia usa uma metodologia que produz implicações refutáveis e testa essas implicações usando técnicas estatísticas sólidas. Em particular, a ciência econômica enfatiza três fatores que a distinguem de outras ciências sociais. Os economistas usam a construção de indivíduos racionais que se engajam na maximização do comportamento. Os modelos econômicos aderem estritamente à importância do equilíbrio como parte de qualquer teoria. Finalmente, o foco na eficiência leva os economistas a fazerem perguntas que outras ciências sociais ignoram. Esses ingredientes permitiram que a ciência econômica invadisse o território intelectual antes considerado fora do domínio da disciplina (LAZEAR, 2000, p. 99, tradução própria).

Por fim, o desejo de legitimidade e respeitabilidade científica, que se manifesta na forma de formalização matemática (KATZNER, 2003, p. 564-565, citado por DEQUECH, 2007).

2. Breve história do apelo pluralista na ciência econômica

O apelo por maior pluralismo tem amplo respaldo na história da ciência econômica e pode ser organizado em três fases principais (Tabela 3).

Tabela 3: Três etapas do apelo ao pluralismo na ciência econômica

Etapa	Características definidoras	Período
Pós-macarthismo	Um movimento disperso que ocorreu em paralelo no quadro de várias escolas de pensamento heterodoxas que pouco tinham em comum	1970- 1980
Revoltas pós-kuhnianas	Processo intensificado de institucionalização da economia heterodoxa e o apelo de economistas proeminentes por mais pluralismo na ciência econômica.	1980-2000
Pós-2008	Desmoralizando a economia convencional no debate público e pedindo uma ciência econômica que lide com o "mundo real"	De 2008 até hoje

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Garnett *et al.* (2010)

De acordo com Robert Garnett *et al.* (2010), a primeira fase das reivindicações diretas ocorreu entre 1970 e 1980 e envolveu uma variedade de escolas heterodoxas que mostravam pouco ou nenhum interesse umas pelas outras. A segunda fase, anotam os mesmos autores, começou com as noções pós-kuhnianas de pluralismo, e a petição de Hodgson *et al.* (1992)⁶ à *American Economic Review* foi o ponto decisivo nas discussões sobre pluralismo na ciência econômica. O caráter marginal da primeira onda pluralista é destacado por Dieter Boegenhold (2010), que descreve que a incipiente vanguarda pluralista da década de 1970, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, consistia em uma pequena fração de economistas pioneiros, enquanto a maioria da profissão continuava a “trabalhar, pesquisar e ensinar constantemente sobre tópicos convencionais da maneira tradicional, como sempre fizeram” (BOEGENHOLD, p. 1570).

Entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990, porém, o movimento ganhou intensidade, e um crescente conjunto de premissas da economia dominante tornou-se objeto de vigorosas críticas (*ibid.*). Nesse contexto, Hodgson (1994) sintetiza os principais objetivos como (I) suposição de comportamento racional e maximizador por agentes com uma função de preferência estável; (II) movimentos em direção a estados de equilíbrio; e (III) ausência de problemas crônicos de informação (HODGSON, 1998, p. 60).

Diferentemente da primeira onda, a segunda onda de reivindicações pluralistas teve maior integração e identificação entre escolas heterodoxas de pensamento. Nesse período, “economistas pós-keynesianos, marxistas radicais, evolucionistas institucionais, sociais e feministas reconheceram que, em termos de metodologia, teoria e política, eles tinham muito mais em comum do que diferenças” (LEE, 2012, p.104). A formação de uma identidade heterodoxa esteve intimamente relacionada com a construção de uma comunidade de economistas heterodoxos que, entre 1999 e 2004, se institucionalizaria nos

⁶ O manifesto de Hodgson *et al.* (1992) foi assinado por 44 economistas renomados e pedia um novo espírito de pluralismo na economia, envolvendo conversas críticas e comunicação tolerante entre diferentes tipos de abordagens.

domínios da recém-formada *Association for Heterodox Economics, Society of Heterodox Economists e Heterodox Economics Newsletter* (LEE, 2009).

O terceiro e mais intenso boom de apelos pluralistas na ciência econômica foi causado pela crise de 2008. Se até 2008 as objeções à economia convencional estavam restritas a pequenos círculos críticos de economistas heterodoxos, a crise tornou as deficiências da abordagem dominante uma questão de interesse público. Desde então, intensas críticas foram desencadeadas à profissão de economista e à própria economia acadêmica tradicional (BERTOCCO, 2017; CHUN, 2017; PAYSON, 2017).

Na literatura econômica, vários trabalhos de economistas heterodoxos associaram a crise econômica a uma crise da economia convencional (DAVIDSON, 2009; HODGSON, 2009; LAWSON, 2009; BAZEMER, 2009, estão entre os mais influentes), identificando na crise uma oportunidade para mudança de paradigma. Mesmo fora da heterodoxia, autores influentes do mainstream admitiram a “falência sistemática da economia acadêmica” (COLANDER *et al.*, 2009). No debate público, Janice Peterson (2013) descreve como observadores fora da profissão retratam os economistas como personalidades antipáticas e arrogantes e expressam seu desdém pela profissão “por não prever crises ou fornecer conselhos úteis para respondê-las” (PETERSON, 2013, p. 401).⁷

Com isso, a ideia de que o ensino de economia deveria ser ampliado, baseado na realidade e embasado historicamente passou dos apelos marginais de economistas dissidentes para as páginas dos grandes jornais e para as telas das principais emissoras de TV, que desafiavam os

⁷ Em “*Past Their Prime (Rate)*” (Newsweek, 2009, citado por Peterson, 2013), Joseph Epstein escreveu que a recessão revela um “declínio na economia econômica”. Em “*Sweep Economists off Their Throne*”, Gideon Rachman argumentou que “a vaidade dos economistas deve ser questionada. Acima de tudo, cresceu, “suas pretensões e rigor científicos – sustentados por modelos e equações – devem ser vistos com mais ceticismo” (Gideon Rachman, citado por Peterson, 2013). Até o Prêmio Nobel no ano da crise, Paul Krugman, declarou: “Vejo que a profissão de economista se desviou porque os economistas como um grupo confundiram a beleza, vestida de matemática de aparência impressionante, com verdade”. E continuou, prevendo que no futuro os economistas terão que “aprender a viver com o caos” ao desafiar pressupostos acalentados como a racionalidade do comportamento humano e a perfeição dos mercados (KRUGMAN, 2009, p. 37).

conhecimentos fundamentais adquiridos por estudantes de economia. Neste contexto, a integração de diferentes abordagens dentro da ciência econômica, a ligação da economia com outras disciplinas e, especialmente, a ligação da teoria econômica com a prática e a “vida real” foram discutidas em público e pressionaram o mundo acadêmico (PETERSON, 2013). Segundo a autora, os primeiros efeitos da crise (e, portanto, a pressão sobre a economia acadêmica convencional) surgiram nos primeiros meses de 2010 (*ibidem*).

Em janeiro daquele ano, a American Economic Association organizou o simpósio “*Teaching Macroeconomics after the Crisis*” [Ensino de macroeconomia após a crise], que ecoou diretamente uma variedade de preocupações e críticas à profissão que se tornaram predominantes no debate público (MCGOLDRICK & PETERSON, 2011); em setembro, o prestigioso jornal *The Economist* patrocinou uma discussão *on-line* sobre a crise e o ensino de economia. Além de exigir diretamente maior pluralismo na ciência econômica, a discussão também pedia maior inclusão da história econômica e do pensamento econômico no currículo de graduação em economia (PETERSON, 2013).

Em geral, foi compartilhada a percepção de que a economia enquanto disciplina estava presa a uma estrutura de pensamento conservadora (especialmente nos domínios da economia neoclássica) e muitas vezes equivocada, impedindo o surgimento de alternativas possíveis independentemente de suas qualidades e potencialidades. Paralelamente, o entendimento de que a realidade econômica é complexa, fluida e sujeita a mudanças contínuas para as quais as soluções são inerentemente difíceis irradiou ao debate público, passando a figurar no centro da defesa do pluralismo, seja no contexto de práticas pluralistas voltadas para a pesquisa econômica (FULLBROOK, 2009; GARNETT *et al.*, 2010) ou no ensino e outras práticas (FREEMAN, 2010; GROENEWEGEN, 2007).

Apesar de tudo isso, a crise de 2008 não provocou mudanças profundas na economia acadêmica. Principalmente porque a estrutura institucional da

disciplina permitiu que a economia dominante perpetuasse seu domínio paradigmático (DOBUSCH & KAPPELLER, 2013). As palavras de Gregory Mankiw ao *The New York Times* ilustram bem a situação: “Apesar da enormidade dos eventos recentes, os princípios da economia permanecem praticamente inalterados” (MANKIW, 2009). Ainda assim, o crescente interesse pelo pluralismo na ciência econômica identificado por John E. King (2013) tem se intensificado, *vide* o grande número de livros (este capítulo refere-se a vários) e artigos acadêmicos que têm sido publicados nos últimos anos. As contribuições de John B. Davis (2019), Carlo D’ippolitti (2020), Teemu Lari (2021) e Nina Eichacker (2022) são ilustrativas.

3. Objeções dos economistas convencionais ao pluralismo e possíveis respostas heterodoxas

A maioria das críticas ao pluralismo na ciência econômica vem de representantes da economia dominante. Esta seção sistematiza o conteúdo dessas críticas e apresenta possíveis respostas a cada uma delas.

***Trade-off* entre diversidade e consenso**

O *trade-off* epistemológico entre diversidade de abordagens e consenso na ciência tem raízes antigas, que remontam a Polanyi *et al.* (1962) e Kitcher (1993), e recentemente foi trazido de volta aos holofotes pelo polêmico trabalho de Geoffrey Hodgson (2019, 2021). Segundo ele, quanto mais pluralista é uma ciência, mais difícil é transmitir seu cerne, pois coexistem diversas abordagens teóricas, metodológicas, epistemológicas e até ontológicas, levando a sérios problemas de controle de qualidade no campo da ciência. Três estratégias de enfrentamento comuns são destacadas na literatura (Tabela 4).

Tabela 4: Diversidade vs. consenso - estratégias de enfrentamento e problemas associados

Abordagem	Descrição	Problemas associados
Crítica mútua	Apóia-se no trabalho de Caldwell (1988, 1997), para quem a comunicação e a crítica constante podem garantir um certo padrão de qualidade na ciência.	Como a crítica é feita de um ponto de vista particular, não é considerada crítica interna. Além disso, se o crítico opera em uma dimensão diferente daquela criticada, a crítica torna-se opaca. Em suma, a crítica por si só não impediria o "vale tudo".
Implicações práticas	Afirma que não há critérios gerais e se propõe a estudar as condições práticas das teorias para distingui-las.	Tal atitude só é possível quando se trata de pesquisa empírica. Como mostram Gräbner & Strunk (2020), a própria avaliação de afirmações empíricas depende de várias mediações metateóricas, dependendo, por exemplo, do tipo de explicação preferida (por exemplo: funcional versus causal versus preditiva). Assim, é útil apenas em algumas situações específicas. Portanto, não fornece um tratamento exaustivo para o desafio dos critérios de qualidade.
Conjunto de padrão inovador	Propõe um novo conjunto de padrões mais amplo do que os critérios atuais, mas sem delinear claramente os tipos de pesquisa permissíveis (ou "científicas").	Metacritérios como precisão, consistência ou transparência são geralmente desejados por todos porque estão intimamente associados ao rigor científico. No entanto, não se pode dizer com certeza se tais critérios são universalmente aplicáveis ou se são inequívocos em sua formulação. Segundo Gräbner & Strunk (2020), eles consistem, no máximo, em um conjunto de qualidades, e não em padrões rígidos que podem ser aplicados diretamente na avaliação de um determinado problema de pesquisa. Nesse sentido, assemelham-se aos "valores" científicos (Kuhn, 1996 [1962]) identificados na história das ciências naturais.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Gräbner & Strunk (2020)

Diante desses problemas, Gräbner & Strunk (2020) apresentam uma quarta abordagem que funciona como um híbrido entre as três abordagens mencionadas na Tabela 4 e incluem adicionalmente algumas contribuições da filosofia da interdisciplinaridade. Nesta nova abordagem, os critérios de qualidade devem levar em conta tanto o processo (que os autores chamam de “sistema de conhecimento”) pelo qual uma ideia foi gerada quanto a própria ideia. Para tanto, sugerem que os critérios se assemelhem aos “Padrões do Empirismo Contextual Crítico” propostos por Longino (2002), que visam: (I) proporcionar espaços para a crítica (isso inclui espaço em conferências e em periódicos); (II) desenvolver uma cultura de resposta à crítica; (III) fornecer alguns padrões obrigatórios (que devem ser transparentes para a comunidade acadêmica e para o público); (IV) promover a igualdade moderada em termos de autoridade intelectual, de modo que as críticas não sejam avaliadas em termos da posição intelectual do crítico perante a comunidade epistêmica.

No nível mais geral, os autores asseguram que devem prevalecer as virtudes científicas de consistência, transparência e precisão, como sustenta Longino (2002). Ao nível aplicado, sugere avaliações de qualidade que utilizam critérios mais rigorosos e diversificados, selecionados de acordo com o objetivo da investigação em questão – “esta investigação visa previsões concretas?” Cada um deles deve ser confrontado com diferentes procedimentos (GRÄBNER & STRUNK, 2020, p. 14).

A ciência econômica já é plural

Parte da literatura argumenta que a ciência econômica já é suficientemente pluralista:

A ciência econômica é plural! Não está apenas interessada na influência dos incentivos monetários nas decisões das famílias e das empresas. Estuda incentivos intrínsecos, como altruísmo e compaixão, os efeitos de contar histórias e a importância das habilidades interpessoais para carreiras; interessa-se tanto pela política monetária quanto pela discriminação contra

minorias no local de trabalho, analisando os efeitos dos impostos sobre a oferta de trabalho e perguntando em que circunstâncias a informação convence as pessoas; ele aponta o perigo de que os clientes às vezes sejam ingênuos demais para não serem aproveitados. A economia plural trata dos preços dos imóveis, bem como do papel das emoções na política; utiliza abordagens neoclássica, keynesiana e austríaca (BECKER *et al.*, 2017, p. 835, tradução própria).

Becker *et al.* (2017) baseiam a alegação em supostas evidências de pluralismo nas cinco principais revistas de economia, em que afirmam terem publicado artigos sobre cada um dos tópicos declarados em 2017 (*ibid.*, p. 836). Bachmann (2017) faz eco dessa ideia e vai além, asseverando que as críticas pluralistas à economia geralmente se referem a um espantinho. Em ambos os casos (e isso também é verdade para o restante da literatura que apoia essas críticas), encontramos as assertivas de Diane Coyle (2010), que defende ter existido uma intensa mudança pluralista na ciência econômica após a crise de 2008. Coyle observou que a ciência econômica alcançou um *status* mais prático e humano do que nunca como resultado do que ele chamou de “um notável renascimento criativo na ciência econômica” (COYLE, 2010). No entanto, qualificar esse argumento como empiricamente correto depende de considerações sobre a dimensão em questão e do grau de pluralidade de perspectiva (GRÄBNER & STRUNK, 2020).

George A. Akerlof (2020, p.415) aponta que o dicionário Webster dá duas definições diferentes de ciência econômica: (I) “uma ciência social preocupada principalmente com a descrição e análise da produção, distribuição e consumo de bens e serviços”; (II) “teoria, princípios ou práticas econômicas”. A segunda definição, segundo o mesmo autor, corresponde prioritariamente às ferramentas metodológicas ensinadas nos programas de pós-graduação em economia. Ele lança luz sobre um aspecto muito particular da ciência econômica, a saber: nela, o paradigma dominante dita não apenas os tópicos do campo (como qualquer análise baseada em Kuhn [1996] sugeriria), mas também a metodologia apropriada para enfrentá-los (AKERLOF, 2020). A partir dessa perspectiva, a ciência econômica não é, por definição,

metodologicamente pluralista. A questão principal, então, é: ela é teoricamente plural? Parece haver ampla evidência de que não. Akerlof (2020) apresenta três argumentos.

I - A “maldição” dos top journals

O trabalho de James Heckman e seus coautores (2017) mostra que o principal determinante do sucesso de um economista acadêmico são as métricas dos principais periódicos. Isso porque as universidades usam esses indicadores para tomar decisões, com destaque para o número de publicações nos periódicos mais importantes (*top 5*). Por essa razão, assinala Akerlof (2020, p. 409), “professores assistentes em universidades de pesquisa são incapazes de resistir aos ditames dos periódicos”. A esse respeito, os dados apresentados por Card e DellaVigna (2013) são bastante ilustrativos: entre 2008 e 2010, as taxas de aceitação dos cinco principais periódicos foram inferiores a 6%, uma queda de cerca de 60% em relação à taxa média de aceitação de 15% nas décadas anteriores, com os artigos aceitos tornando-se cada vez mais especializados.

II - Superespecialização da profissão

A demanda por alto rigor leva a um viés para abordagens complicadas de pesquisa econômica (AKERLOF, 2020). Os generalistas devem atender aos padrões de precisão de vários domínios, enquanto os especialistas devem atender aos padrões de apenas um domínio. Portanto, é mais fácil ser um cientista “*hardness*” como especialista do que como generalista. Existem também incentivos institucionais à especialização, vide a divisão cada vez mais específica das disciplinas ou a criação de cada vez mais periódicos e congressos acadêmicos de nicho (*ibidem*).

III - Preconceito contra novas ideias

Isso acontece principalmente por dois motivos: (1) antigos assuntos/paradigmas possuem um conjunto de ferramentas (métodos, procedimentos,

bancos de dados, terminologias estabelecidas, fundamentos conceituais desenvolvidos etc.) que auxiliam na pesquisa. Dado o viés em favor de abordagens difíceis observado por Akerlof (2020), os pesquisadores que “trabalham dentro desses paradigmas aceitos têm uma vantagem porque podem emprestar essas ferramentas livremente para apresentar suas ideias com precisão” (*ibidem*, p. 408). Portanto, quem explora uma nova ideia ou trabalha em um campo não pavimentado fica em desvantagem porque deve desenvolver suas próprias ferramentas. Isso aumenta muito a probabilidade de que esse trabalho seja rejeitado por “falta de rigor” (FREY, 2003), o que desestimula os pesquisadores a se aprofundarem em temas dessa natureza; (2) a rigidez metodológica impede qualquer tentativa de desafiar os paradigmas estabelecidos. “Velhas ideias são descartadas apenas quando se mostram inferiores às novas ideias em testes” (AKERLOF, 2020, p. 408).

Desde Friedman (1953), o consenso em economia exige que as ideias forneçam previsões testáveis, tornando a vida especialmente difícil para novos paradigmas. Por todas essas razões, “os jovens economistas acadêmicos que enfrentam o relógio do mandato têm pouca escolha. Mesmo que tenham opiniões diferentes sobre o que é aceitável para editores e revisores, eles devem obedecer” (AKERLOF, 2020, p. 410). O autor afirma que essas características tornam a economia global acadêmica altamente competitiva e deixam pouco espaço para o pluralismo teórico⁸.

O estudo bibliométrico apresentado por Hodgson (2019) corrobora o exposto. Primeiro, mostra a forte prevalência dos conceitos de “utilidade” e “maximização” nas publicações das principais revistas de economia; em segundo lugar, mostra que abordagens inconsistentes com esse significado (mesmo aquelas envolvendo modelagem e formalização, como no caso da teoria de sistemas dinâmicos ou modelos baseados em agentes) permanecem marginalizadas.

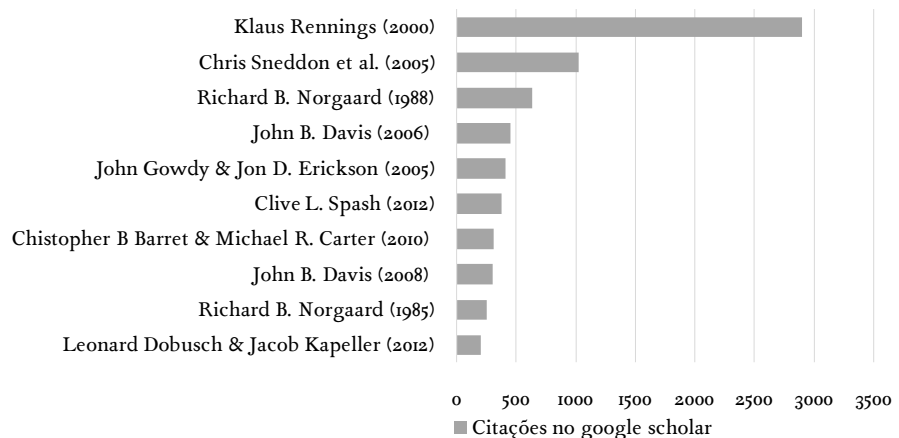
⁸ “Em suma, a profissão de economista, especialmente para pesquisadores mais jovens, é altamente competitiva e tem se tornado cada vez mais restrita. O mercado de pesquisa acadêmica, ou seja, periódicos de economia, não deixa aos pesquisadores outra escolha a não ser se curvar aos ditames de editores e revisores, começando com a concepção do artigo” (AKERLOF, 2020, p. 411, tradução do autor).

Se mais pluralismo fosse necessário, ele surgiria por si só

Alguns críticos do pluralismo enfatizam problemas relacionados ao controle de qualidade na pesquisa. Para eles, o pluralismo está associado a uma espécie de anarquismo acadêmico para o qual qualquer abordagem teórica ou metodológica é válida (BACKHOUSE, 1998). Figuras como David Colander (COLANDER, 2014) já fizeram (ainda que veladas) críticas desse tipo. O autor sugere que a economia heterodoxa se junta às demais ciências sociais no aproveitamento do excessivo pluralismo que as caracteriza. Nessa perspectiva, o que os heterodoxos chamam de falta de pluralismo seria, na verdade, um reflexo da baixa prevalência de um grau de pluralismo que já está além do necessário. Portanto, se desejado ainda mais, traria mais problemas do que soluções (COLANDER, 2014). Há ainda uma parte da literatura que é mais enfática e associa o pluralismo a obstáculos ao progresso e desenvolvimento da própria economia como ciência (GINTIS, 2009; GINTIS *et al.*, 2015).

No entanto, um exame das chamadas mais influentes para o pluralismo na ciência econômica (Figura 1) não revela nenhum “anarquismo” teórico-metodológico.

Figura 1: Top 10 apelos ao pluralismo na ciência econômica mais citados



Fonte: Elaboração própria

Klaus Rennings (2000) é de longe a obra mais citada. Tem como tema as inovações no campo do desenvolvimento sustentável. O autor afirma que o pluralismo metodológico característico da economia ecológica se estende ao campo das “ecoinovações”. Como tal, ele caracteriza positivamente o pluralismo enquanto destaca os ganhos potenciais de combinar as contribuições das abordagens neoclássica e (co)evolucionária à economia ambiental e inovações no campo.

Além disso, cinco dos nove trabalhos restantes no *top 10* também estão na categoria economia verde (ecológico/amigo do meio ambiente/sustentável). Isso se explica principalmente pelo fato de que o campo da economia ecológica é um exemplo bem-sucedido de pluralismo na ciência econômica (NORGAARD, 1988). Nesse grupo de estudos, alguns exaltam os benefícios do pluralismo metodológico e o endossam (*ibidem*) ou o estendem e adicionam modelagem baseada em agentes ao seu escopo (GOWDY & ERICKSON, 2005); um artigo sugere um retorno ao pluralismo filosófico/epistemológico (NORGAARD, 1985); e outro clama por um maior pluralismo epistemológico (SNEDDON *et al.*, 2005). Finalmente, um uma das contribuições é dedicado a desmascarar a crítica ao pluralismo na economia ecológica, particularmente a crítica do tipo “vale tudo” (SPASH, 2012).

Os demais trabalhos são mais heterogêneos: identificam e celebram o pluralismo emergente na economia acadêmica desde os anos 1980 (DAVIS, 2006); apelam ao pluralismo metodológico como ferramenta para contrariar as armadilhas da aplicação dos modelos de RCT (BARRET & CARTER, 2010); debatem o que é mais provável: que a ciência econômica convirja para um novo paradigma dominante ou para o pluralismo (DAVIS, 2008). Em nenhuma das obras mencionadas os autores transmitem a ideia de um anarquismo ou pluralismo metodológico onde “vale tudo”.

Por fim, as contribuições de Dobusch e Kapeller (2012), além de apelar para o pluralismo interessado na heterodoxia, fornecem uma breve revisão da literatura sobre a distinção entre pluralismo e relativismo. Primeiramente, os autores mostram como a literatura tem rejeitado incessantemente o “vale

tudo” epistemológico com base em três princípios básicos: (I) respeitar a lógica, a consistência e a estabilidade dos significados nos argumentos; (II) aderir às regras mínimas da boa argumentação (MARQUÉS & WEISMAN, 2008, p. 117); e (III) “buscar sistematicamente o conhecimento, seja na forma de fatos ou regularidades” (DOBUSCH & KAPPELLER, 2012).

Em relação à consciência ontológica, os autores defendem que isso “não significa aceitar certas proposições de forma acrítica, mas sim que devem ser reunidas as condições para compreender e avaliar obras com diferentes fundamentos ontológicos” (*ibid.*). Finalmente, “tolerar hipóteses alternativas àquela que você prefere não requer uma visão relativista” (*ibid.*). À luz disso, eles enfatizam que, no nível mais geral, a literatura pluralista compartilha a premissa geral do falibilismo de que reconhecer a possibilidade de que qualquer proposição (incluindo a própria) possa ser falsa deve garantir um discurso tolerante (*ibid.*). Bigo & Negru (2008) e Dow (2008) são contribuições importantes que abordam esta questão. Mesmo os trabalhos que se posicionam de forma mais radical em relação à demanda por mais pluralismo na ciência econômica (MARQUÉS & WEISMAN, 2008) não revelam essas intenções.

4. Uma defesa normativa do pluralismo na ciência econômica

A promoção do pluralismo em economia é uma questão normativa porque envolve um juízo de valor sobre a importância da diversidade de ideias e perspectivas para a geração de conhecimento econômico e compreensão da realidade econômica. Isso significa, sem qualificação, reconhecer que diferentes teorias e abordagens podem ser úteis para entender diferentes aspectos da economia e que nenhuma teoria ou abordagem é capaz de fornecer uma explicação completa e definitiva de como a economia funciona.

A ciência econômica lida com fenômenos de natureza holística. Portanto, a disciplina deve reconhecer que os diferentes aspectos da realidade econômica estão interligados e que, dessa forma, uma análise fragmentada ou

unilateral pode levar a uma compreensão limitada e imprecisa (DA GAMA CERQUEIRA, 2002). Uma perspectiva holística em economia enfatiza a importância de considerar a complexidade dos sistemas biológicos e os diversos fatores que influenciam as decisões dos atores psicológicos, como instituições, normas sociais, relações de poder, reflexos e expectativas (GYLYS, 2008). Nessa perspectiva, promover o pluralismo na ciência econômica não é apenas uma questão de diversidade de ideias, mas também uma abordagem metodológica que visa integrar diferentes perspectivas para alcançar uma compreensão mais abrangente e precisa da realidade econômica.

Em outras ciências, também complexas, o pluralismo tem contribuído com sucesso para o progresso (Redding, 2001, e Teo, 2010, são exemplos para o campo da psicologia; e Della Porta, 2008, para as ciências sociais), onde múltiplas abordagens teóricas coexistem e têm contribuído para o desenvolvimento do campo. Por exemplo, ao considerar uma ampla gama de pontos de vista e teorias, os economistas têm acesso a uma ampla gama de informações que lhes permite avaliar com mais precisão as consequências de uma decisão econômica. Uma maneira de fazer isso é destacando as limitações das teorias ou modelos econômicos predominantes. Ao considerar outras perspectivas teóricas, é possível desafiar os pressupostos e limitações desses modelos, tornando-os mais precisos e aplicáveis à realidade. Além disso, a inclusão de múltiplas perspectivas permite a identificação de diferentes soluções para os mesmos problemas, possibilitando uma avaliação crítica e uma escolha mais informada, reduzindo os vieses e as limitações associadas a cada abordagem.

Outra área em que o pluralismo pode melhorar a tomada de decisões é na melhoria do consenso. Ao incorporar diferentes perspectivas teóricas, o pluralismo permite que diferentes atores e grupos tenham voz nas discussões econômicas. Isso leva a um melhor entendimento e diálogo e pode ajudar a construir um consenso mais amplo sobre políticas econômicas apropriadas do que o promovido pela teoria econômica convencional. A abordagem pluralista promove a participação de diversos grupos e

setores na tomada de decisões econômicas e permite que grupos tradicionalmente excluídos – como comunidades indígenas ou organizações de base – participem de forma mais significativa nas políticas econômicas que os afetam. Isso não apenas é mais equitativo, mas também pode levar a políticas mais eficazes e adaptadas às necessidades das populações afetadas.

Nesse sentido, a diversidade de perspectivas pode desempenhar o papel de uma fonte adicional de criatividade que pode contribuir com diferentes soluções para problemas não resolvidos (ou mal resolvidos) em economia, especialmente aqueles relacionados a fenômenos econômicos complexos. Além disso, diferentes escolas de pensamento podem fornecer soluções únicas e inovadoras para problemas que a teoria econômica padrão tem negligenciado. Por exemplo, a economia comportamental forneceu informações importantes sobre o comportamento humano e seu impacto na tomada de decisões econômicas. A economia feminista forneceu uma nova perspectiva sobre questões de gênero e desigualdade econômica. Todas essas abordagens podem fornecer soluções inovadoras para problemas tradicionalmente não resolvidos.

A coexistência de diferentes abordagens teóricas e metodológicas aumenta, portanto, a capacidade da disciplina de se adaptar às mudanças no mundo real. Isso ocorre porque, em um ambiente pluralista, diferentes escolas de pensamento e abordagens têm a oportunidade de oferecer respostas e soluções diferentes e complementares para novas questões econômicas ou desafios familiares. Dessa forma, a maior adaptabilidade advinda do pluralismo pode ajudar a ciência econômica a se tornar mais sensível a diferentes contextos culturais e históricos. Finalmente, diferentes abordagens podem vir de diferentes tradições culturais e ser mais adequadas para abordar questões específicas em diferentes contextos.

Em suma, a diversidade epistêmica, ou seja, a diversidade de formas de conhecimento e métodos em economia, é essencial para a construção de uma ciência mais robusta e completa. Cada abordagem e perspectiva traz seus próprios *insights*, teorias, métodos e resultados, o que enriquece a

compreensão da complexidade do mundo econômico. A diversidade epistêmica é capaz de impulsionar a pesquisa em diferentes direções e permite a exploração de tópicos que uma única abordagem não poderia abordar.

Observações finais

O apelo por mais pluralismo na ciência econômica tem uma longa história, que se intensificou em alguns momentos. Nesse sentido, a crise financeira de 2008 representa a mais recente e intensa onda de apelos por uma ciência mais inclusiva e pluralista, mas que ainda não produziu resultados significativos. Dada a resistência da profissão em incorporar novos métodos e novas perspectivas epistêmicas em seu domínio analítico, este artigo apresenta uma síntese das críticas mais comuns ao pluralismo na ciência econômica e as contrasta com as respostas de perspectivas heterodoxas.

O exercício forneceu evidências de que as objeções dos economistas convencionais ao pluralismo na ciência econômica refletem, muito mais do que problemas concretos, os preconceitos dos economistas convencionais sobre o potencial explicativo de abordagens alternativas e dissidentes. Embora a natureza da rejeição esteja além do escopo deste ensaio, parece óbvio que ela está intimamente relacionada à rigidez das instituições acadêmicas e profissionais que moldam a profissão de economista, como departamentos de economia e associações profissionais. A inércia acadêmica, ou seja, a resistência dessas instituições acadêmicas em adotar mudanças significativas na teoria e na prática, pode ter sido um fator importante para manter os hábitos de pensamento (HODGSON, 2004) dos economistas relativamente inalterados. Isso pode e deve ser explorado em trabalhos futuros.

Referências

- AKERLOF, George A. Sins of Omission and the Practice of Economics. *Journal of Economic Literature*, v. 58, n. 2, p. 405-18, 2020
- ANDERSSON, Claes; TÖRNBERG, Anton; TÖRNBERG, Petter. Societal systems—complex or worse?. *Futures*, v. 63, p. 145-157, 2014
- BACHMANN, Rüdiger. Zur aktuellen Pluralismusdebatte in der Ökonomik: Ansichten eines wohlwollenden Pluralismusskeptikers. *Wirtschaftsdienst*, v. 97, n. 12, p. 843-847, 2017
- BACKHOUSE, Roger E. "Should economics embrace postmodernism?" (p. 134-145) In: BACKHOUSE, Roger E (Ed) *Explorations in economic methodology: from Lakatos to empirical philosophy of science*. Routledge, 2006
- BADEEN, Dennis. Ontology, pluralism, and economics education. *International Journal of Pluralism and Economics Education*, v. 4, n. 2, p. 210-223, 2013
- BARRETT, Christopher B.; CARTER, Michael R. The power and pitfalls of experiments in development economics: Some non-random reflections. *Applied economic perspectives and policy*, v. 32, n. 4, p. 515-548, 2010
- BECKENBACH, F. Monism in modern science: the case of economics. In: *Advancing Pluralism in Teaching Economics*. Routledge, p. 31-54, 2018
- BECKER, Johannes et al. Wirtschaftswissenschaften: zu wenig Pluralität der Methoden und Forschungsrichtungen?. *Wirtschaftsdienst*, v. 97, n. 12, p. 835-853, 2017
- BENARTZI, Shlomo; THALER, Richard. Heuristics and biases in retirement savings behavior. *Journal of Economic perspectives*, v. 21, n. 3, p. 81-104, 2007
- BERTOCCO, Giancarlo. *Crisis and the failure of economic theory: The responsibility of economists for the Great Recession*. Edward Elgar Publishing, 2017
- BIGO, Vinca; NEGRU, Ioana. From fragmentation to ontologically reflexive pluralism. *Journal of Philosophical Economics*, v. 1, n. 2, p. 127-150, 2008
- BIGO, Vinca. "The Cambridge School and Pluralism." In: *Economic Pluralism*, (Ed) Robert Garnett, (Ed) Erik K. Olsen e (Ed) Martha Starr, p. 114-135. London: Routledge, 2010
- BÖGENHOLD, Dieter. From heterodoxy to orthodoxy and vice versa: Economics and social sciences in the division of academic work. *American Journal of Economics and Sociology*, v. 69, n. 5, p. 1566-1590, 2010
- BOLAND, L. *Critical Economic Methodology: a personal odyssey*. Routledge, 2005 [1997]
- CALDWELL, Bruce. Some comments on Lawson's reorienting economics: Same facts, different conclusions. In: *Ontology and Economics*. Routledge, 2008, p. 25-31
- CALDWELL, Bruce. "The case for pluralism" (p.231-244) In: DE MARCHI, Neil (Ed). *The popperian legacy in economics*. Cambridge University Press, 1988
- CALDWELL, Bruce. "Varieties of pluralism: Commentes on Samueels and Dow" In: SALANTI, Andrea; SCREPANTI, Ernesto (Ed.). *Pluralism in economics: new perspectives in history and methodology*. Edward Elgar Publishing, 1997
- CARD, David; DELLAVIGNA, Stefano. Nine facts about top journals in economics. *Journal of Economic Literature*, v. 51, n. 1, p. 144-61, 2013
- CHUN, Christian W. *The discourses of capitalism: Everyday economists and the production of common sense*. Routledge, 2017
- COLANDER, D. "How did macroeconomic theory get so far off the track, and what can heterodox macroeconomists do to get in back on track?" In: HEIN, E; NIECHOJ, T; STOCKHAMMER,

- E. *Macroeconomic Policies on Shaky Foundations—Whither Mainstream Economics?* IMK at the Hans Boeckler Foundation, Macroeconomic Policy Institute, 2009a
- COLANDER, D; HOLT, Richard PF; ROSSER, J. B. Live and dead issues in the methodology of economics. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 30, n. 2, p. 303-312, 2007
- COLANDER, D. Moving Beyond the Rhetoric of Pluralism. *Economic pluralism*, v. 122, p. 36, 2009b
- COLANDER, D. Post Walrasian macroeconomics and heterodoxy: thinking outside the heterodox box. *International Journal of Political Economy*, v. 33, n. 2, p. 68-81, 2003
- COLANDER, D; VAN EES, H. *Post Walrasian macroeconomic policy*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1996
- COLANDER, D. The death of neoclassical economics. *Journal of the history of Economic Thought*, v. 22, n. 2, p. 127-143, 2000
- COLANDER, D; HOLT, R; ROSSER JR, Barkley. The changing face of mainstream economics. *Review of Political Economy*, v. 16, n. 4, p. 485-499, 2004
- COLANDER, D et al. The financial crisis and the systemic failure of academic economics. Univ. of Copenhagen Dept. of Economics *Discussion Paper*, n. 09-03, 2009
- COLANDER, D. The wrong type of pluralism: toward a transdisciplinary social science. *Review of Political Economy*, v. 26, n. 4, p. 516-525, 2014
- COYLE, Diane. *The soulful science: What economists really do and why it matters*. Princeton University Press, 2010
- DA GAMA CERQUEIRA, Hugo EA. A Economia Evolucionista: Um capítulo sistêmico da teoria econômica?. *Análise econômica*, v. 20, n. 37, 2002
- DAVIDSON, Paul. *The Keynes solution: the path to global economic prosperity*. St. Martin's Press, 2009
- DAVIS, John B. Specialization, fragmentation, and pluralism in economics. *The European Journal of the History of Economic Thought*, v. 26, n. 2, p. 271-293, 2019
- DAVIS, John B. The turn in recent economics and return of orthodoxy. *Cambridge Journal of Economics*, v. 32, n. 3, p. 349-366, 2008
- DAVIS, J. B. The turn in economics: neoclassical dominance to mainstream pluralism? *Journal of institutional economics*, v. 2, n. 1, p. 1-20, 2006
- DELLA PORTA, Donatella; KEATING, Michael (Ed.). *Approaches and methodologies in the social sciences: A pluralist perspective*. Cambridge University Press, 2008
- DEQUECH, David. Applying the Concept of Mainstream Economics outside the United States: General Remarks and the Case of Brazil as an Example of the Institutionalization of Pluralism. *Journal of Economic Issues*, v. 52, n. 4, p. 904-924, 2018
- DEQUECH, David. Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 30, n. 2, p. 279-302, 2007
- D'IPPOLITI, C. *Democratizing the Economics Debate: Pluralism and Research Evaluation*. Routledge, 2020
- DOBUSCH, L; KAPPELLER, J. Heterodox United vs. Mainstream City? Sketching a framework for interested pluralism in economics. *Journal of Economic Issues*, v. 46, n. 4, p. 1035-1058, 2012
- DOW, S. History of thought and methodology in pluralist economics education. *International Review of Economics Education*, v. 8, n. 2, p. 41-57, 2009

- DOW, S. Pluralist economics: is it scientific? (p.13-30). In: (Org) DECKER, Samuel; (Org) ELSNER, W.; (Org) *Teaching Economics in the 21st Century*. Routledge, 2018. p. 13-30. FLECHTNER, S. *Advancing Pluralism in Teaching Economics*. Routledge, 2018
- DOW, Sheila C. Plurality in orthodox and heterodox economics. *Journal of Philosophical Economics*, v. 1, n. 2, p. 73-96, 2008
- DUTT, A.K. On Post Walrasian economics, macroeconomic policy, and heterodox economics. *International Journal of Political Economy*, v. 33, n. 2, p. 47-67, 2003
- FEHR, Ernst; SCHMIDT, Klaus M. A theory of fairness, competition, and cooperation. *The quarterly journal of economics*, v. 114, n. 3, p. 817-868, 1999
- FEHR, Ernst; SCHMIDT, Klaus M. On inequity aversion: A reply to Binmore and Shaked. *Journal of economic behavior & organization*, v. 73, n. 1, p. 101-108, 2010
- EICHACKER, Nina. Pluralist Economics as a Democratizing Force: A Review Essay. *Review of Political Economy*, p. 1-10, 2022
- FREEMAN, Alan. The economists of tomorrow: The case for assertive pluralism in economics education. *American Journal of Economics and Sociology*, v. 69, n. 5, p. 1591-1613, 2010
- FREY, Bruno S. Publishing as prostitution? Choosing between one's own ideas and academic success. *Public choice*, v. 116, n. 1, p. 205-223, 2003
- FRIEDMAN, Milton. *Essays in positive economics*. University of Chicago Press, 1953
- GIGERENZER, Gerd; BERG, Nathan. As-if behavioral economics: Neoclassical economics in disguise? *As-If Behavioral Economics*, p. 1000-1033, 2010
- GIGERENZER, Gerd; GAISSMAIER, Wolfgang. Heuristic decision making. *Annual review of psychology*, v. 62, n. 1, p. 451-482, 2011
- GIGERENZER, Gerd; SELTEN, Reinhard (Ed.). *Bounded rationality: The adaptive toolbox*. MIT press, 2002
- GINTIS, Herbert. *The Bounds of Reason: Game Theory and the Unification of the Behavioral Sciences- Revised Edition*. Princeton University Press, 2014
- GINTIS, Herbert et al. Homo socialis: An analytical core for sociological theory. *Review of Behavioral Economics*, v. 2, n. 1-2, p. 1-59, 2015
- GODDARD, Jessica J.; KALLIS, Giorgos; NORGAARD, Richard B. Keeping multiple antennae up: Coevolutionary foundations for methodological pluralism. *Ecological Economics*, v. 165, p. 106420, 2019
- GOUGE, William M. *A Short History of Paper-money and Banking in the United States: Including an Account of Provincial and Continental Paper-money. To which is Prefixed, An Inquiry Into the Principles of the System*. Philadelphia, Printed by TW Ustick, 1833
- GOWDY, John; ERICKSON, Jon D. The approach of ecological economics. *Cambridge Journal of Economics*, v. 29, n. 2, p. 207-222, 2005
- GRÄBNER, C.; STRUNK, B. Pluralism in economics: its critiques and their lessons. *Journal of Economic Methodology*, v. 27, n. 4, p. 311-329, 2020
- GROENEWEGEN, J (Ed.). *Teaching pluralism in economics*. Edward Elgar Publishing, 2007.
- GYLYS, Povilas. On the scope of the science of economics: a holistic approach. *Transformations in Business & Economics*, v. 7, n. 3, 2008
- HANS, Albert. *Treatise on critical reason*. Trans. MV Rorty. Princeton: Princeton University Press, 1985

- HECKMAN, James J. et al. Publishing and promotion in economics: the curse of the top five. *AEA Roundtable Discussion at ASSA in Chicago*. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/webcasts/2017/curse.Php>, 2017. Acesso em 10 de setembro de 2022
- HEISE, A. Pluralism in economics: inquiries into a daedalian concept. *Discussion Paper 51*, Zentrum für Ökonomische und Soziologische Studien, University of Hamburg, 2015
- HODGSON, Geoffrey; MÄKI, Uskali; MCCLOSKEY, Donald. A plea for a rigorous and pluralistic economics. *American Economic Review*, v. 82, n. 2, p. 1992, 1992
- HODGSON, Geoffrey M. Debating the Future of Heterodox Economics. *Journal of Economic Issues*, v. 55, n. 3, p. 603-614, 2021
- HODGSON, Geoffrey M. *Is There a Future for Heterodox Economics? Institutions, Ideology and a Scientific Community*. Edward Elgar Publishing, 2019
- HODGSON, Geoffrey M. Reclaiming habit for institutional economics. *Journal of economic psychology*, v. 25, n. 5, p. 651-660, 2004
- HODGSON, Geoffrey M. The approach of institutional economics. *Journal of economic literature*, v. 36, n. 1, p. 166-192, 1998
- HODGSON, Geoffrey M. Will economists wake up in 2009? *Revue du MAUSS*, v. 33, n. 1, p. 253-260, 2009
- JEVONS, W.S. *The theory of political economy*. Macmillan and Company, 1871
- KING, John E. A case for pluralism in economics. *The Economic and Labour Relations Review*, v. 24, n. 1, p. 17-31, 2013
- KITCHER, Philip. *The advancement of science: Science without legend, objectivity without illusions*. Oxford University Press on Demand, 1993
- KUHN, Thomas S. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, [1962] 1996
- LARI, Teemu. When does complementarity support pluralism about schools of economic thought? *Journal of Economic Methodology*, v. 28, n. 3, p. 322-335, 2021
- LAVOIE, Marc. Do heterodox theories have anything in common? A post-Keynesian point of view. *European Journal of Economics and Economic Policies: Intervention*, v. 3, n. 1, p. 87-112, 2006
- LAVOIE, Marc. *Post-Keynesian Economics: New Foundations*. Edward Elgar Publishing, 2014
- LAWSON, Tony. Contemporary economics and the crisis. *real-world economics review*, v. 50, p. 122-131, 2009
- LAWSON, Tony. Heterodox economics and pluralism: reply to Davis. In: *Ontology and Economics*. Routledge, 2008. p. 105-141
- LAWSON, Tony. "Modern Economics: The Problem and a Solution." In: *A Guide to What's Wrong in Economics*, (Ed) Edward Fullbrook, p. 21-32. London: Anthem, 2004
- LAWSON, T. The nature of heterodox economics. *Cambridge Journal of Economics*, v. 30, n. 4, p. 483-505, 2006
- LAZEAR, Edward P. Economic imperialism. *Quarterly Journal of economics*, v. 115, n. 1, p. 99-146, 2000
- LEE, F.S. A case for ranking heterodox journals and departments. *On the Horizon*, 2008
- LEE, Frederic S.; ELSNER, Wolfram (Ed.). "Editors' Introduction" In: *Evaluating economic research in a contested discipline: rankings, pluralism, and the future of heterodox economics*. Wiley-Blackwell, 2010
- LEE, Frederic S. Heterodox economics and its critics I. In: *In Defense of Post-Keynesian and Heterodox Economics*. Routledge, 2012. p. 104-132

- LEE, Frederic S. "Heterodox Economicx" In: Durlauf & Blume (Eds), *The New Palgrave Dictionary of Economics Online*, London: Palgrave Macmillan, 2008
- LEE, F. S. *A History of Heterodox Economics: Challenging the mainstream in the twentieth century*. Routledge, 2009
- LEE, Frederic S.; KEEN, Steve. The incoherent emperor: A heterodox critique of neoclassical microeconomic theory. *Review of Social Economy*, v. 62, n. 2, p. 169-199, 2004
- LEE, F. S. The pluralism debate in heterodox economics. *Review of Radical Political Economics*, v. 43, n. 4, p. 540-551, 2011
- LONGINO, H. E. *The Fate of Knowledge*. Princeton University Press. NJ and Oxford, UK, 2002
- MCGOLDRICK, Kim Marie; PETERSON, Janice. Significant learning and civic education: shifting frameworks for teaching in light of learning about the financial crisis. *J SSE-Journal of Social Science Education*, vol. 10, n.3, p.16-25, 2009
- MAKI, U. "The one world and the many theories". In A. Salanti & E. Screpanti (Orgs), *Pluralism in Economics*. New Perspectives in History and Methodology, p.37-47. Cheltenham: Edward Elgar, 1997
- MANKIW, N. Gregory. *That freshman course won't be quite the same*. New York Times, v. 23, 2009
- MARQUÉS, Gustavo; WEISMAN, Diego. Not anything goes: a case for a restricted pluralism. *Journal of Philosophical Economics*, v. 2, n. 1, p. 115-136, 2008
- MEARMAN, Andrew. Pluralism, heterodoxy, and the rhetoric of distinction. *Review of Radical Political Economics*, v. 43, n. 4, p. 552-561, 2011
- NORGAARD, Richard B. Environmental economics: an evolutionary critique and a plea for pluralism. *Journal of Environmental Economics and Management*, v. 12, n. 4, p. 382-394, 1985
- NORGAARD, Richard B. The case for methodological pluralism. *Ecological economics*, v. 1, n. 1, p. 37-57, 1988
- O'HARA, P.A. Principles of institutional-evolutionary political economy—Converging themes from the schools of heterodoxy. *Journal of Economic Issues*, v. 41, n. 1, p. 1-42, 2009
- PAYSON, Steven. *How Economics Professors Can Stop Failing Us: The Discipline at a Crossroads*. Lexington Books, 2017
- PETERSON, Janice. Economics education after the crisis: Pluralism, history, and institutions. *Journal of Economic Issues*, v. 47, n. 2, p. 401-410, 2013
- POLANYI, Michael; ZIMAN, John; FULLER, Steve. The republic of science: its political and economic theory *Minerva*, 1 (1)(1962), 54-73. *Minerva*, v. 38, n. 1, p. 1-32, 2000
- POPPER, Karl. *The logic of scientific discovery*. Routledge, 2005 [1935]
- REARDON, J (Ed.). *The handbook of pluralist economics education*. London: Routledge, 2009
- REDDING, Richard E. Sociopolitical diversity in psychology: The case for pluralism. *American Psychologist*, v. 56, n. 3, p. 205, 2001
- RENNINGS, Klaus. Redefining innovation—eco-innovation research and the contribution from ecological economics. *Ecological economics*, v. 32, n. 2, p. 319-332, 2000
- SAMUELS, Warren J. "Methodological Pluralism." In: *Handbook of Economic Methodology*, (Ed) John B. Davis, (Ed) D. Wade Hands e (Ed) Uskali Mäki, p. 300-303. Cheltenham (UK): Edward Elgar, 1998
- SCREPANTI, Ernesto; ZAMAGNI, Stefano. *An outline of the history of economic thought*. OUP Oxford, 2005
- SNEDDON, Chris; HOWARTH, Richard B.; NORGAARD, Richard B. Sustainable development in a post-Brundtland world. *Ecological Economics*, v. 57, n. 2, p. 253-268, 2006
- SPASH, Clive L. New foundations for ecological economics. *Ecological Economics*, v. 77, p. 36-47, 2012

STOCKHAMMER, Engelbert; RAMSKOGLER, Paul. Post-Keynesian economics—how to move forward. *European Journal of Economics and Economic Policies: Intervention*, v. 6, n. 2, p. 227-246, 2009

TEO, Thomas. Ontology and scientific explanation: Pluralism as an a priori condition of psychology. *New Ideas in Psychology*, v. 28, n. 2, p. 235-243, 2010

TÖRNBERG, Petter. Complex realist economics: toward an ontology for an interested pluralism. *Review of Social Economy*, v. 76, n. 4, p. 509-534, 2018

VAN-HEUR, Ban; BASSENS, David. An urban studies approach to elites: Nurturing conceptual rigor and methodological pluralism. In: *Disclosing Elite Ecologies*. Routledge, 2021. p. 1-13. WALRAS, L. *Elements of Pure Economics*, 1926, rev ed. 1926, Engl transl, 1926 [1874]

WATANABE, Tsuneo. Metascientific foundations for pluralism in psychology. *New Ideas in Psychology*, v. 28, n. 2, p. 253-262, 2010

WILLIAMSON, Oliver E. The new institutional economics: taking stock, looking ahead. *Journal of Economic Literature*, v. 38, n. 3, p. 595-613, 2000

RESENHA

THE CAPITAL ORDER: HOW ECONOMISTS INVENTED AUSTERITY AND PAVED THE WAY TO FASCISM

Mattei, Clara E. Chicago: University of Chicago Press, 2022, 452 p.

Recebido em 14/02/2023
Aprovado em 04/07/2023

The Capital Order: How Economists Invented Austerity and Paved the Way to Fascism é livro escrito por Clara E. Mattei e publicado em 2022. A autora, professora na *New School for Social Research* nos Estados Unidos, elabora obra muito pertinente para compreender a lógica da austeridade e sua emblemática relação histórica com o fascismo.

Um dos eixos centrais apresenta a austeridade como ferramenta vital à manutenção do sistema capitalista, ferramenta particularmente útil nos momentos de crise, a qual, para a autora, não deve ser tomada apenas por crise econômica, mas crise de legitimidade do capitalismo. Quando os elementos basilares das relações sociais capitalistas de produção são desafiados, a austeridade é invocada de modo a restaurar a ordem do capital. A austeridade, como conhecemos atualmente, é oriunda dos desdobramentos da Primeira Guerra mundial. A eficácia econômica propagada por estas políticas de fato possibilitou a estabilidade da economia capitalista, às custas, porém, da classe trabalhadora. Neste sentido, as políticas austeras foram tão amplamente difundidas que é difícil diferenciá-las de quaisquer políticas econômicas tradicionais de nosso tempo. Os cortes de orçamento, por exemplo, já são pressupostos de toda “boa” política econômica.

As políticas austeras, para Mattei, são vistas como uma trindade, quer dizer, como o conjunto de políticas fiscais (tais como a diminuição dos gastos sociais e tributação regressiva), monetárias (juros elevados e

BRUNO TOSCHI

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo (ESALQ – USP) e Mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP).

Email: bruno.toschi1@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2643-0992>

diminuição da oferta de crédito) e industriais (políticas que estabelecem a manutenção do desemprego) que respondem ao mesmo objetivo: preservar as relações econômicas de natureza capitalista. O único caminho à humanidade é apresentado sob o lema de “poupar mais e trabalhar mais”. Para além da moralidade do “trabalho duro” e da “frugalidade” figurada na gramática austera, Mattei mostra amplamente como, sob a égide dos tecnocratas do Estado, a austeridade se tornou projeto com vistas a reduzir o poder de decisão dos cidadãos que há muito clamavam por democracia econômica. Ao longo do livro, se demonstra como tais medidas são antidemocráticas, ameaçando aqueles que anseiam por mudanças sociais.

Para a austeridade vigorar, deve haver consenso no que diz respeito às políticas para estabilização da economia, sendo respaldada cientificamente pela teoria econômica a “dor” decorrente. Mas também, quando o consenso científico não é suficiente, entra em cena a coerção. Aponta-se a função da tecnocracia nas decisões do rumo das políticas econômicas, bem como a inevitabilidade de um banco central independente, de domínio técnico, condição *sine qua non* para o controle da inflação. Há, por conseguinte, um claro vínculo entre a ciência econômica tradicional, com suas verdades inquestionáveis, e a política tecnocrática. A autora entende que esse pensamento objetiva “domesticar” o comportamento humano em prol da continuidade da acumulação de capital.

Do ponto de vista histórico, o período após a Primeira Guerra mundial na Europa instigou o imaginário social em prol de uma nova sociedade. Para breçar esses impulsos, as forças conservadoras empregaram todo o arsenal da agenda austera estabelecida pela ciência econômica, a fim de preservar os pilares da sociedade capitalista. A ciência econômica tradicional teve papel crucial em justificar as relações de produção num momento de crise de legitimidade do capitalismo e em manter o *status quo* da sociedade.

A Itália e a Grã-Bretanha exemplificam as experiências históricas analisadas no contexto do pós-guerra com a intenção de provar como a austeridade ensejou a continuidade do processo de acumulação de capital

em momentos de tensões entre as classes sociais. Na Grã-Bretanha, as políticas austeras desaqueceram a economia, disciplinando os trabalhadores através do aumento do desemprego. Na Itália, fenômeno similar é relatado, mas numa violência que foi além da política econômica com a chegada do regime fascista.

Eis o contexto geral da discussão travada na obra. O livro se estrutura em duas partes. A primeira se chama “guerra e crise” e conta quatro capítulos, contemplando os desdobramentos da Primeira Guerra mundial, ressaltando o desmonte do capitalismo *laissez-faire* e o protagonismo que o Estado passa a assumir. Neste sentido, no capítulo 1, discorre-se sobre os acontecimentos que viabilizaram a remodelação das relações sociais através da politização das leis que regem o capitalismo, com a guerra suprimindo as leis impessoais do mercado e a possibilidade de construção de outra organização social.

Tanto a Grã-Bretanha quanto a Itália experimentaram maior participação do Estado e ambas tiveram maiores demandas por parte da classe trabalhadora. No capítulo 2, atenção especial é dada aos clamores por reformas que ameaçavam ainda mais a legitimidade do capital. De todo modo, muitas lutas foram travadas nos dois países, a exemplo, a par das guildas, da batalha dos mineiros britânicos pela nacionalização e da batalha das cooperativas na Itália (capítulo 3). As reformas do período propiciaram maior democracia econômica, principalmente as medidas industriais que alteraram parcialmente a produção industrial capitalista em direção de produção mais socializada.

No caso britânico, as guildas se apresentavam como alternativa à produção capitalista tradicional, pois não visavam a acumulação e rejeitavam a tradicional divisão do trabalho. Os mineiros, por sua vez, almejavam maior controle operário das minas de carvão. Na Itália, as produções não capitalistas avançavam por meio das cooperativas. Em face disso, um novo pensamento, detalhado no capítulo 4, começa a se destacar e, embora os britânicos optassem por um caminho reformista, os italianos, inflamados

pela Revolução Russa de 1917, queriam a transformação radical do país. No entanto, a revolução não vingou e a reação não tardou em responder violentamente com a ascensão do governo fascista de Mussolini em 1922.

A segunda parte do livro se chama “o significado da austeridade” e dispõe de seis capítulos. Iniciada no capítulo 5, expõe o movimento que levou a austeridade a dominar a política econômica. As conferências internacionais realizadas na época lograram êxito em estabelecer uma “ciência da austeridade”, assegurando a vitalidade da acumulação de capital e a disciplina dos trabalhadores. A austeridade pode ser vista em três modalidades que irão se retroalimentar mutuamente: a fiscal, a monetária e a industrial. A classe trabalhadora é domesticada e não apresenta mais perigos à ordem do capital. Dessa maneira, a economia é despolitizada, ou seja, economia e política se tornam dois campos distintos, com o mercado se transformando num ente impessoal e autônomo; as instituições, por seu turno, são desenhadas para funcionarem separadas do poder político, como os bancos centrais independentes. Caberia, portanto, a um comitê técnico, no que se refere ao banco central, decidir da melhor política para a sociedade; afinal, a técnica é apolítica. Eis um dos pontos basilares defendidos durante toda a obra: a política “tecnoneutra” é antidemocrática, pois retira o poder de escolha da população.

Assim a austeridade naturaliza as relações capitalistas de produção, nega a ação política dos trabalhadores e separa a economia da política. Ao proceder dessa forma, a austeridade pode ser entendida como engrenagem para defender a sobrevivência do capitalismo. Tal processo é relatado segundo as particularidades históricas da Grã-Bretanha e da Itália no capítulo 6 e 7, respectivamente. No caso da Itália, considerando a iminência da revolução, a contrarrevolução austera foi ainda mais intensa na medida em que combinou a política econômica liberal com a violência política e social do fascismo. No capítulo 8, acompanhamos como o fascismo foi respaldado internacionalmente pelo apoio britânico. A questão da dependência econômica da Itália dificultava a estabilidade monetária do país, ao mesmo tempo

que fomentava o germe da revolução por toda a Europa. Por esta razão, a mão financeira britânica ajudou a espantar o espectro da revolução, com a subida ao poder de Mussolini.

Empírico, o capítulo 9 corrobora por meio de estatísticas as teses desenvolvidas anteriormente. Um dos achados interessantes é a menor participação do salário na renda nacional a par do maior lucro. Ao longo do capítulo, se detalham os resultados da austeridade na Grã-Bretanha e na Itália sob o comando do *Duce*. Em ambos os países, a autora anota a estagnação do salário e o crescimento do desemprego. No fim das contas, a política austera, autoritária e liberal foi capaz de alcançar a almejada estabilidade, às custas da classe operária, que teve seus ganhos massacrados e aniquiladas suas esperanças de construção de uma nova sociedade.

O capítulo 10, enfim, delinea o sentido geral da austeridade. Nem irracionalidade, nem política de pouca eficácia, trata-se de medida para a sobrevivência do capital. O livro de Mattei chega em um momento muito oportuno para repensarmos a historicidade das políticas econômicas. A autora, aportando atualíssimas reflexões, desafia a neutralidade da teoria tradicional e evidencia como na verdade as políticas representam interesses de classes.

CARTA DE MACEIÓ

É entre o alívio e a apreensão que nos reunimos neste XXVIII Encontro Nacional de Economia Política que ocorre em Maceió. Alívio, porque depois de um longo período sob o governo de um presidente da República fascista, a derrota eleitoral de Bolsonaro e a vitória de Lula nos colocam sob uma nova perspectiva humanitária e civilizatória. Mas também apreensão, porque a derrota eleitoral do fascismo ainda não significou sua derrota política. O fascismo e o bolsonarismo ainda seguem presentes no seio da sociedade e com ampla representação. A tentativa de golpe em 8 de janeiro foi a face mais visível da sua truculência, mas ambos se travestem também de uma face democrática, quando se organizam no Parlamento brasileiro e aprovam: o Marco Temporal (PL 490/07), que significará enorme retrocesso no processo de demarcação de Terras Indígenas; o esvaziamento dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas; a CPI do MST etc.

A agenda econômica do governo Lula também nos proporciona alívio e apreensão. Por um lado, a recomposição de parte dos orçamentos da educação superior e da pesquisa científica aponta para um horizonte de valorização do saber e fim do negacionismo que marcou a última quadra histórica; por outro lado, esta recomposição vem em velocidade ainda aquém da necessidade de reconstrução das universidades e de todo o aparato de produção científica do País, depois de anos de desmonte.

E aqui reside outra fonte de apreensão: a agenda de austeridade que marcou os últimos anos na condução da política econômica insiste em

se impor. O Novo Arcabouço Fiscal apresentado pelo Ministério da Fazenda desconstitucionalizou uma das mais duras regras fiscais — o teto de gastos, expresso na Emenda Constitucional 95, por diversas vezes denunciado pela SEP e seus associados. A revogação desta Emenda constitui importante avanço. Todavia, o Novo Arcabouço Fiscal foi construído na mesma lógica da famigerada Lei de Responsabilidade Fiscal: busca reduzir a relação dívida pública/PIB por meio de metas de resultado primário e de mecanismos de controle sobre os gastos públicos sob o já mal-fadado pretexto de conquistar a confiança dos agentes econômicos. Seus efeitos nós conhecemos bem: restrição à ampliação da despesa pública, constrangendo a expansão da oferta de serviços e investimentos públicos. Na sua tramitação na Câmara dos Deputados, as restrições foram ampliadas, constituindo um verdadeiro garrote ao Estado brasileiro. O Novo Arcabouço não supera o persistente quadro de políticas de austeridade que têm marcado a política econômica brasileira dos últimos anos. E como a SEP vem alertando há tempos: a austeridade provoca desemprego, disciplina a classe trabalhadora, abre uma avenida de possibilidades para a acumulação privada na forma das privatizações e da mercantilização da vida, concentra renda e serve ao rentismo.

Soma-se a ela a herança de um arcabouço neoliberal cujos efeitos também os associados da SEP bem conhecem e têm denunciado ao longo do tempo, e cuja reversão precisa ser encarada de frente: um Banco Central autônomo a serviço do rentismo; a privatização de empresas estatais estratégicas, como os casos mais recentes da Eletrobrás e da BR Distribuidora; o desmonte do sistema de bancos públicos federais; a reforma trabalhista; a reforma previdenciária, entre tantas outras.

Finalmente, no Encontro Nacional de Economia Política sediado em Macaíó, a SEP não poderia deixar de denunciar o crime cometido pela Braskem, decorrente da exploração irresponsável do sal-gema, a qual provocou afundamento do solo e inviabilizou a vida em mais de 20 mil residências em cinco bairros, atingindo mais de 60 mil pessoas, que se viram obrigadas,

repentinamente, a abandonar seus lares. Quando a Braskem reconhece sua responsabilidade, oferece indenizações subavaliadas, empurrando as vítimas para lugares mais distantes, retirando das famílias seus vínculos locais e afetivos e precarizando suas condições de vida.

Neste sentido, a SEP, reunida em Maceió, não pode tergiversar: derrotar o fascismo na política e o neoliberalismo e a austeridade na economia representa os desafios de primeira ordem que devem nortear economistas críticos nas próximas jornadas.

Maceió, 8 de junho de 2023

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

CONDIÇÕES DE SUBMISSÃO

Os(As) autores(as) se obrigam a verificar a conformidade da submissão a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas.

1. A contribuição é original e inédita, o que significa que o manuscrito submetido não foi publicado anteriormente e não está sendo avaliado para publicação em outra revista.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O trabalho respeita os limites de páginas estabelecidos pela Revista, ou seja, o máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos; 4 laudas para resenhas. Em ambos os casos, o limite estabelecido inclui as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações.
6. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores\(as\)](#).
7. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), assegurar que a avaliação seja às cegas [verificar item 6 das [Diretrizes para Autores\(as\)](#)].

DIRETRIZES PARA AUTORES(AS)

1. A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (RSEP)* publica artigos inéditos e originais, em português ou espanhol. Em casos específicos, a serem definidos pelo Comitê Editorial, será aceita a publicação simultânea em revistas estrangeiras (inserir essa informação no ato da submissão em “Comentários ao Editor”). Além disso, são aceitas submissões de traduções de textos inéditos em português ([leia o tutorial específico para esta modalidade](#)) que tragam contribuições relevantes para os debates compreendidos no foco e no escopo da revista.
2. Todos os manuscritos submetidos à revista devem estar dentro da **orientação editorial** (ver [Sobre a Revista](#)), e os textos passarão por uma avaliação preliminar do Comitê Editorial, que verificará se o manuscrito segue as diretrizes da revista e se enquadra em seu foco e escopo. Na fase de avaliação inicial, os editores também checarão se os autores seguiram as normas de ética e de boa conduta, de modo a evitar plágio ou autoplágio. Em seguida, os manuscritos serão submetidos à apreciação de, pelo menos, dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos ad-hoc. Os textos podem ser aprovados ou rejeitados e, no caso de divergência, serão enviados para um terceiro parecerista.
3. Os trabalhos submetidos à revista **não** devem estar identificados, para garantir a avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos(as) autores(as); (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (exemplo: “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, verificar item 6. Também é necessário transferir, como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s, a, as) autor(es, as) e a identificação institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista, incluindo-se o email e o número Orcid dos(as) autores(as) [e tradutores(as), quando couber]. Esta versão não será acessada pelos(as) avaliadores(as).
4. A remessa de originais à revista implica autorização de publicação. Não serão pagos direitos autorais.

5. Para a submissão, é necessário se cadastrar no sistema da Revista da SEP. Para tanto, acesse a página de cadastro. Se já está cadastrado, faça login como **Autor**. No lado direito da tela, sob o menu **Autor**, encontra-se o *link* “Nova submissão”. Clique e siga os passos para submeter o trabalho.

6. Assegurando a avaliação cega por pares: Para garantir a integridade da avaliação cega pelos pares, todo esforço deve ser feito a fim de evitar que a identidade de autores(as) e revisores(as) seja conhecida. Autores(as), editores(as) e revisores(as) (que carregam documentos como parte de sua revisão) devem verificar se as seguintes medidas foram tomadas em relação ao texto e às propriedades do arquivo:

- Os(as) autores(as) do documento devem excluir seus nomes do texto, das referências e das notas de rodapé, utilizando em seu lugar “Autor” e “Ano”, em vez do nome, título do artigo etc.
- Em documentos do Microsoft Office , a identificação do autor deve igualmente ser removida das propriedades do arquivo (no menu do Word: Arquivo, Informações, Verificando Problemas, Inspeccionar Documento, Inspeccionar, Remover Tudo).
- Com PDFs, os nomes dos(as) autores(as) também devem ser removidos das Propriedades do Documento, encontradas na opção Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat.

Para submeter os manuscritos, é necessária a utilização da seguinte formatação:

- margens: 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior;
- fonte: Times New Roman, tamanho 12 e entrelinhas com 1,5 de espaçamento;
- para artigos e traduções (tutorial específico para traduções), o tamanho máximo é de 25 laudas em formato A4; para resenhas, o limite é de 4 laudas, sendo publicadas resenhas de livros que tenham sido lançados no Brasil ou no exterior nos três últimos anos;

– numerar as tabelas, os gráficos e as figuras; e, se estiverem em arquivo separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto. O formato das referências bibliográficas é o seguinte: (MARX, 1982, p. 124). As referências completas devem ser colocadas no final do texto e conter apenas as obras citadas, conforme exemplos abaixo, acompanhadas do nome de tradutor(a), quando for o caso:

• **Livro:**

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado, 2009

• **Livro com subtítulo:**

SLOBODIAN, Quinn. *Globalistas: o fim do império e o nascimento do neoliberalismo*. Tradução de Olivir Freitas. Florianópolis: Enunciado Publicações, 2021

• **Capítulo de livro ou parte de obra coletiva:**

VOINEA, Serban. Aspects sociaux de la décolonisation. In: FAY, Victor. *En partant da Capital*. Paris: Anthropos, 1968, p. 297-333

• **Artigo publicado em periódico:**

YATSUDA, Enid. Valdomiro Silveira e o dialeto caipira, *Revista Novos Rumos*. São Paulo: Novos Rumos, Ano 1, n. 2, p. 27-40, 1986

• **Artigo publicado em anais:**

DUFOURT. D. Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation étatique. In: Colloque État et Régulations, 1980, Lyon. *Anais do Colloque État et Régulations*. Lyon: PUF, 1980, p. 49-72

• **Teses, dissertações e monografias:**

CRISENOY, Chantal de. *Lénine face aux mujiks*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais — École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1975

• **Outros documentos:**

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil – 1995. Rio de Janeiro: IBGE, 1996

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados serão usados exclusivamente por esta publicação, não sendo disponibilizados a terceiros ou a outras finalidades.

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* publica artigos acadêmico-científicos de diversas tendências teóricas inspiradas em Marx, Keynes, Schumpeter, entre outros, desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou expressem oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, o periódico faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e não tratam a sociedade como mera natureza.

Em suma, a *Revista da SEP* discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, além disso, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento.

Dentro desta orientação editorial e respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a *Revista da SEP* mantém o compromisso de julgar com isenção os trabalhos submetidos.

Faculdade de Economia – Universidade Federal Fluminense
Campus do Gragoatá, bloco F, sala 519 – Niterói, RJ - 24240-225
www.sep.org.br – sep@sep.org.br
www.revistasep.org.br

Acessar o sistema *on-line* da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política em <http://revistasep.org.br> ou enviar *e-mail* para a equipe editorial pelo endereço revista@sep.org.br.

